

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**MARÇO/2011**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**11ª SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Recife-PE, 31/03/2011

**MARÇO/2010**

## LISTA DE ABREVIATURAS

**RG – Relatório de Gestão**

**IN – Instrução Normativa**

**DN – Decisão Normativa**

**Port. - Portaria**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**CGU – Controladoria Geral da União**

**DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

**11ª SRPRF/PE – 11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco**

**Del – Delegacias de Polícia Rodoviária Federal**

**VTR – Viatura de Polícia Rodoviária Federal**

**PRF – Polícia Rodoviária Federal**

**DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito**

**DOU – Diário Oficial da União**

**Mem.- Memorando**

**SAF – Seção Administrativa e Financeira**

**SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização**

**NA – Não Aplicável**

**UJ – Unidade Jurisdicionada**

**BR – Rodovia Federal – Brasileira**

**EDA – Equipamento para processamento de informações – PALM**

**MPT – Ministério Público do Trabalho**

**MTE – Ministério do Trabalho e Emprego**

**DOA/NE – Divisão de Operações Aéreas – Base Nordeste**

**NUINT – Núcleo de Inteligência**

**RNTRC – Registro Nacional de Transporte de Transportadores de Carga**

## Lista de Tabelas

Diárias – Patrulha da Saúde.....	21
Relatório de Cursos – Jan-Dez/2010.....	27
Relatório de Palestras – Jan-Dez/2010.....	28
Relatório CGU – PAD.....	35
Despesas por modalidade de contratação.....	38
Execução física das ações realizadas pela UJ.....	45
Evolução mensal da frota nacional de veículos.....	46
Número de acidentes em Pernambuco.....	46
Número de mortos em pernambuco.....	48
Número de procedimentos de fiscalização.....	49
Número de fiscalizações de trânsito.....	50
Número do enfrentamento contra a criminalidade.....	50
Despesas correntes por Grupo e elemento de Despesa.....	59
Despesas de Capital por Grupo e elemento de Despesa.....	59
Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	69
Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária.....	70
Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	71
Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	72
Contrato de Prestação de serviço de limpeza, higienização e vigilância .....	74
Contrato de Prestação de serviço de locação de mão de obra.....	75
Distribuição de pessoal mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra....	76

## SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u> .....	07
<u>A CONTEÚDO GERAL</u> .....	08
<u>1 - Identificação de Relatório de Gestão Individual</u> .....	08
<u>2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</u> .....	09
<u>2.1 – Responsabilidades Institucionais da Unidade</u> .....	09
<u>I- Competência</u> .....	09
2.1.1 – <u>Missão da Polícia Rodoviária Federal</u> .....	09
2.1.2 – <u>Visão da Polícia Rodoviária Federal</u> .....	09
2.1.3 – <u>Valores da Polícia Rodoviária Federal</u> .....	09
<u>2.2 – Objetivos Estratégicos</u> .....	10
2.2.1 - <u>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</u> .....	10
I - <u>Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida e Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão</u> .....	10
<u>2.3 - Programas sob a responsabilidade da unidade</u> .....	12
I - <u>Relação dos programas e suas principais ações</u> .....	13
<u>Programa 1386</u> .....	13
<u>Ação 200G</u> .....	14
<u>Ação 8623</u> .....	14
<u>Ação 1835</u> .....	15
<u>Ação 200C</u> .....	15
<u>Ação 8698</u> .....	16
<u>Programa 0663</u> .....	17
<u>Ação 2C78</u> .....	19
<u>Ação 2B11</u> .....	20
<u>Ação 4290</u> .....	21
<u>Ação 2524</u> .....	25
<u>Ação 2816</u> .....	29
<u>Ação 4526</u> .....	31
<u>Ação 4641</u> .....	31
<u>Ação 86A1</u> .....	32
<u>Ação 2720</u> .....	33
<u>Ação 8692</u> .....	33
<u>Ação 8703</u> .....	34
<u>Programa 0750</u> .....	38
<u>Ação 2000</u> .....	39
<u>Ação 2003</u> .....	41
<u>Ação 2004</u> .....	42
<u>Ação 2010</u> .....	42
<u>Ação 2011</u> .....	43
<u>Ação 2012</u> .....	44
<u>Ação 09HB</u> .....	44
2.3.2 – <u>Execução física das ações</u> .....	45
<u>2.4 – Desempenho Operacional</u> .....	45
2.4.1 – <u>Percepção de segurança</u> .....	45
2.4.2 – <u>Taxa de Variação de Acidentes</u> .....	45
2.4.1 – <u>Taxa de Mortalidade</u> .....	48
2.4.2 – <u>Procedimentos de Fiscalização</u> .....	49

2.5 –	<a href="#">Programação Orçamentária.....</a>	<a href="#">57</a>
2.6 –	<a href="#">Execução Orçamentária.....</a>	<a href="#">59</a>
	I – <a href="#">Execução Orçamentária de Créticos Originários da UJ.....</a>	<a href="#">59</a>
	II - <a href="#">Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....</a>	<a href="#">59</a>
	1 - <a href="#">Despesas por Modalidade de Contratação.....</a>	<a href="#">59</a>
	2 - <a href="#">Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....</a>	<a href="#">60</a>
	3 - <a href="#">Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....</a>	<a href="#">60</a>
	III - <a href="#">Execução Orçamentária por Programa de Governo.....</a>	<a href="#">60</a>
2.7 –	<a href="#">Indicadores Institucionais.....</a>	<a href="#">61</a>
3.	<a href="#">PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA.....</a>	<a href="#">68</a>
4.	<a href="#">PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010. RESTOS A PAGAR.....</a>	<a href="#">68</a>
5 –	<a href="#">RECURSOS HUMANOS.....</a>	<a href="#">71</a>
	a) <a href="#">Composição do Quadro de Recursos Humanos.....</a>	<a href="#">72</a>
6 –	<a href="#">Parte A item 6 do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010. - Convênios.....</a>	<a href="#">78</a>
7 -	<a href="#">Declaração da área responsável atestando informações referentes a contratos.....</a>	<a href="#">78</a>
8 -	<a href="#">Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n 8.730 de 1 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento de bens e rendas.....</a>	<a href="#">79</a>
9 -	<a href="#">PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.....</a>	<a href="#">79</a>
10 -	<a href="#">PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010.....</a>	<a href="#">81</a>
11-	<a href="#">PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010.....</a>	<a href="#">84</a>
12-	<a href="#">PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010.....</a>	<a href="#">86</a>
13-	<a href="#">PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010.....</a>	<a href="#">87</a>
14-	<a href="#">PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010.....</a>	<a href="#">89</a>
15 -	<a href="#">PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/20101.....</a>	<a href="#">89</a>
	<a href="#">15.1 - Recomendações do OCI atendidas no exercício - Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....</a>	<a href="#">94</a>
	<a href="#">15.2 - Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício - Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....</a>	<a href="#">94</a>
16 –	<a href="#">Anexo I - Comissão de Regularização de Veículos.....</a>	<a href="#">95</a>
17 –	<a href="#">Anexo II – Planejamento Operacional para 2011.....</a>	<a href="#">102</a>
18 –	<a href="#">Anexo III – Declaração do contador.....</a>	<a href="#">129</a>
19 –	<a href="#">Anexo IV – Coeficiente de adequação das instalações físicas.....</a>	<a href="#">131</a>

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme os normativos e orientações emitidas pelo Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça.

As principais realizações da gestão no exercício estão detalhadas no item 2.4 desempenho operacional;

Os planos e projetos para o exercício seguinte são em linhas gerais gestados pelo Departamento Central em Brasília-DF e detalhados na primeira reunião anual entre Superintendentes e Chefes de Distritos prevista para a segunda semana de Abril/2011, contudo é possível se vislumbrar as seguintes metas:

- Reforma de bases operacionais;
- Construção de novas bases operacionais para a cidade de Igarassu e Ribeirão em função da mudança no traçado da rodovia;
- realização de ações operacionais e educativas com vistas a redução no número de acidentes e vitimados;
- Ações operacionais voltadas ao combate da criminalidade, em especial assaltos a veículos, sequestros e roubos de carga;
- Ações educativas e operacionais voltadas ao combate da exploração sexual e trafico de seres humanos;
- Ações operacionais voltadas ao combate do narcotráfico;
- Ações voltadas ao monitoramento dos indicadores de saúde de motoristas profissionais e prevenções de riscos de acidentes causados por mal súbitos;
- Ações voltadas a melhoria dos indicadores de saúde dos servidores efetivos e terceirizados do Departamento de Polícia Rodoviária Federal com o aperfeiçoamento do projeto patrulha da saúde;
- Capacitação, aperfeiçoamento e treinamento dos diversos quadros e especialidades do DPRF;
- Treinamento e ações educativas de profissionais da sociedade, bem como de estudantes da rede de ensino, com vistas a melhoria do comportamento dos usuários nas rodovias.

De forma mais detalhada apresentamos no ANEXO II ao presente relatório de gestão o Planejamento Operacional da Regional para 2011, onde são esmiuçadas as ações operacionais da Regional.

Os itens A.2.1, A.2.4, A.2.5, A.2.6, o Item 3, o item 6, o item 9 e o item 14 todos do Anexo II da DN 107 de 27/10/2010, como também os sub-itens 15.1 e 15.2 não foram preenchidos seja por não haver movimentação durante o exercício como também porque não se aplica para a nossa UJ.

**VICTOR HUGO DE SOUZA**  
**SUPERINTENDENTE REGIONAL**

## A – CONTEÚDO GERAL

Item 1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 100, de 07 de Outubro de 2009.

### 1 - Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL			<b>Código SIORG:</b> 704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> 11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PE			
<b>Denominação abreviada:</b> 11ª SPRF/PE			
<b>Código SIORG:</b> NÃO SE APLICA		<b>Código LOA:</b> UJ NÃO É UND. ORC.	<b>Código SIAFI:</b> 200113
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		(081) 3201-0700	(081) 3201-0765
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:sup.pe@dprf.gov.br">sup.pe@dprf.gov.br</a> e <a href="mailto:saf.pe@dprf.gov.br">saf.pe@dprf.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.dprf.gov.br">http://www.dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Avenida Antônio de Goes, 820 – Pina – Recife - PE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Lei nº 8.028 de 12/04/1990 DOU 13/04/1990,			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
estrutura organizacional: Portaria MJ nº 1.375 de 02/08/2007 DOU 06/08/2007			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação) ...			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200113	11 SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
`00001	TESOURO		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
20013	`00001		



## ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 107, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.

### 2 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 2.1- Responsabilidades institucionais da unidade:

##### I. Competência.

#### 2.1.1 - Missão da Polícia Rodoviária Federal

A missão é a razão de ser da organização. Nesse ponto procura-se determinar qual é o negócio da organização, porque ela existe, ou, ainda, em que tipos de atividades a organização deverá concentrar-se no futuro (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). Neste sentido, para fins operacionais nos termos definidos no 3º Encontro de Superintendentes e Chefes de Distrito de 2010, considerar-se-á a Missão abaixo descrita.

*Preservar a vida, o meio ambiente, a ordem pública e o patrimônio, exercendo papéis proeminentes na promoção da cidadania, dos direitos humanos, dos valores democráticos, da integração nacional e na mobilidade das pessoas e bens.*

#### 2.1.2 - Visão da Polícia Rodoviária Federal

A visão é a idealização de um futuro desejado para a organização. Ela deve ser clara, estar em permanente demonstração para a comunidade, ser compatível com os valores da organização e ser ligada as necessidades dos clientes (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ).

*Ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição de alta credibilidade, efetividade e competência na prevenção de acidentes de trânsito e de crimes, em articulação com a sociedade, na promoção dos direitos humanos, da cidadania e dos valores democráticos.*

#### 2.1.3 - Valores da Polícia Rodoviária Federal

Para alcançarmos nossa missão, nós afirmamos os nossos valores, que refletem o caráter duradouro da PRF e de seus colaboradores e são ancorados no projeto institucional (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). São eles: **Honestidade, Transparência, Coragem, Firmeza, Lealdade, Liderança, Solidariedade, Ética, Responsabilidade, Equidade, Cidadania e Compromisso.**

## 2.2 - Objetivos estratégicos;

Ação Administração da Unidade – ao executar esta ação a UJ buscou suprir as demandas ligadas as atividades meio, dando suprimentos, contratando serviços, adquirindo equipamentos e etc, dentre outras coisas, de tal modo que fosse possível o desenvolvimento das missões com o máximo de suporte, condições e assessoramento, tudo com o objetivo de alcançar as metas com o máximo de eficiência e com o menor custo.

### 2.2.1- Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais:

- I. Análise do mapa/plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida e Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

2.2.1.1 - Para fins de alcance dos resultados institucionais o principal mecanismo de trabalho deverá ser a abordagem de pessoas e veículos, devendo esta ser permeada por tratamento cortês, postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações;

2.2.1.2 - Implementar a educação de trânsito no ato da abordagem, difundindo dados estatísticos de acidentes de trânsito, devendo as autuações serem precedidas de esclarecimento das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança de trânsito, de modo a contribuir para a mudança de comportamento dos condutores;

2.2.1.3 - Contribuir com o indicador “sensação de segurança” por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências;

2.2.1.4 - Incluir na **fiscalização ao transporte de passageiros e cargas** ações de combate ao crime, quando possível com o emprego de grupos táticos e cães farejadores;

2.2.1.5 - Informar aos passageiros, ao término da fiscalização, a importância do trabalho realizado e, sempre que possível, os dados relativos às apreensões de pessoas e drogas;

2.2.1.6 - Contemplar nos planejamentos operacionais as operações especiais e os comandos específicos, bem como as operações relativas a eventos regionais e nacionais;

2.2.1.7 - Considerar quando da elaboração do planejamento operacional as informações relativas aos pontos críticos de ocorrências de acidentes e crimes;

2.2.1.8 - Fazer o planejamento específico das equipes de ronda e de Postos (Cartão-Programa). As equipes de ronda devem priorizar a fiscalização de infrações de deslocamento e a dos Postos as condições veiculares;

- 2.2.1.9 - Aumentar a eficiência das abordagens, estabelecendo um padrão;
- 2.2.1.10 - Controlar os trabalhos dos policiais para fins de avaliação de desempenho e qualidade do trabalho executado;
- 2.2.1.11 - Implementar a fiscalização de excesso de velocidade com emprego de equipamentos estáticos e portáteis e a fiscalização de alcoolemia com emprego de etilômetros;
- 2.2.1.12 - Implementar ações de fiscalização a motociclistas, principalmente em áreas urbanas;
- 2.2.1.13 - Desenvolver políticas de comandos ou operações especiais com o uso do pessoal administrativo das sedes das regionais, mantendo atualizado os policiais da área administrativa;
- 2.2.1.14 - Realizar eventos de capacitação, abrangendo os temas direitos humanos, cidadania, ética e postura profissional, idiomas, comunicação e relações interpessoais;
- 2.2.1.15 - Melhorar as condições nos postos para atender aos usuários com mais eficiência, dotando-os de mapas, informações turísticas e equipamentos de informática;
- 2.2.1.16 - Monitorar os status das comunicações no BR-Brasil e reduzir o tempo de resposta às ocorrências;
- 2.2.1.17 - Viabilizar a criação de grupos táticas nas delegacias e o fortalecimento dos Núcleos de Operações Especiais;
- 2.2.1.18 - Integrar as ações de combate ao crime com as atividades de inteligência;
- 2.2.1.19 - Promover a integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização.;
- 2.2.1.20 - Implementar ações para prevenir e combater a corrupção na PRF;
- 2.2.1.21 - Intensificar as ações multidisciplinares envolvendo todas as áreas das Regionais;
- 2.2.1.22 - Implementar ações de monitoramento com a utilização de novas tecnologias (câmeras, OCR, etc.);
- 2.2.1.23 - Implementar os convênios com estados e municípios, através do SAMU, para o atendimento qualificado das vítimas de acidentes de trânsito;
- 2.2.1.24 - Realizar pesquisas de satisfação dos usuários, periodicamente, utilizando as fichas de

fiscalização, verificando aspectos relativos a urbanidade, apresentação individual, clareza e firmeza na orientação/autuação;

2.2.1.25 - Estimular ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos;

2.2.2 - Dentro do cenário vivido durante o exercício de 2010 entendemos como importante destacar os seguintes eventos:

2.2.2.1 – Nomeação do Superintendente Titular;

2.2.2.2 – Contingenciamento de recursos financeiros dificultando o pagamentos das despesas já liquidadas;

2.2.2.3 – Contingenciamento de recursos orçamentários limitando a execução das despesas, inclusive as essenciais e de manutenção;

2.3 - Programas sob a responsabilidade da unidade:

#### QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

**Esta UJ não tem a responsabilidade de gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA), portanto não se aplica a UJ.**

#### Quadro resumo do gasto por ações:

Projeto/Atividade		Empenho Liquidado	Valores Pagos
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	2.712.272,49	2.550.178,40
200G	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	44.606,48	
20EV	(sem descricao)	1.341.611,86	180.559,41
2346	FISCALIZACAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS	71.427,34	39.293,39
2348	FISCALIZACAO DA CONCESSAO DOS SERVICOS E DA EXPLORACAO DA INFRA-ESTRUTURA FERROVIARIA	17.169,70	17.031,77
2524	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	408.212,13	312.968,07
2723	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS	1.910.857,27	1.833.843,01
2816	SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	95.599,70	88.583,26
4017	EXAMES NACIONAIS DE HABILIDADES E COMPETENCIAS	3.651,90	3.417,32
4290	ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FEDERAIS	48.238,79	40.458,01
8698	MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.042.754,37	836.198,70
86A1	PROCESSAMENTO E ARRECADACAO DE MULTAS APLICADAS PELA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	5.391,20	5.391,20
8855	FORTALECIMENTO DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA PUBLICA	862.493,91	852.700,68
8857	APOIO A IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE SEGURANCA CIDADADA	104.254,37	81.325,59

#### 2.3.1 - Execução Orçamentária por Programa de Governo

Demonstrativo da da Execução Orçamentária por Programa de Governo - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO. Conforme redação constante na Portaria 277/2010 este demonstrativo só deve ser preenchido pelas Unidades com responsabilidade para gerir Programas de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA).

## I. Relação dos programas e suas principais ações;

### 2.3. Programas

#### 2.3.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

##### 2.3.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

##### 2.3.1.2. Principais Ações do Programa

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

8698- Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

– Como indicador desse programa o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, adota um coeficiente de adequações de instalações físicas – CAIF, este coeficiente é apurado através de entrevistas realizadas junto aos Chefes de Delegacias que comandam as diversas Unidades Operacionais PRF de tal forma que reproduz a ótica de quem utiliza estas instalações. A planilha com a apuração desse índice esta colocada como anexo a este relatório – ANEXO IV. Importante destacar que mesmo com as diversas dificuldades vivenciadas durante o exercício de 2009, o esforço foi satisfatório pois o índice apurado em 2008 foi de 52,36% já em 2009 chegou a 69,44%.

AÇÃO:200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco <del>estruturais</del>
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.

Resultados:

Não houve aplicação na Regional

AÇÃO:8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.

Resultados:

Não houve aplicação durante o exercício

AÇÃO:1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.

Resultados:

Não houve aplicação no exercício

AÇÃO: 200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.

Resultados:

Aquisição de uma viatura Ford Ranger Adaptada para o transporte de cães farejadores.

AÇÃO:8698- Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

<b>Tipo</b>	<b>Projeto</b>
<b>Finalidade</b>	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e
<b>Descrição</b>	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.

Resultados:  
conforme relatório abaixo

\_\_\_ SIAFI2010-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) \_\_\_  
 DATA : 24/01/11                      HORA : 12:49:45                      USUARIO : ROBSON  
 REFERENCIA : DEZ                      AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL                      TELA: 9  
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 22/01/11 AS: 22:22

PROGRAMA : 1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODO  
 PROJETO/ATIVIDADE : 8698 - MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TEC  
 -----SALDO ATUAL-----  
 NAT. DESPESA    EMPENHOS EMITIDOS  
 -----  
 339030    11.539,86  
 339039    909.458,31  
 339092    3.608,31  
 449052    118.147,89

**Realizações:**

- Aquisição de Notebooks;
- Realização de manutenção de equipamentos de radio comunicação e informática;
- Pagamentos de despesas com telefonia fixa e móvel;
- Pagamentos de despesas com rede de comunicação de dados.

**Principais Resultados:**

Memoria no atendimento as demandas dos usuários e da justiça, pois com a aquisição de máquinas digitais todos os acidentes serão registrados e as fotos ficarão vinculadas no sistema apropriado para quando da requisição sejam fornecidas e venham possivelmente a esclarecer



alguma dúvida.

#### Principais Problemas:

Forte contingenciamento de recursos pelo Governo Federal que afetou a liquidação da despesa.

### 2.3.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

#### 2.3.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

#### 2.3.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4641 Publicidade de Utilidade Pública

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela F

8703- Atividade Correicional

8692-Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

2720- Ações de Carater Sigiloso na Área da Segurança Pública

ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

REFERENTES A: 02/02/11AS: 00:21

PROGRAMA : 0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

PROJETO/ATIVIDADE : 2723 - POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADA

NAT. DESPESA

	EMPENHOS EMITIDOS
33901414 diarias nacionais	600.568,06
33903001 Combustíveis	751.523,65
33903006 alimento para animais	6.760,00
33903009 material farmacologico	6.445,90
33903012 material de uso zootecnico	4.420,00
33903016 material expediente	4.500,00
33903017 material processamento de dados	7.000,00
33903025 manutenção bens moveis	1.250,00
33903028 material de proteção e seg.	468,00
33903039 mat. Manut. veiculos	353.445,19
33903301 passagem aerea	4.062,87
33903903 tx adm combustiveis	36.687,77
33903905 Sv tec profissional	8.930,00
33903917 Mat maq e equip.	24.539,30
33903919 Mnt veiculos	100.256,53

Ao longo do ano de 2010, relativamente a viaturas, o Núcleo de Serviços Gerais verificou a necessidade de aquisição de mais pneus. A falta de recursos para compra dos mesmos, assim como a pouca quantidade dos mesmos estipulada no Registro de Preço realizado pela 1ª SRPRF/GO, na qual a 11ª SRPRF/PE figurou como participante, não foi suficiente para suprir a

necessidade desta Regional.

Devido a limitações orçamentárias, fomos obrigados a contingenciar recursos escassos que foram descentralizados, obrigando-nos a gerir um recurso menor para uma quantidade maior de viaturas. Em virtude da realização de um novo Pregão Eletrônico para contratação de empresa para prestar serviço de manutenção de viaturas em 2009, houve um acréscimo no valor gasto com veículos, uma vez que o desconto obtido no valor das peças e o valor da mão-de-obra ficou bem inferior ao do antigo contrato. O total de valor gasto com manutenção de viaturas Também foi incrementada à nossa frota em 2010 sete veículos GM/Blazer, dois Nissan/Frontier, dois Mitsubishi/Pajero, uma ambulância Fiat/Ducato e um Ford/Fusion.

No entanto, está sendo estimulado e foi realizado leilão público visando o desfazimento das viaturas consideradas antieconômicas, ociosas ou irrecuperáveis. Os materiais descartados pela oficina no conserto de viaturas como, por exemplo, suas peças, assim como os pneus usados e baterias, fizeram parte dos itens que foram leiloados, não havendo, portanto, desperdício de recurso pela Administração, nem mesmo dos materiais que em tese seriam descartados e encaminhados ao lixo. Tais recursos arrecadados serão utilizados para aquisição de novas viaturas policiais. Esta aquisição é realizada de forma centralizada pelo DPRF em Brasília-DF. Na 11ª SRPRF/PE foram leiloadas 14 viaturas pertencentes a esta Regional e mais 33 pertencentes às Regionais de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, todas consideradas antieconômicas e/ou irrecuperáveis Também foram leiloados em outros 28 lotes equipamentos de informática, sucatas, pneus, baterias, dentre outros. Foi arrecadado no total R\$ 666.700,00 com veículos e R\$ 52.550,00 com os demais.

Com relação às despesas pertinentes ao NUSEG, foram realizadas o mínimo de dispensas de licitação e inexigibilidades (Artigo 24, Incisos I e II e Artigo 25, ambos da Lei 8.666/93), constituindo-se uma exceção à regra e não uma rotina na realização da despesa pública. Dentre as inexigibilidades, incluem-se o serviço de licenciamento anual da frota para o exercício de 2010, assim como o serviço de aferição pelo INMETRO de bafômetros e radares.

PROGRAMA : 1449 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS  
PROJETO/ATIVIDADE : 4017 - EXAMES NACIONAIS DE HABILIDADES E COMPETENCIA

NAT. DESPESA		EMPENHOS EMITIDOS
33901414	diarias nac	3.651,90

PROGRAMA : 1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA -  
PROJETO/ATIVIDADE : 20EV

NAT. DESPESA		EMPENHOS EMITIDOS
33901414	diarias nac	172.501,89
33903301	passag. Nac.n	45.639,97
44905252	veiculos	1.123.470,00

PROGRAMA : 1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA -  
PROJETO/ATIVIDADE : 8855 - FORTALECIMENTO DAS INSTITUICOES DE SEGURANCA

NAT. DESPESA		EMPENHOS EMITIDOS
33901414	diarias nacionais	22.717,60
33903301	passagem aerea	2.776,31
44905252	veiculos	837.000,00

PROGRAMA : 1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA -  
PROJETO/ATIVIDADE : 8857 - APOIO A IMPLEMENTACAO DE POLITICAS DE SEGURAN

NAT. DESPESA		EMPENHOS EMITIDOS
33901414	diarias nac.	58.170,10

33903301	passagens nacionais	34.142,52
44905233	equip. Audio, video e fotos	3.631,75
44905235	maq. Equip e utensilios	8.310,00

PROGRAMA : 1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE  
 PROJETO/ATIVIDADE : 2346 - FISCALIZACAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE RODOV

NAT. DESPESA		EMPENHOS EMITIDOS
33903039	mnt de viaturas	70.000,00
33903301	passagens aereas	1.427,34

PROGRAMA : 1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE  
 PROJETO/ATIVIDADE : 2348 - FISCALIZACAO DA CONCESSAO DOS SERVICOS E DA E

NAT. DESPESA		EMPENHOS EMITIDOS
33901414	diarias nac.	15.492,46
33903301	passagens nacionais	1.677,24

### 2.3.2.3. Gestão das Ações

#### 2.3.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

##### 2.3.2.3.1.1. Dados Gerais

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.

##### 2.2.2.3.1.2. Resultados

Não houve aplicação no exercício

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.

Resultados:

Não houve aplicação neste exercício



## COMPRA DE MATERIAIS HOSPITALARES

### FITAS REAGENTES EM MAIO DE 2010

COLESTEROL	34 CAIXAS	R\$ 4.522,00
TRIGLICERÍDEO	34 CAIXAS	R\$ 4.522,00
GLICOSE	34 CAIXAS	R\$ 2.330,70
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 11.374,70</b>

Ata de registro de preços nº 05/2010 e autorização nº 23/2010 - 18/05/2010

### MATERIAIS DE APH E OUTROS EM NOVEMBRO DE 2010 - RECEBIDOS

ÁLCOOL 70° GEL	184 GARRAFAS	R\$ 465,52
DISPENS. HIGIENIZADOR	110 UNIDADES	R\$ 1.358,50
ORGANIZADOR P	10 UNIDADES	R\$ 130,00
MASCARA FACIAL	350 CAIXAS	R\$ 1.718,50
COMPRESSA GAZE	50 PACOTES	R\$ 15,00
ESPARADRAPO	20 UNIDADES	R\$ 76,80
ATADURA 10CM	20 PACOTES	R\$ 87,80
ATADURA 12CM	20 PACOTES	R\$ 98,60
ATADURA 15CM	20 PACOTES	R\$ 134,60
ATADURA 20CM	20 PACOTES	R\$ 179,40
PINÇA CIRÚRGICA	5 UNIDADES	R\$ 68,45
LUVA DESCARTÁVEL G	70 CAIXAS	R\$ 657,30
LUVA DESCARTÁVEL M	180 CAIXAS	R\$ 1.690,20
LUVA DESCARTÁVEL P	100 CAIXAS	R\$ 939,00
COLAR CERVICAL	20 UNIDADES	R\$ 700,00
PROTETOR QUEIMADOS	20 UNIDADES	R\$ 86,00
LIXEIRA	20 UNIDADES	R\$ 998,00
ORGANIZADOR M	10 UNIDADES	R\$ 189,80
ORGANIZADOR P ALTO	10 UNIDADES	R\$ 108,00
ORGANIZADOR M BAIXO	10 UNIDADES	R\$ 189,80
ORGANIZADOR G	10 UNIDADES	R\$ 715,00
ÓCULOS DE PROTEÇÃO	65 UNIDADES	R\$ 179,40
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 10.785,67</b>

Solicitado através do memorando nº 158/2011 - NURAM.

### MATERIAIS DE APH E OUTROS EM NOVEMBRO DE 2010 - A RECEBER

FITA DE ISOLAMENTO	10 UNIDADES	R\$ 103,50
ORGANIZADOR M ALTO	10 UNIDADES	R\$ 299,90
PRANCHA RÍGIDA	5 UNIDADES	R\$ 1.450,00
LENÇOL DESCARTÁVEL	10 PACOTES	R\$ 82,00
ÁLCOOL 70° LÍQUIDO	96 GARRAFAS	R\$ 233,28
COMPRESSA GAZE PACOTÃO	20 PACOTES	R\$ 155,60
COLETOR MAT PERF CORTAN	25 UNIDADES	R\$ 46,75
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.371,03</b>

Solicitado através do memorando nº 158/2011 - NURAM.

**TOTAL GERAL**

**R\$ 24.531,40**

<b>COMPRA DE EQUIPAMENTOS CSR/PATRULHA</b>		
RAIZAMED	1 UNIDADE	R\$ 8.967,00
GCTL	4 UNIDADES	R\$ 3.880,84
BIOIMPEDÂNCIA	4 UNIDADES	R\$ 712,00
OXIMETRO DE PULSO	3 UNIDADES	R\$ 4.799,85
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 18.359,69</b>
Adquirido através do processo nº 08654001760/2010-31.		

1. Os **Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR)** são operações realizadas pelas regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), com o objetivo de detectar e alertar alterações em parâmetros de saúde que podem prejudicar e/ou impedir a condução de veículos por condutores profissionais, os quais dado às características peculiares de sua profissão, descuidam-se em prevenir-se, aumentando as causas de acidentes. Tais comandos visam a redução no número de acidentes nas rodovias federais, sendo o público alvo, motoristas habilitados nas categorias C, D ou E, priorizando os condutores de veículos transportadores de cargas, além de obter indicadores estatísticos acerca do perfil de saúde dos motoristas profissionais.
2. Nos CSR, abordagens aleatórias são realizadas aos motoristas profissionais que, de forma voluntária, se submetem a uma sequência de exames clínicos que identificam nos condutores sinais e sintomas relacionados à obesidade, hipertensão, hiperglicemia, hipercolesterolemia, etilismo, tabagismo, deficiência na força manual, acuidade visual imprópria, e ainda carga horária trabalhada em excesso e utilização de medicamentos impróprios. Para a realização destes exames é necessário a aquisição de equipamentos específicos para tais atividades. Na planilha anexa, são elencados os equipamentos adquiridos pela Divisão de Saúde do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, DISAS, para o ano de 2010, assim como as diárias e compra de materiais hospitalares (fitas reagentes)
3. Infelizmente, no ano de 2010, apesar da aquisição dos equipamentos acima elencados, houve, por solicitação da DISAS para todas as regionais, uma redução na quantidade dos comandos, de 10 em 2009 para apenas 03 em 2010.
4. Os acidentes de trânsito envolvendo veículos de carga, geralmente trazem consequências trágicas, com grande número de vítimas, a maioria fatais. No ano de 2010 houve um aumento de 27,5% destes acidentes em relação ao ano de 2009.
5. Várias são as causas de acidentes de trânsito, mas a abordagem com conscientização dos condutores de veículos de carga que são realizadas no CSRs é uma maneira eficiente na tentativa de redução da quantidade e gravidade de vítimas, o que nos força a aumentar tais eventos e não reduzi-los.
6. O **Patrulha da Saúde (PS)** compreende um conjunto de atividades na área de saúde, visando os servidores administrativos e policiais, com a finalidade de orientá-los e estimulá-los à mudança de hábitos e início de atividades físicas regulares, tentamos contribuir positivamente para a melhora do indivíduo e por consequência dos serviços apresentados por todos que compõem a 11ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco, reduzindo a incidência de afastamento por dispensa médica, aumentando a quantidade e qualidade do número de procedimentos do efetivo e criando uma maior percepção de segurança aos usuários de nossas rodovias.
7. Com o apoio da Divisão de Saúde e Assistência Social (DISAS) e contando com os recursos do Programa Servidor Saudável Escolha Racional e Viável (PROSSERV) são colhidos os dados de cada indivíduo, de cada unidade, postos e delegacias, (encaminhado para a DISAS

através de relatório e memorando específicos) sendo possível traçar um perfil do servidor na 11ª SRPRF/PE.

8. Na planilha anexa, são demonstrados os equipamentos adquiridos pela Divisão de Saúde do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, DISAS, para o ano de 2010, assim como as diárias e compra de materiais hospitalares, que distribuídos proporcionalmente a cada unidade descentralizada de nossa regional, seguindo o critério de quantidade e gravidade dos acidentes em cada circunscrição, contribuíram para um melhor atendimento pré-hospitalar, embora, seja de extrema necessidade a renovação e melhoramento na capacitação de nossos servidores para tal fim.
9. Infelizmente, o padrão de saúde dos nossos servidores apresentou uma redução de qualidade de 2009 para 2010, sendo refletida no aumento de afastamentos por atestados médicos.
10. Vários são os fatores causadores de acidentes. Segundo a OMS, Organização Mundial de Saúde, 90% são causados por falhas humanas, 6% por má condições das vias e 4% por falhas mecânicas.
11. Verificamos que a conscientização dos condutores quanto ao seu estado de saúde no ato de dirigir refletem diretamente na sua Atenção, Previsão, Decisão e Habilidade ao conduzir qualquer veículo, refletindo diretamente nos princípios da Direção Defensiva.
12. Daí a importância de eventos como os Comandos de Saúde nas Rodovias e o Patrulha da Saúde. O primeiro atinge o público externo, os condutores de veículos de carga. Com a sua conscientização em uma melhor qualidade de vida, reduziremos as taxas de acidentes e mortalidade, atingindo parte dos objetivos do DPRF. O segundo evento, o Patrulha da Saúde, força nossos servidores a buscarem uma melhor condição de trabalho, com mais
13. saúde, por consequência mais disposição e menos afastamentos do trabalho por motivos médicos, aumentando nosso número de procedimentos e por fim, dando aos usuários de nossas rodovias uma maior percepção de segurança.



Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico

Resultados:

Conforme relatório abaixo

\_\_\_\_ SIAFI2010-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA)  
 DATA : 24/01/11 HORA : 12:48:07 USUARIO : ROBSON  
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 2  
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 22/01/11 AS: 22:22

PROGRAMA : 0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS  
 PROJETO/ATIVIDADE : 2524 - CAPACITACAO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE

-----SALDO ATUAL-----	
NAT. DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
-----	
339014	284.320,15
339033	119.583,83
339039	4.158,15
339139	150,00

O Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal tem como atribuição, dentre outras, a capacitação do efetivo da Regional, como também a promoção da educação para o trânsito para o público interno e externo, divulgando o trabalho da PRF perante a sociedade. Quanto a Legislação de Pessoal, o Núcleo analisa os processos e produz pareceres quanto a legalidade dos pleitos dos servidores.

## CAPACITACAO

Durante o exercício de 2010, o NUCAP/PE organizou e administrou cursos de capacitação, alguns deles em parceria com outros órgãos, onde foram capacitados 162 servidores. Os cursos da

área meio atenderam a 16 servidores e os da área fim contemplaram 146 policiais.

A COEN, através do NUCAP/PE, convocou durante todo o ano, vários servidores para cursos de capacitação em diversas áreas de atuação, inclusive cursos no exterior, numa parceria do DPRF com o Estado de Israel, que por duas oportunidades, ofertou cursos nas áreas de cinotecnia e de polícia cidadã. Um piloto da DOA/NE também viajou para fora do País, e participou de atualizações em pilotagem nos EUA. Neste trabalho, o NUCAP convoca os servidores, solicita os recursos, lança as solicitações no SCDP e cobra a prestação de contas da viagem realizada.

Pelo NUCAP, a COEN também convocou muitos instrutores desta Regional, nas suas diversas áreas de qualificação, para ministrar cursos de capacitação em todo Brasil. Vale ressaltar que no ano de 2010, 07 servidores da 11ª SRPRF foram aprovados no CFI, passando a integrar o quadro de instrutores do DPRF.

- Prosseguindo com o Programa de Atualização Policial, promovido pela Coordenação de Ensino e gerenciado pelo NUCAP, deu-se continuidade ao módulo II desse programa. O PAP II visa atualizar os PRF's no uso legal e progressivo da força, armamento e tiro. Durante o ano foram treinados 44 policiais;
- Dentro do mesmo Programa, foi finalizado o módulo IV – Curso Avançado de Levantamento do Local de Acidente, com a participação de 47 policiais;
- Promoveu-se a capacitação e a atualização em técnicas policiais, de um servidor que retornou ao cargo de PRF depois de 07 anos;
- Nos primeiros meses do ano, 12 policiais participaram do Curso de Tiro Defensivo na Preservação da Vida “Método Giraldi”, que tem como principal fundamento os reflexos condicionados positivos, a serem adquiridos pelo policial em treinamentos imitativos da realidade;
- Quatro cursos operacionais foram oferecidos a Superintendência: o Curso de Ações táticas Especiais, do BOPE da Polícia Militar de Alagoas (01 policial); o Curso de Segurança e Proteção de Autoridades e o estágio de Adaptação à Caatinga, ministrados pelo Exército Brasileiro (03 policiais); e o Curso Intensivo de Operações e Sobrevivência na Área de Caatinga, da Polícia Militar de Pernambuco (01 policial). Todos policiais concluíram os cursos com louvor;
- Com a chegada das novas pistolas PT840, surgiu a necessidade de capacitar os servidores que receberam o novo armamento. Foi criado o Curso de Adaptação a PT840, com a participação de 22 policiais. Nesta mesma área de atuação, instrutores de tiro capacitaram 16 PRF's no uso da carabina MD97;
- O DNIT organizou o Curso de Prevenção e Atendimento de Acidentes com Cargas Perigosas na BR-101/PE. Participaram 05 policiais de Delegacias que atendem a referida BR;
- Por solicitação do Justiça Federal foi ministrado o treinamento de técnicas em segurança de autoridades aos militares que fazem a segurança de juizes do Poder Judiciário. Foram capacitados 17 servidores;
- Por solicitação da Corregedoria Regional, devido ao aumento da demanda de processos, 14 PRF's participaram do Curso de Capacitação em PAD, realizado pela CGU/PB;
- Nos cursos voltados para atividade meio, se destacaram o curso da VII Semana de Administração Orçamentária, Financeira & de Contratações Públicas, promovida pela ESAF, e o curso de Gestão da Informação Operacional – Extrator de Dados;
- A Comissão Regional de Educação para o Trânsito, presidida pelo servidor IVANIL Marques Silva Júnior, promoveu junto com o NUCAP e com alguns servidores que se identificam com o tema, palestras educativas em diversas instituições, tais como escolas de educação infantil, hospitais e comandos educativos. Essas palestras totalizaram 870 espectadores em todo o Estado de Pernambuco.

Segue abaixo, planilhas dos eventos no ano de 2010 :

### **RELATÓRIO DE CURSOS – jan a dez/2010 – 11ª SRPRF/PE**

Nome do Evento	Carga Horária	Participantes				Local	Custos
		PRF	ADM	Outros	Total		
Curso de tiro defensivo – Método Giraldi	30	12			12	PMPE	R\$ 0,00
Atualização em abordagem e tiro	14	1			1	11ªSRPRF/PE	R\$ 0,00
Capacitação na MD 97	8	16			16	11ªSRPRF/PE	R\$ 0,00
Curso de Prev e Atend a acidentes Cargas Perig	28	5			5	DNIT	R\$ 0,00
Curso de ações Táticas – BOPE	500	1			1	PMAL	R\$ 4.319,00
Estágio de adaptação à caatinga	76	1			1	Exército Brasileiro	R\$ 638,95
Estágio de segurança de autoridade	220	2			2	Exército Brasileiro	R\$ 0,00
Curso de levantamento de local de acidente	8	41			41	Sede 11ªSRPRF/PE	R\$ 0,00
Capacitação naPT840	4	22			22	11ª SRPRF/PE	R\$ 0,00
Curso de PAD	20	14			14	CGU/PB	R\$ 17.000,55
Segurança de autoridades	8	0		17	17	11ª SRPRF/PE	R\$ 0,00
PAP II	8	44			44	11ª SRPRF/PE	R\$ 5.700,75
Gestão informação operacional-extrator de dados	120	1			1	Brasília/DF	R\$ 5.294,34
Semana administração orçamentária	40	1			1	Sede 11ªSRPRF/PE	R\$ 1.423,85
Curso intensivo de op. E sobrevivência na caatinga	380	1			1	PMPE	R\$ 2.663,75
		<b>162</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>179</b>		<b>R\$ 37.041,19</b>

## **RELATÓRIO DE PALESTRAS – jan a dez/2010 – 11ª SRPRF/PE**

### **Educação para o Trânsito**

Nome do Evento	Período	Particip	Local	Local
COMANDO EDUCATIVO DE TRÂNSITO – OP CARNAVAL	12/02/10	106	RECIFE-PE	BR 101, KM 090
PALESTRA SOBRE O TRANSPORTE DE CRIANÇAS	30/03/10	80	RECIFE-PE	HOSPITAL UNIMED
PALESTRA DE EDUCAÇÃO PARA TRÂNSITO	17/04/09	250	CARUARU – PE	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
PALESTRA DE EDUCAÇÃO PARA TRÂNSITO	03/06/09	200	RECIFE-PE	COLÉGIO SALESIANO
PALESTRA DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	20/05/10	150	IBIRAJUBA-PE	PREFEITURA MUNICIPAL
PALESTRA DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	11/06/10	60	RECIFE-PE	COLÉGIO MONTE SINAI
ATITUDES E COMPORAMENTO NO TRÂNSITO	08/07/10	59	CARUARU – PE	LOJA MAKRO
PALESTRA SOBRE O TRANSPORTE DE CRIANÇAS	26/05/09	48	CARUARU – PE	GRUPO NOVO HORIZONTE
TRÂNSITO COM CIDADANIA	10/11/10	80	VITÓRIA SANTO ANTÃO-PE	EXÉRCITO BRASILEIRO
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES :</b>		<b>870</b>		

## **LEGISLAÇÃO**

Como foi anteriormente mencionado, faz parte das atribuições do NUCAP analisar processos e emitir pareceres quanto a legalidade dos mesmos e dos pleitos constantes dos requerimentos dos servidores. No exercício de 2010 foram emitidos 122 pareceres, destacando-se as solicitações de remoção e aposentadoria, que chegaram a 33% e 20%, respectivamente, do total das análises.

### **DA ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2010 E AS METAS PARA 2011**

No ano de 2010, a 11ª Superintendência passou por uma fase de reordenamento, devido ao afastamento de servidores de suas funções. Este fator foi limitante para a realização de outros cursos planejados para o referido ano.

Para o ano de 2011 planeja-se realizar os cursos listados abaixo, dando ênfase a curso de Espargidor e TASER, como também a conclusão do PAP II. Contudo, alterações poderão acontecer neste planejamento de acordo com o montante destinado a esta Regional.

Administração Patrimonial no Serviço Público;  
Cerimonial e Protocolo em Eventos;  
Curso de PAD;  
Curso de planejamento em segurança eletrônica;

- Gerenciamento de Projetos de Engenharia e Arquitetura;  
 Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização e Serviços na Administração Pública;  
 Licitação e Contratos Na Administração Pública Atualizado Com Ênfase No Pregão  
 (Presencial e Eletrônico) e Sistema de Registro de Preços;  
 Aspectos Legais;  
 Curso de uso do espargidor;  
 Curso de uso da TASER;  
 Curso de adaptação a PT840;  
 Condução Policial (Direção Defensiva, Condução Policial e Mecânica);  
 Curso de motociclista batedor;  
 Salvamento;
13. Programa de Atualização Policial II -Uso Legal e Progressivo da Força- Armamento e Tiro;
14. Identificação veicular;
15. Curso de análise de dados do tacógrafo;

AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.

Resultados:

Deslocamento de servidores para levantamento de informações fora da sede da Regional.

\_\_\_ SIAFI2010-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA)\_\_\_  
 DATA : 24/01/11 HORA : 12:48:42 USUARIO : ROBSON  
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 4  
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 22/01/11 AS: 22:22

PROGRAMA : 0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS  
 PROJETO/ATIVIDADE : 2816 - SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA RODOVIARIA

-----SALDO ATUAL-----	
NAT. DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
-----	
339014	81.723,48
339033	6.921,97
449052	6.954,25

## **1. FINALIDADE DA ATIVIDADE:**

Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

## **2. DESCRIÇÃO:**

Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.

## **3. RESULTADOS:**

- Deslocamos servidores para levantamento de informações fora da sede da Regional;
- Trabalhamos em diversas operações nacionais e estaduais, tais como Operação Pesadelo, Operação Leão de Fogo, Operação Imperatriz, dentre outras;
- Participamos de cursos de capacitação ministrados pela Coordenação de Inteligência;
- Adquirimos equipamentos para auxiliar na atividade de inteligência e para implementar o Plano de Segurança Orgânica da 11ª SRPRF/PE.

## **4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:**

Dentro das demandas que nos foram apresentadas, podemos concluir que a dotação orçamentária foi suficiente para pudéssemos atendê-las. Porém, atualmente, existe a necessidade de um número maior de efetivo, uma vez que houve escassez de agentes em algumas operações.

Ressaltamos ainda a necessidade da verba secreta, em razão da natureza da nossa atividade e de um suprimento de fundos para aquisição de materiais e pequenos serviços referentes à segurança orgânica.

Quanto à nossa estrutura técnico-operacional, existe a necessidade de aquisição de uma viatura técnica para que possamos otimizar os resultados obtidos por este Núcleo., bem como de equipamentos/materiais previstos no Plano de Segurança Orgânica da Sede da 11ª SRPRF/PE.

AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolem os limites das rodovias federais.

Resultados:

Não houve aplicação neste exercício

AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.

Resultados:

Confecção de Backdrops (painés) para realização de entrevistas e comunicados a imprensa.

AÇÃO:86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

Resultados:

Não houve aplicação nesta UJ, aplicação exclusiva no DPRF

SIAFI2010-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA)  
 DATA : 24/01/11 HORA : 12:49:06 USUARIO : ROBSON  
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 6  
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 22/01/11 AS: 22:22

PROGRAMA : 0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS  
 PROJETO/ATIVIDADE : 86A1 - PROCESSAMENTO E ARRECADACAO DE MULTAS APLICAD  
 -----SALDO ATUAL-----  
 NAT. DESPESA EMPENHOS EMITIDOS  
 -----  
 339030 5.391,20

Foram empenhados para o NMP R\$ 5.391,20, os quais foram utilizados na aquisição de 1840 talões de autos de infração, série "B12".

Esses talões correspondiam a 46.000 autos de infrações, com expectativa de consuma para um ano.

Começaram a ser utilizados nas Delegacias, na 2ª quizena de maio/2010.

Chegamos no final de dezembro/2010, com um estoque de 1164 talões, portanto sendo utilizados 676 talões.

Consumo abaixo da expectativa, justificado pela elevação das autuações feitas eletronicamente diretamente no computador ou nos EDA's.



AÇÃO:2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correções disciplinares e de combate à corrupção interna.

Resultados:

Não houve aplicação nesta UJ, ação exclusiva da sede do DPRF.

AÇÃO: 8692- Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.

Resultados:

Não houve aplicação nesta UJ de recursos, porém houve ações sem ônus

AÇÃO: 8703- Atividade Correicional

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.

Resultados:

Promoção de processos administrativos disciplinares através do deslocamento de servidores.

ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL  
 DADOS REFERENTES A: 23/01/10AS: 02:21  
 PROGRAMA DE TRABALHO : 06181066387030001 - ATIVIDADE CORREICIONAL  
 PROJETO/ATIVIDADE : 8703 - ATIVIDADE CORREICIONAL

NAT. DESPESA

	EMPENHOS EMITIDOS
339014	37.041,57
339033	6.353,34

os recursos disponibilizados para a Seção de Corregedoria da 11ª SPRF/PE no exercício de 2010, relativos a diárias e passagens, foram utilizados na execução das atividades pertinentes às atribuições desta Seção, a exemplo das inspeções correicionais e, em especial, na condução de 23 (vinte e três) processos administrativos disciplinares em curso naquele exercício, em que se observou a instauração de 40 (quarenta) procedimentos e julgamento de outros 28 (vinte e oito), conforme relatórios abaixo.

**RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS**

Quadro Consolidado Global	Período: 01/01/2010 a 31/12/2010
Quantidade de órgãos: 1	Número de procedimentos
Total de Procedimentos Instaurados	40
Total de Processos Administrativos Disciplinares	40

Décima-Primeira Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal	
Período: 01/01/2010 a 31/12/2010	
Quadro Consolidado	Período: 01/01/2010 a 31/12/2010
Total de Procedimentos Instaurados	40
Total de Processos Administrativos Disciplinares	40

Quadro Detalhado		
Número do PAD Principal	Data de Instauração	Tipo de Processo
08650001979/2009-37	19/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000003/2010-41	26/03/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000101/2010-88	26/01/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000346/2009-71	22/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000421/2010-38	26/02/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000524/2010-06	03/05/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000536/2010-22	01/06/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000690/2010-02	22/09/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000955/2010-64	03/05/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001051/2010-56	16/09/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001203/2010-11	22/03/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001309/2010-14	27/07/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001776/2010-44	21/09/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001777/2010-99	03/05/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001778/2010-33	03/05/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002061/2010-17	01/07/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002900/2010-99	02/08/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002902/2010-88	22/12/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002903/2010-22	22/12/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003031/2010-10	22/12/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003053/2010-80	12/07/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003054/2010-24	19/07/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003055/2010-79	01/07/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003362/2010-50	27/07/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003511/2010-81	27/07/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003917/2009-20	06/01/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004081/2009-81	11/01/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004250/2009-82	22/03/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004497/2010-32	27/09/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004498/2010-87	28/09/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004500/2010-18	27/09/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004804/2010-85	18/10/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005375/2009-20	19/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005496/2009-71	19/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005541/2009-98	26/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005721/2010-11	27/12/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005782/2009-37	26/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654006612/2009-70	22/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654000670/2009-71	06/07/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654006721/2005-63	26/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

**RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTO**

Quadro Consolidado Global	Período: 01/01/2010 a 31/12/2010
Quantidade de órgãos: 1	Número de procedimentos
Total de Procedimentos Julgados	28
Total de Processos Administrativos Disciplinares Julgados	28

Décima-Primeira Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal	
Período: 01/01/2010 a 31/12/2010	
Quadro Consolidado	Período: 01/01/2010 a 31/12/2010
Total de Procedimentos Instaurados	28
Total de Processos Administrativos Disciplinares	28

Quadro Detalhado		
Número do PAD Principal	Data de Instauração	Tipo de Processo
08654002074/2004-70	05/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001147/2009-81	14/12/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001309/2010-14	07/12/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001516/2009-35	04/06/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
09654001726/2008-42	01/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001746/2009-02	05/02/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654001778/2010-33	22/11/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002222/2009-21	02/06/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002251/2009-92	26/11/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002551/2008-91	15/03/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654002743/2009-88	13/08/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003287/2008-11	05/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003568/2008-65	08/10/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654003893/2008-28	15/12/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004081/2009-81	25/10/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004122/2008-58	25/01/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004916/2008-11	22/11/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654004917/2008-66	07/12/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005076/2009-95	14/07/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654005496/2009-71	19/11/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654006612/2009-70	05/10/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654006732/2008-03	01/06/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654006761/2008-58	05/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654007481/2008-67	22/03/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654007685/2008-06	15/03/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654007891/2008-16	14/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654008374/2008-56	05/04/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
08654008820/2008-22	22/06/10	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)

**RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTO**

Quadro Consolidado Global	período	01/01/2010 a 31/12/2010
Quantidade de Órgão:1		n Agentes Alcançados
Total Absolvidos:		6
Total Submetidos a outro processo:		0
Total Penalidades prescritas:		2
Total Apenados:		12
Total Advertências:		4
Total Suspensões:		8
Total Suspensões Convertidas em multa:		0
Total Demissões em Cargo Efetivo:		0
Total Demissões por Justa Causa:		0
Total Demissões sem Justa Causa:		0
Total Destituições de Diretor da Empresa:		0
Total Cassações de Aposentadoria:		0
Total Destituições de Cargo em Comissão:		0
Total Destituições de Fundo Comissionada:		0

Décima-Primeira Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal  
Período: 01/01/2010 a 31/12/2010

Quadro Consolidado	n Agentes Alcançados
Total Absolvidos:	6
Total Submetidos a outro processo:	0
Total Penalidades prescritas:	2
Total Apenados:	12
Total Advertências:	4
Total Suspensões:	8
Total Suspensões Convertidas em multa:	0
Total Demissões em Cargo Efetivo:	0
Total Demissões por Justa Causa:	0
Total Demissões sem Justa Causa:	0
Total Destituições de Diretor da Empresa:	0
Total Cassações de Aposentadoria:	0
Total Destituições de Cargo em Comissão:	0
Total Destituições de Fundo Comissionada:	0

### 2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

#### 2.3.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

#### 2.3.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

2003 Ações de Informática

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores P

### 2.3.3.3. Gestão das Ações

#### 2.3.3.3.1. Ação 2000 Administração da Unidade

##### 2.3.3.3.1.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

##### 2.3.3.3.1.2. Resultados

Atividades ligadas a manutenção do funcionamento administrativo da PRF (terceirizados/segurança orgânica e etc).

\_\_\_ SIAFI2010-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) \_\_\_\_\_  
 DATA : 24/01/11 HORA : 12:49:16 USUARIO : ROBSON  
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 7  
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 22/01/11 AS: 22:22

PROGRAMA : 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO  
 PROJETO/ATIVIDADE : 2000 - ADMINISTRACAO DA UNIDADE

-----SALDO ATUAL-----	
NAT. DESPESA	EMPENHOS EMITIDOS
319008	29.057,96
339014	220.586,46
339030	79.236,50
339033	62.302,30
339037	1.419.526,28
339039	742.709,34
339047	9.075,66
339092	586,61
339093	44.180,86
339139	17.352,58
449052	116.715,90

Como pode-se verificar, o segundo maior volume de recursos executados pela UJ durante o exercício de 2010 foram classificados neste programa e nesta ação, o que significa termos caracteristicamente uma execução voltada a manutenção e funcionamento da unidade, os investimentos e as despesas sob nossa controle e direção. É possível se destacar as despesas como terceirização (Apoio Administrativo, Limpeza e conservação e vigilância armada) que somados representam mais de 54% do total executado com despesas de custeio. Outros 18% foram gastos com Energia Elétrica e fornecimento de água, desta feita verificamos que mais de 72% são despesas compulsórias e não disponíveis, isso não significa que os 28% restantes são despesas eletivas pois dentre elas existem gastos com remoção, publicidade legal, aluguel de imóveis e etc;

Durante o exercício de 2010 a execução da ação Administração da Unidade também sofreu grandes contingenciamentos durante o exercício de 2010, eventos como manutenção de equipamentos, aquisição de mobiliário, pagamento das despesas de terceirização e liquidação das despesas gerais de funcionamento foi fortemente represada gerando inscrição de restos a pagar para 2011;

Ineditamente neste exercício, as diárias com as ações de corregedoria foram incluídas dentro da ação administração da unidade de tal forma que o controle e o acompanhamento das ações e procedimentos dos servidores são custeadas e viabilizadas por recursos da área administrativa;

Apesar do grande controle e da gestão austera que optou-se por realizar em especial quanto ao não acréscimo de valores qualitativos e quantitativos, ainda verificou-se um aumento de 19,44% das despesas somadas de vigilância armada e limpeza e conservação e de 2,91% do apoio administrativo, esses acréscimo foram decisivamente influenciados pelo aumento de salário concedido para as categorias em acordos coletivos;

A gestão administrativa da 11SPRF-PE em 2010 foi fortemente influenciada pela quantidade e qualificação dos servidores disponíveis na área administrativa, é razoável se conceber que a prioridade da PRF é a atividade de policiamento ostensivo das rodovias federais, contudo a falta de concursos públicos para contratações de servidores para área administrativa com habilidades e preparações específicas para os mais diversos assuntos e questões adstritos as ações meio da PRF;

Em complemento a análise ligada a qualificação dos servidores da área administrativa, verificou-se durante o exercício de 2010, que já há um esforço elogioso da Coordenação-Geral de



Administração em buscar o aperfeiçoamento em especial dos agentes que atuam na contratação, gestão e execução de contratos, nota-se que o ponto que merece maior cuidado é mesmo o treinamento prático e o estudo de casos que auxiliaram fortemente na implementação dos procedimentos;

Cada vez mais verifica-se que é exigido dos gestores públicos uma rápida adequação e acomodação dos procedimentos com vistas ao atendimento dos critérios de qualidade e controle que a cada ano ficam mais rígidos e eficientes. Argumentos como controle de custos e reavaliação de bens permanentes são assuntos que no meio privado já há muitos anos fazem parte do cotidiano dessas entidades, mas no meio público ainda assustam e causam muitas dúvidas haja vista a mudança de paradigma que necessariamente deverão passar;

Não há dúvida que o houve uma considerável melhoria na administração do recursos públicos, contudo ainda muito há que avançar de forma que a cultura de indicadores e o eficiente uso das ferramentas gerenciais possam ser utilizadas como instrumentos para tomada de decisão.

Caso se confirme a redução no investimento e no custeio existe um grande risco de sucateamento dos equipamentos e das instalações acarretando um custo maior no futuro.

Ação 2003 - Ações de Informática

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Resultados:

Manutenção de material de processamento de dados

ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL  
 DADOS REFERENTES A: 23/01/10AS: 02:21  
 PROGRAMA DE TRABALHO : 06126075020030001 - ACOES DE INFORMATICA  
 PROJETO/ATIVIDADE : 2003 - ACOES DE INFORMATICA

NAT. DESPESA

339030  
 339039

EMPENHOS EMITIDOS  
 2.573,47  
 1.563,65

Principais resultados:

- Recuperação tempestiva dos equipamentos de processamento de dados diminuindo o tempo de interrupção dos sistemas;

Principais Problemas:

- Baixo nível de recurso para este tipo de manutenção.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

Resultados:

Não houve aplicação pela UJ, ação exclusiva da Sede do DPRF

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

## e) 2.3.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	prioridade	Execução Física			Execução Financeira		
						Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
06	122	0750	2000	A	2	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 2.741.330,45	R\$ 2.741.330,45	R\$ 0,00
06	128	0663	2524	A	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 408.212,13	R\$ 408.212,13	R\$ 0,00
06	181	0663	2723	A	1	430248	360636	69612	R\$ 1.910.857,27	R\$ 1.910.857,27	R\$ 0,00
06	181	0663	4290	A	3	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 48.238,79	R\$ 48.238,79	R\$ 0,00
06	181	0663	86A1	A	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 5.391,20	R\$ 5.391,20	R\$ 0,00
06	181	1386	200G	P	2	1	1	0	R\$ 44.606,48	R\$ 44.606,48	R\$ 0,00
06	181	1386	8698	A	3	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 1.042.754,37	R\$ 1.042.754,37	R\$ 0,00
06	181	1453	8855	P	2	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 862.493,91	R\$ 862.493,91	R\$ 0,00
06	183	0663	2816	A	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 95.599,70	R\$ 95.599,70	R\$ 0,00
06	422	1453	20EV	P	2	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 1.341.611,86	R\$ 1.341.611,86	R\$ 0,00
06	422	1453	8857	A	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 104.254,37	R\$ 104.254,37	R\$ 0,00
09	272	0089	0181	A	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 0,00	R\$ 38.527,50	R\$ 0,00
12	362	1449	4017	A	2	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 3.651,90	R\$ 3.651,90	R\$ 0,00
26	125	1463	2346	A	1	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 71.427,34	R\$ 71.427,34	R\$ 0,00
26	125	1463	2348	A	2	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	R\$ 17.169,70	R\$ 17.169,70	R\$ 0,00

## 2.4 - Desempenho Operacional

### Indicadores de desempenho

#### 2.4.1. Percepção de Segurança

Conforme dispõe a Portaria nº 49/2010 – DG e Instrução Normativa 02/2010 - 11SPRF/PE, o Indicador Percepção de Segurança deverá ser aferido por pesquisa quantitativa aplicada a usuários das rodovias federais, estratificada por gênero, faixa etária e tipo de veículo.

A referida pesquisa não foi realizada no ano de 2010 em função da falta de recursos para implementação da pesquisa.

##### 2.4.1.1 Apresentação dos resultados obtidos

A meta estabelecida para a Regional para o exercício de 2010 foi de 76 % para o Indicador Percepção de Segurança. Neste ano em função de dificuldades administrativas do DPRF em BSB.

#### 2.4.2. Taxa de Variação de Acidentes

O indicador Taxa de Variação de Acidentes, conforme dispõe a 49 – DG/DPRF/MJ e IN 02/2010 11SPRF/PE, no § 2º Artigo 1º, é aferido em função da variação da frota nacional de veículos automotores. De acordo com o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – a variação da referida frota no ano de 2010 comportou-se da seguinte forma:

Evolução mensal da frota nacional de veículos/2010			
janeiro	59705311	julho	62296761

fevereiro	60055556	agosto	62780364
março	60583473	setembro	63259830
abril	61014812	outubro	63654777
maio	61421771	novembro	64049723
junho	61833992	dezembro	64444670

Fonte: DENATRAN

#### 2.4.2.1 Apresentação dos resultados obtidos

Para o exercício de 2010 o DPRF/MJ atribuiu para esta Regional a meta de, no máximo, 113,94 acidentes por milhão de veículos da frota nacional. Visando possibilitar a implementação de mudança de estratégia ao longo do exercício, caso fosse necessário fazê-lo, a Superintendência desmembrou por mês a meta para ela atribuída, considerando a “contribuição” de cada um desses períodos na totalização dos acidentes registrados no exercício anterior.

O quadro abaixo detalha a distribuição acima referida, bem como os resultados obtidos.

Acompanhamento mensal da meta do Indicador Taxa de Variação de Acidentes/2010

MÊS	ACIDENTES			
	Metas	Quantidade	Realizado	%
1	8,01	586	9,68	120,85
2	7,46	502	8,23	110,32
3	7,62	583	9,54	125,2
4	8,87	546	8,88	100,11
5	8,55	595	9,51	111,23
6	9,05	625	10,03	110,83
7	8,73	613	9,76	111,8
8	9,47	637	10	105,6
9	7,92	621	9,8	123,74
10	8,5	632	9,71	114,24
11	8,84	652	10,06	113,8
12	10,98	751	11,58	105,46
Total	104	7343	116,78	112,29

Fonte: Central de Informações Operacionais

#### 2.4.2.2 Análise dos resultados obtidos

Conforme depõe o quadro acima, a 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PE não atingiu plenamente a meta relativa ao Indicador Taxa de Variação de Acidentes. Ao verificarmos os resultados por mês, constatamos que a meta foi alcançada nos meses de março, maio, junho, setembro e novembro.

Com relação ao estudo mais detalhado dos acidentes, a Seção de Policiamento e Fiscalização, bem como o Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária dispõem de relatórios específicos, os quais encontram-se à disposição para possíveis consultas.

De acordo com o citado estudo, há 22 pontos críticos principais, todos localizados na rodovia BR-101, os quais perfazem 12,18 % do total de acidentes registrado em todas as rodovias federais do Estado de Pernambuco.

Devemos considerar, no entanto, que o índice percentual de 98,55 % não está muito distante do atingimento pleno da meta estabelecida. Ademais, houve alguns fatores determinantes que se constituíram em óbices para alcançarmos resultado plenamente exitoso, a saber:

- A realização de obras de duplicação nas rodovias BR-101, principal corredor rodoviário do Estado, e BR-104, localizada na Região Agreste do Estado e que dá acesso aos municípios que compõem o pólo de confecções de Pernambuco, um dos principais do país. Importa destacar que a realização dessas indispensáveis obras de estruturação, além de impactar a fluidez e a segurança do trânsito, também requer emprego efetivo de policiais rodoviários federais quando da execução de determinados serviços, a exemplo de detonações (explosões com uso de dinamite), ocasiões nas quais se faz necessário bloquear a via por considerável espaço de tempo.
- O crescimento exponencial da frota de veículos, além de impactar diretamente na fluidez e segurança do trânsito, traz consigo uma outra circunstância que deve ser considerada ao analisarmos os números acima: o aumento do número de condutores. De fato, nas rodovias, o grau de experiência ao volante constitui fator ainda mais significativo em relação às vias urbanas, compondo expressiva parcela relativamente à segurança do trânsito, mormente ao considerarmos aspectos como a geometria da via, velocidade operacional elevada, trânsito intenso de veículos pesados, ausência de iluminação pública, dentre outras características das vias rurais.
- Investimentos estruturais de grande porte no Estado também têm impactado significativamente o funcionamento das principais rodovias do Estado. O crescimento do complexo portuário de SUAPE, por exemplo, aumentou consideravelmente o transporte de cargas superdimensionadas, que necessitam de autorização especial e de escolta da PRF para transitarem.
- Obras contidas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – também têm onerado os trabalhos da Polícia Rodoviária Federal, principalmente na região do sertão do Estado. Citamos como exemplos a transposição do rio São Francisco e a construção da ferrovia trans-nordestina, que têm demandado frequente atuação das equipes em serviço naquela região.
- A histórica carência de efetivo da Superintendência Regional que, em decorrência da crescente demanda nas rodovias federais, tem-se constituído cada vez mais em um fator restritivo para o cumprimento da missão da Polícia Rodoviária Federal. Enquanto a frota de veículos registrados no Estado de Pernambuco cresceu 8,56%, houve uma redução da ordem de 6,51% do efetivo desta Regional.
- A realização, cada vez mais frequente, de eventos festivos de médio e grande porte em municípios cujo principal acesso é realizado por rodovia federal. Frise-se que, alguns desses eventos ocorrem em estabelecimentos localizados às margens de rodovias.

### 2.4.3. Taxa de Mortalidade

Conforme dispõe a Portaria nº 49/2010 – DG e Instrução Normativa 02/2010 - 11SPRF/PE, no § 3º Artigo 1º, o Indicador Taxa de Mortalidade também é aferido em função frota nacional de veículos automotores. Para o exercício de 2010, a meta estabelecida pelo DPRF/MJ para a Regional foi de, no máximo, 7,25 mortes por milhão de veículos da frota nacional.

#### 2.4.3.1 Apresentação dos resultados obtidos

A 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal empregou o mesmo critério utilizado para acompanhamento do Indicador Taxa de Variação de Acidentes, ou seja, desmembrou por mês a meta para ela atribuída, considerando a “contribuição” de cada um desses períodos na totalização das mortes registradas no exercício anterior, visando possibilitar a implementação de mudança de estratégia ao longo do exercício, caso fosse necessário fazê-lo.

O quadro seguinte detalha a distribuição acima referida, bem como os resultados obtidos.

Acompanhamento mensal da meta do Indicador Taxa de Mortalidade/2010

MÊS	MORTES			
	Metas	Quantidade	Realizado	%
1	0,58	40	0,5	86,21
2	0,68	28	0,43	63,24
3	0,83	42	0,59	71,08
4	0,81	41	0,66	81,48
5	0,58	29	0,9	155,17
6	0,63	45	0,76	120,63
7	0,71	38	0,79	111,27
8	0,58	51	0,43	74,14
9	0,61	38	0,52	85,25
10	0,87	38	0,58	66,67
11	0,54	38	0,58	107,41
12	0,98	42	0,78	79,59
Total	8,4	470	7,52	89,52

Fonte: Central de Informações Operacionais

#### 2.4.3.2 Análise dos resultados obtidos

Verifica-se que a meta para o Indicador Taxa de Mortalidade não foi cumprida, sendo ultrapassada em 3,07 %.

A intensificação do emprego de etilômetro para fiscalizar a ingestão de bebidas alcoólicas por parte dos condutores de veículos automotores contribuiu expressivamente para o êxito ora analisado. A mudança na lei, que promoveu o endurecimento da pena, foi um fator importante para tirar de circulação os infratores flagrados pelas equipes de fiscalização.



No exercício de 2010, foram realizados 36.368 testes de alcoolemia, emitidos 497 autos de infração e realizados 412 prisões de motoristas com teor alcoólico superior ao limite legal.

Os principais tipos de acidentes responsáveis pelas vítimas fatais foram: colisão frontal e atropelamento de pessoa.. Das colisões frontais e atropelamentos que tiveram registro de mortes, os veículos envolvidos com mais frequência foram os automóveis e as motocicletas.

As principais dificuldades observadas foram:

- Excessiva perda de tempo nas Delegacias de Polícia Civil por ocasião dos encaminhamentos de flagrantes de alcoolemia. Esta situação indisponibiliza as equipes em serviço por horas, prejudicando o andamento dos trabalhos de fiscalização, bem como o atendimento de outras demandas ocorridas nas rodovias.
- Aumento exponencial da frota de motocicletas e similares, considerando que, principalmente nas rodovias, os acidentes envolvendo os citados veículos, em regra, são de natureza grave, potencializando a ocorrência de vítimas fatais. No Estado de Pernambuco, a frota de motocicletas já é 67,85% em relação ao número de automóveis e 32,53% em relação ao total de veículos, já a nível Brasil o número de motos é 37,51% em relação a frota de automóveis e 21,52% em relação a frota total de veículos.
- Alta incidência de atropelamento de pedestres onde, em muitos casos há suspeita de consumo de bebidas alcoólicas por parte das vítimas.
- Carência de efetivo para fazer frente às demandas, notadamente nos finais de semana.

#### 2.4.4. Procedimentos de Fiscalização

O Indicador Procedimentos de Fiscalização é aferido pela quantidade de veículos fiscalizados, pelo número de pessoas fiscalizadas e pelos testes de alcoolemia realizados.

##### 2.4.4.1 Apresentação dos resultados obtidos

A meta atribuída à 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal para o exercício de 2010 foi de 431.356 procedimentos de fiscalização, os quais a critério da Regional foram distribuído por tipos de veículo e por delegacias. Podemos observar os resultados obtidos através do quadro abaixo:

Acompanhamento mensal da meta Procedimentos de Fiscalização/2010

MÊS	VEÍCULOS			PESSOAS			ALCOOLEMIA			PROCEDIMENTOS FISC.		
	Metas	Realiz	%	Metas	Realiz	%	Metas	Realiz	%	Metas	Realiz	%
1	21568	18954	87,88	10784	5812	53,89	3595	2145	59,67	36642	26911	73,44
2	21568	19717	91,42	10784	6821	63,25	3595	3035	84,42	33096	29573	89,36
3	21568	22414	103,92	10784	10894	101,02	3595	4232	117,72	36642	37540	102,45
4	21568	20827	96,56	10784	13070	121,2	3595	5021	139,67	35460	38918	109,75
5	21568	19028	88,22	10784	12042	111,67	3595	4653	129,43	35460	35723	100,74

6	21568	18022	83,56	10784	11118	103,1	3595	3937	109,51	35460	33077	93,28
7	21568	16885	78,29	10784	10072	93,4	3595	3555	98,89	36642	30512	83,27
8	21568	19116	88,63	10784	10858	100,6 9	3595	757	21,06	36642	30731	83,87
9	21568	15107	70,04	10784	9111	84,49	3595	1744	48,51	35460	25962	73,21
10	21568	14230	65,98	10784	7894	73,2	3595	2238	62,25	36642	24362	83,27
11	21568	12152	56,34	10784	7024	65,13	3595	1867	51,93	35460	21043	59,34
12	21568	14618	67,78	10784	9068	84,09	3595	2598	72,27	36642	26284	73,21
TOT	258814	211070	81,55	129407	11378 4	87,93	4313 6	35782	82,95	430248	360636	83,82

Fonte: Central de Informações Operacionais

#### 2.4.4.2 Outros resultados obtidos relacionados ao indicador

##### 2.4.4.2.1 Relativamente à fiscalização de trânsito e atendimentos

EVENTO	QTD
Autuações	59019
CNHs recolhidas	837
Documentos retidos	4871
Veículos retidos	1386
Pessoas socorridas	622
Animais recolhidos	350
Auxílio a usuários	3790
Escolta/batedor	503

Fonte: ROD ON LINE

##### 2.4.4.2.2 Relativamente ao enfrentamento da criminalidade

Ação	Discriminação	QTD
Apreensão de drogas	Cocaína (grama)	18065
	Maconha (grama)	230232
	Crack (grama)	100
	Lança-perfume (frasco)	0
	Outras drogas (unidade)	25
Contrabando/descaminho	CD/VHS/DVD (unidade)	812
	Eletrônicos (unidade)	1022
	Outras apreensões (unidade)	3115
	Medicamento (unidade)	6663
	Revólver (unidade)	13

Armas apreendidas	Pistola (unidade)	4
	Arma branca (unidade)	1
Munições apreendidas	Calibre 22/32 (unidade)	2
	Calibre 38 (unidade)	64
	Calibre 40 (unidade)	0
	Calibre 380 (unidade)	56
	Calibre 762/308 (unidade)	0
	Calibre 9mm (unidade)	0
	Outras (unidade)	0
Apreensões (meio ambiente)	Animais silvestres (unidade)	156
	Carvão (m3)	93
	Madeira (m3)	109
	Outros (unidade)	7
Pessoas detidas	Assaltante de carga	0
	Assaltante de ônibus	1
	Estrangeiros	2
	Mandado de prisão	191
	Tráfico de entorpecentes	15
	Roubo/furto de veículos	34
	Contrabando/descaminho	8
	Crimes de trânsito	576
	Crimes ambientais	21
	Outros	139
	Total de pessoas detidas	987
Crimes contra menores	Crianças vítimas	5
	Adolescentes vítimas	7
	Pessoas envolvidas	14
	Pessoas detidas	4
Menores infratores	Criança encaminhada	4
	Adolescente apreendidos	23
	Pessoas envolvidas	18
	Pessoas detidas	13

Fonte: ROD ON LINE

#### 2.4.4.3 Análise dos resultados obtidos

Constata-se, através da análise do quadro inserido no item 4.1 acima que a meta para o Indicador Procedimentos de Fiscalização não foi atingido, situando-se no patamar de 83,82 %. Anteriormente a este período, a fiscalização de pessoas não era contabilizada; e a realização de testes de alcoolemia só passou a ser consolidada a partir do mês de março. Desta forma, entre os meses de janeiro e junho não dispomos da informação relativa à quantidade de pessoas fiscalizadas. O mesmo fato ocorre com os testes de alcoolemia realizados nos meses de janeiro e fevereiro.

Ainda com relação aos procedimentos de fiscalização, vale ressaltar que há outros resultados produzidos e que não podem ser traduzidos em números. Com certeza, uma abordagem bem realizada, deixando claro para o cidadão o seu objetivo, qual seja o de promover segurança através da fiscalização e orientação, produz efeitos imensuráveis.

Outro ponto de destaque relativos ao indicador ora analisado, foi o emprego de equipamento do tipo “PALM TOP”, utilizado para consultas a veículos, indivíduos e condutores, bem como para autuação de infratores. Os referidos equipamentos tornam o trabalho mais ágil e seguro, além de dispensar a digitação dos autos de infração emitidos, como ocorre com as autuações manuais.

Alguns fatores, porém, dificultaram a obtenção de resultados ainda melhores no indicador em apreço, dentre os quais destacamos:

- A carência de efetivo.
- O déficit de viaturas.
- A necessidade do emprego do efetivo em diversas outras demandas, tais como escolta de veículos transportadores de cargas superdimensionadas, apoio a outros órgãos, atuação em situações específicas nas obras de duplicação de rodovias, fiscalização da faixa de domínio da União, dentre outras.
- Dificuldade de formação do Corpo de Motociclistas da Regional, em face da carência de efetivo.
- Apoio a operações programadas pelo DPRF/MJ em outros Estados da Federação, com o conseqüente deslocamento de efetivo e viatura.

### **Estratégia utilizada para o cumprimento das metas**

Considerando que o principal fator determinante para a segurança do trânsito é o comportamento dos usuários, quer sejam condutores dos mais diversos tipos de veículos, quer sejam pedestres; bem como o fato de que esse comportamento está diretamente relacionado, dentre outros aspectos, à presença, à disponibilidade e ao relacionamento desses usuários com o órgão responsável pela fiscalização do trânsito e prevenção do crime e da violência, a estratégia definida para o cumprimento das metas foi delineada da seguinte forma:

- Definição de uma nova metodologia de registro de abordagens com vistas a aumentar a sensação de segurança nas rodovias federais e aproximar a instituição da sociedade. Os policiais rodoviários federais devem, então, estabelecer diálogo com os usuários e registrar os procedimentos

de fiscalização em planilhas específicas.

- Realização de pesquisa, por amostragem, junto ao universo de usuários fiscalizados, de modo a colher contribuição para o Indicador Percepção de Segurança. A referida pesquisa, que é realizada por telefone, verifica aspectos relativos à opinião do cidadão em relação à urbanidade na abordagem, apresentação individual do policial, clareza e firmeza na orientação, bem como outras observações que o entrevistado queira registrar.
- A abordagem é o principal canal de comunicação da Polícia Rodoviária Federal com os usuários das rodovias federais. Assim, a metodologia de abordagem preconiza que a ação de fiscalização seja mais bem aproveitada pelos policiais, tornando-a em oportunidade para realizar ações educativas através da orientação dos condutores com relação a situações específicas: uso do cinto de segurança, obediência à sinalização, respeito aos limites de velocidade, itens de segurança do veículo, dentre outras, considerando ainda as peculiaridades de cada trecho da rodovia.
- Estabelecimento de meta para os procedimentos de fiscalização, dividindo-os em fiscalização de veículos, fiscalização de pessoas e testes de alcoolemia.
- Considerando que, sob o prisma das atribuições dos órgãos responsáveis pelo trânsito, a fiscalização de veículos constitui significativa parcela para a segurança, estabeleceu-se em 60 % do total dos procedimentos de fiscalização para averiguação dos veículos. Importante destacar que a fiscalização de veículos abrange a verificação das condições de trafegabilidade, situação dos equipamentos obrigatórios, dos itens de segurança, da documentação, além de uma checagem do condutor e do interior do veículo.
- Para a fiscalização de pessoas, que é realizada através da checagem do indivíduo, de seus documentos pessoais e consultas aos sistemas disponíveis, ficou estabelecido o percentual de 30 % do total dos procedimentos de fiscalização. Esse procedimento é bastante importante para o enfrentamento da criminalidade, posto que frequentemente identifica-se pessoas com mandado de prisão em aberto, além de do porte de produtos ilícitos, tais como armas de fogo e drogas.
- Com relação aos testes de alcoolemia, restou estabelecido o percentual de 10 % do total dos procedimentos de fiscalização. Importante se faz frisar que esta ação de fiscalização contribui de forma expressiva para a redução do grau de severidade dos acidentes, com a consequente diminuição do número de vítimas, notadamente de mortes.
- Realização de comandos específicos, ou seja, ações de fiscalização como um foco principal. Citamos como exemplos: a fiscalização do uso do cinto de segurança, pois o uso correto do equipamento minimiza de forma significativa as lesões dos ocupantes dos veículos, em caso de acidente; a fiscalização do excesso de peso, pois a carga com peso excedente além de proporcionar riscos à segurança do trânsito, deteriora precocemente o pavimento viário; a fiscalização do excesso de velocidade, pois a velocidade incompatível é um forte fator de risco para a segurança do trânsito.
- O emprego do cartão-programa, documento que estabelece o roteiro a ser cumprido pelas equipes em serviço. Esta importante ferramenta de gestão é definida com base em informações relativas a trechos de concentração de acidentes, utilizando-se gráficos de dispersão, além de outros conhecimentos oriundos da experiência, bem como dados relacionados à criminalidade.

– Realização de operações de fiscalização do transporte interestadual de passageiros. Estas operações são de relevante importância pois geram efeito direto em três áreas de atuação da Polícia Rodoviária Federal: o transporte, pois abrange a fiscalização do cumprimento da legislação específica do transporte interestadual de passageiros; o trânsito, posto que a ação contempla a verificação do cumprimento da legislação de trânsito; e o enfrentamento da criminalidade, visto que é realizada a checagem de todos os ocupantes dos coletivos, bem como da bagagem e da carga transportadas.

– Realização de operações específicas de enfrentamento à violência e à criminalidade. São operações planejadas de acordo com as peculiaridades de cada região, tendo como temas principais: o narcotráfico, os assalto a ônibus, a adulteração de veículos, o contrabando e o descaminho, a exploração e o abuso sexual de crianças e adolescentes, os crimes ambientais, o trabalho análogo à escravidão, o roubo de carga, dentre outros. Dentre as principais destacamos: Operação Faro, realizada ao longo do exercício, nos principais corredores de tráfico de drogas do Estado; Operação Sulanca, realizada todas as segundas-feiras e terças-feiras ao longo do exercício, no agreste do Estado, visando coibir assalto a ônibus, por ocasião das tradicionais feiras da sulanca; Operação Trabalho Escravo, realizada em apoio ao Ministério Público Federal do Trabalho nas principais usinas de cana-de-açúcar, nos meses de fevereiro, março, abril, maio, julho e agosto; Operação Anjo do Asfalto, realizada na BR-101 norte, nos dias 25 e 26 de abril, com a finalidade de coibir o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes; Operação Emancipação de Serra Talhada, de 06 a 09 de maio, visando coibir o tráfico de drogas; Operação Sete Colinas, realizada no sertão em conjunto com o Exército Brasileiro, no período de 28/09 a 02/10, visando ao enfrentamento da criminalidade na região; Operação Temática de Identificação Veicular, realizada no sertão do Estado, visando coibir crimes relacionados a adulterações realizadas em veículos com a finalidade de mascarar outros crime, ou seja, furto e roubo de veículos.

– Realização de operações especiais durante os feriados, férias e festividades locais, considerando que nestes períodos, o volume de veículos em trânsito nas principais rodovias federais do Estado aumenta significativamente. Tal situação majora a atuação das equipes em serviço nos trechos impactados pois há redução da fluidez do trânsito, aumento do número de acidentes, do número de condutores com pouca experiência de condução em rodovia, do desrespeito à legislação do trânsito, dos auxílios a usuários em dificuldade, enfim há uma sobrecarga de trabalho bastante expressiva. Para fazer frente a tal demanda, as escalas de serviço ordinárias são reforçadas durante os períodos críticos. Para tanto, emprega-se o efetivo lotado na sede da Regional, no Núcleo de Operações Especiais, além da convocação de policiais lotados nas Delegacias cujos trechos sob sua circunscrição não sofrem impacto durante os feriados. É importante frisar que, durante tais operações, a estratégia principal empregada para reverter a tendência de aumento do número de acidentes é a intensificação das abordagens, com ênfase à fiscalização de veículos e realização de testes de alcoolemia. O quadro abaixo detalha as principais operações realizadas:

<b>– OPERAÇÃO</b>	<b>– LOCAL</b>	<b>– PERÍODO</b>
– Carnaval	– Todo o Estado	– 12 a 17 de fevereiro

– Semana Santa	– Todo o Estado	– 01 a 04 de abril
– Dia do Trabalho	– Todo o Estado	– 30 de abril a 02 de maio
– Corpus Christi	– Todo o Estado	– 03 a 06 de junho
– Circuito da Vaquejada	– Interior	– 12 a 13 de março
– Sulanca	– Agreste	– 25 de janeiro a 28 de dezembro
– Fórmula Truck	– Caruaru	– 15 a 16 de maio
– Emancipação de Serra Talhada	– Serra Talhada	– 05 a 10 de maio
– Festival de Inverno	– Garanhuns	– 15 a 25 de julho
– São João	– Todo o Estado	– 04 a 27 de junho
– Carcará	– Salgueiro	– 26 de maio a 08 de junho
– Reforço	– RMR	– 12 a 26 de junho
– Expo Serra	– Serra Talhada	– 07 a 11 de julho
– Sete de Setembro (Independência)	– Todo o Estado	– 03 a 07 de setembro
– Nossa Senhora Aparecida	– Todo o Estado	– 08 a 12 de outubro
– Finados	– Todo o Estado	– 29 de outubro a 02 de novembro
– Op Transp de Passageiros	– Todo o Estado	– 13 a 17 de setembro
– Op Sertão Central	– Agreste e Sertão	– 04 a 08 de outubro
– Petrofest	– Petrolândia	– 30 de julho a 02 de agosto
– Divisas	– Todo o Estado	– 12 de julho a 31 de dezembro
– Proclamação da República	– Todo o Estado	– 12 a 15 de novembro
– Fim de Ano	– Todo o Estado	– 07 de dezembro a 02 de janeiro/2010

– Atuação dos grupos de pronto-emprego. Apesar das dificuldades decorrentes da carência de efetivo, a administração optou por manter equipes de pronto-emprego em algumas Delegacias e na Sede da Regional. Essa medida justifica-se pela necessidade de dispor de um grupo para atuar em situações específicas de enfrentamento da criminalidade e outras demandas como, por exemplo, as relativas a festividades locais, escolta de autoridade, apoio a outros órgãos, situações de emergência, dentre as principais. Durante o exercício de 2009, das oito Delegacias que compõem a Regional, cinco mantiveram grupo de pronto-emprego: Metropolitana e Cabo, na região metropolitana; Serra Talhada, Salgueiro e Petrolina, no sertão do Estado. As Delegacias de Moreno, Caruaru e Garanhuns, em função da situação crítica de efetivo não tiveram condições de criar grupos de pronto-emprego. Na Sede da Regional temos o Núcleo de Operações Especiais, que atua em todo o Estado, além de participar de operações planejadas pelo DPRF/MJ em outros Estados da Federação.

Por não estarem submetidos a uma escala ordinária de serviço, além de estarem disponíveis para atuar em diversas situações e a qualquer momento, esses grupos têm condições de manter uma rotina de treinamento, promovendo assim uma qualidade diferenciada na forma de atuação, bem como o emprego em situações que envolvem maior nível de risco e que necessitam de armamento e técnicas especiais.

– Atuação do Grupo de Operações com Cães nas ações de enfrentamento ao tráfico de drogas. A carência de efetivo tem sido um fator bastante limitador para o emprego mais frequente de cães farejadores de drogas, pois as equipes que compõem as escalas de serviço ordinárias dos postos, em regra, não dispõem de um número mínimo de policiais para realizar tal ação. Dessa forma, os cães farejadores são mais empregados nas ações do Núcleo de Operações Especiais. Destaca-se ainda que o Canil da Regional funciona como Canil Central do DPRF/MJ, responsabilizando-se, em nível nacional, pela política de emprego de cães nas operações, bem como pela metodologia de treinamento e pela ampliação da rede de canis.

– Atuação da Base de Operações Aéreas no resgate de vítimas de acidentes de trânsito, no trânsito e no enfrentamento da criminalidade. O emprego de helicóptero para o resgate de vítimas, através do convênio com o SAMU, está promovendo grau de excelência nessa atividade; fato este que vem ao encontro da meta de redução do índice de mortes decorrentes dos acidentes de trânsito, além da minimização das seqüelas decorrentes dos ferimentos das vítimas, em face da presteza do serviço. Com relação ao helicóptero na versão policial, o mesmo é empregado na localização de veículos e pessoas suspeitas, erradicação de plantios de maconha, levantamento fotográfico, nas operações de trânsito, dentre outras ações.

– Formação de um grupo com policiais lotados nos diversos núcleos da Sede da Regional para atuar em situações específicas, considerando a possibilidade de indisponibilidade dos grupos de pronto-emprego em decorrência do número excedente de demandas, bem como as limitações das Delegacias. Neste sentido, a Seção de Policiamento e Fiscalização, através de convocações, aciona o referido grupo.

– Realização de Comandos de Saúde nas Rodovias – CSR – em parceria com o SEST/SENAT. Foram realizados 8 CSRs na 11ª SRPRF/PE em 2009. Visando detectar e alertar alterações em parâmetros de saúde que podem prejudicar e/ou impedir a condução de veículos de transporte de cargas por condutores profissionais ou autônomos, os quais, dadas as características peculiares de sua profissão, não têm condições de se prevenirem, agravando consideravelmente o rol dos fatores contribuintes de acidentes de trânsito nas rodovias federais. Quando identificadas anormalidades, esses motoristas recebem dos profissionais da saúde, orientações adequadas, e nos casos mais graves são conduzidos às unidades de saúde locais pra tratamento imediato; desta forma, preservando a saúde do motorista, como também, a sua retirada de circulação. Além dos exames realizados nos CSRs, também são promovidas orientações sócio-educativas, através de palestras relativas a orientação jurídica, de primeiros socorros, vacinação, doação de sangue e direção defensiva.

O objetivo principal dos **Comandos de Saúde nas Rodovias** é alertar os motoristas profissionais sobre possíveis alterações nos seus parâmetros de saúde, além de educar e orientar



quanto a questões relacionadas ao trânsito, bem como, obter indicadores estatísticos acerca do perfil de saúde dos motoristas profissionais, visando maior segurança nas estradas e, por consequência, a redução dos acidentes.

- Realização de ações educativas, a exemplo de palestras em empresas, escolas e hospitais.
- Realização de operações temáticas, ou seja, ações que visam à capacitação em áreas específicas, tais como a fiscalização do transporte interestadual de passageiros, a fiscalização do excesso de peso nos veículos de carga, a regulamentação do transporte rodoviário de cargas e o transporte de produtos perigosos, a identificação veicular, dentre outras.
- Considerando o efeito didático da penalidade de multa, bem como o fato de que enquanto o processo da aplicação dessa punição não for consolidado, obedecendo aos trâmites estatuidos, contemplando desde a fase de aplicação do auto de infração por parte do agente de trânsito, até o efetivo recebimento dos valores decorrentes das multas aplicadas, gera-se uma danosa sensação de impunidade, a Regional viabilizou mecanismos para agilizar a análise das defesas prévias e recursos apresentados pelos usuários. Assim, além da Comissão de Análise de Defesa Prévia (CADA) instituída na Sede, foram criadas desde 2009 CADAs nas Delegacias. nomeados servidores lotados nas diversas Delegacias como membros da referida comissão. Ademais, houve incremento na Junta Administrativa de Recurso de Infração (JARI).

A despeito da estratégia acima discriminada, que contempla o emprego de todos os meios disponíveis na Regional, é necessário destacar a necessidade da realização de investimentos em tecnologia de fiscalização eletrônica, principalmente nas áreas urbanas das rodovias onde o volume de veículos em trânsito é consideravelmente alto, o que em alguns trechos impossibilitam a realização de abordagens, bem como nos postos próximos às divisas estaduais.

**Importante: Parte desses demonstrativos não foram preenchidos, pois conforme orientação somente devem ser preenchidos todos os demonstrativos quando as UJ também forem UO ou quando detenham, entre as suas unidades gestoras (UG), quaisquer das UG que registram contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA às UO, bem assim os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício, que não é o caso da nossa UJ.**

## 2.5 - Programação Orçamentária da Despesa

### QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIA

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	30107	30107

Evolução das receitas e despesas

**A.2.4 - Programação de Despesas Correntes – Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;**

**A.2.5 - Programação de Despesas de Capital -Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;**

**A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência - Este demonstrativo não se aplica a esta UJ somente a UO;**

**A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0	0	0
	Recebido	200109-DPRF	0612207502000	29057,96	0	2595556,59
		200109-DPRF	0927200890181	39527,5	0	0
		200109-DPRF	0612806632524	0	0	408212,13
		200109-DPRF	0618106632723	0	0	1910857,27
		200109-DPRF	0618106634290	0	0	30051,94
		200109-DPRF	06181066386A1	0	0	5391,2
		200109-DPRF	0618113868698	0	0	924606,48
		200109-DPRF	0618114538855	0	0	25493,91
		200109-DPRF	0618306632816	0	0	88645,45
		200109-DPRF	06422145320EV	0	0	218141,86
		200109-DPRF	0642214538857	0	0	92312,62
		200109-DPRF	1236214494017	0	0	3651,9
		200109-DPRF	2612514632346	0	0	71427,34
200109-DPRF	2612514632348	0	0	17169,7		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	0	0	0
	Recebido	-	-	0	0	0
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				4- Investimento	5-Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	0	0	0
	Recebido	200109-DPRF	0612207502000	116715,9	0	0
		200109-DPRF	0618106634290	18186,85	0	0
		200109-DPRF	061811386200G	44606,48	0	0
		200109-DPRF	0618113868698	118147,89	0	0
		200109-DPRF	0618114538855	837000	0	0
		200109-DPRF	0618306632816	6954,25	0	0
		200109-DPRF	06422145320EV	1123470	0	0
200109-DPRF	0642214538857	11941,75	0	0		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	0	0	0
	Recebido	-	-	0	0	0

## 2.6 - Execução Orçamentária

2.6.1 -Conforme orientação contida na Consolidação das instruções operacionais que orientarão o preenchimento das partes A e B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de Outubro de 2010, os demonstrativos desse ponto só devem ser preenchidos pelas UJ que também são UO, que não é o nosso caso.

### 2.6.1.1 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	R\$ 51.922,36	R\$ 44.606,48	R\$ 51.922,36	R\$ 0,00
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	R\$ 5.492.858,23	R\$ 6.092.283,99	R\$ 3.968340,59	R\$ 4.476.733,40
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	R\$ 656.492,18	R\$ 761.615,89	R\$ 554.674,28	R\$ 696.182,47
Inexigibilidade	R\$ 211.783,55	R\$ 255.477,87	R\$ 195.241,90	R\$ 245.197,60
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos(CPGF)	R\$ 11.000,00	R\$ 2.878,19	R\$ 8.013,28	R\$ 2.745,10
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	R\$ 1.192.233,54	R\$ 1.542.885,01	R\$ 963.732,05	R\$ 1.465.252,64
Outros				

**DESCRIÇÃO DOS CAMPOS:** As definições das linhas e colunas são aquelas atinentes à Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei nº 9.472/97, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 93.972/1986 e Portaria MPOG nº 265/2001.

## 2.4.2.12 -Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1-Despesa de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
319008	R\$ 98.681,60	R\$ 68.585,46	R\$ 98.681,60	68585,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 98.681,60	R\$ 68.585,46
2-Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
Elemento de despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3-Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
339014	R\$ 963.732,05	R\$ 1.465.252,64	R\$ 963.732,05	R\$ 1.387.620,27			R\$ 963.732,05	R\$ 1.387.620,27
339030	R\$ 1.477.122,63	R\$ 1.326.511,70	R\$ 1.248.949,93	R\$ 1.215.086,31	R\$ 228.172,70	R\$ 228.172,70	R\$ 1.202.689,93	R\$ 1.215.086,31
339033	R\$ 142.351,93	R\$ 278.534,35	R\$ 136.537,97	R\$ 165.601,85	R\$ 5.813,96	R\$ 5.813,96	R\$ 136.537,97	R\$ 160.585,37
339037	R\$ 1.410.395,64	R\$ 1.419.526,28	R\$ 1.410.395,64	R\$ 1.419.526,28			R\$ 1.410.395,64	R\$ 1.419.526,28
339039	R\$ 1.894.634,37	R\$ 1.826.739,40	R\$ 1.713.908,55	R\$ 1.643.447,09	R\$ 180.725,82	R\$ 222.857,37	R\$ 1.713.908,55	R\$ 1.642.507,09
339047	R\$ 7.289,32	R\$ 9.075,66	R\$ 7.289,32	R\$ 9.075,66			R\$ 7.289,32	R\$ 9.075,66
339092	R\$ 7.290,65	R\$ 4.194,92	R\$ 7.290,65	R\$ 4.194,92			R\$ 7.290,65	R\$ 4.194,92
339093		R\$ 44.180,86		44180,86				R\$ 44.180,86
339139	R\$ 37.465,65	R\$ 17.502,58	R\$ 25.322,97	R\$ 6.011,41	R\$ 12.142,68	R\$ 12.142,68	R\$ 25.322,97	R\$ 6.011,41
339192								

Fonte: SIAFI

## A.2.13-Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4-Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
449051	0	R\$ 44.606,48	0	0		R\$ 44.606,48		
449052	R\$ 368.680,83	R\$ 2.232.416,64	R\$ 223.470,82	R\$ 953.160,64	R\$ 145.210,01	R\$ 145.210,01	R\$ 223.470,82	R\$ 953.160,64
5-Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
Elemento de despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6-Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
Elemento de despesas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação:

### – Quanto a alterações significativas ocorridas no exercício:

diferentemente do ano anterior não verificamos grandes aumentos nas despesas exceto alguns itens como diárias foi verificado aumento, a maioria esmagadora ou permaneceu o mesmo valor ou teve o seu valor reduzido. Também verificamos uma redução nas despesas tributárias. Neste ano até as despesas com material de consumo tiveram seus valores reduzidas;

Durante o exercício de 2010 ainda como reflexo da crise econômica iniciada no final de 2007 foi fortemente sentido, as quedas subsequentes de arrecadação forçaram o governo a reduzir a sua disponibilidade financeira e para nossa decepção a primeira medida tomada foi o corte nos repasses de recursos financeiros indispensáveis para o pagamento das despesas empenhadas, essa alternativa se mostrou bastante corrosiva pois manchou a imagem da administração pública federal que depois de vários anos tinha conseguido a marca de ser boa pagadora, só depois de um longo período de desgaste foi tomada a medida de restringir o crédito orçamentário mas daí o estrago já estava instalado, vários empenhos já liquidados estavam pendentes de pagamento e os fornecedores

tremendamente irritados com a situação, a expectativa para 2011 não é muito favorável pois as primeiras informações dão conta de prognósticos difíceis.

## **2.7 - Indicadores Institucionais:**

A violência constitui-se em um problema cujo grau de complexidade é consideravelmente alto. De fato, inúmeros fatores estão relacionados diretamente com a escalada desse fenômeno, a maioria dos quais foge à atribuições das polícias. As rodovias federais não estão distantes dessa realidade. Os números relativos às vítimas dos acidentes de trânsito, bem como os crimes praticados nessas vias ratificam essa situação.

No que pertine especificamente aos acidentes de trânsito, a diversidade de fatores relacionada ao problema exprime o alto grau de complexidade do fenômeno. Dentre esses fatores determinantes, podemos citar: o comportamento dos usuários, as condições da via (pavimento, sinalização, geometria da via), o clima, o aumento da frota de veículos, o aumento do número de condutores recém-formados, o grau de experiência dos condutores em relação à prática de direção em rodovias, o expressivo aumento da frota de motocicletas, a situação econômica do país, a opção política pelo transporte rodoviário de cargas, a carência de efetivo do órgão fiscalizador, dentre outros.

Com relação aos crimes praticados no âmbito das rodovias federais, a amplitude de sua complexidade, bem como as dificuldades para o seu enfrentamento, resguardadas as devidas proporções, não diferem da realidade verificada nos centros urbanos.

Nesse contexto de complexidade tão abrangente, a definição de indicadores que expressem as múltiplas variáveis correlacionadas com tais fenômenos não consiste tarefa de fácil realização.

Os Indicadores Institucionais desenvolvidos pela 11ª SRPRF/PE foram normatizados através da Portaria nº 49 – DG/DPRF/MJ e IN 02/2010 11SPRF/PE, que “Estabelece os Indicadores de Desempenho para as Unidades Regionais e nova metodologia de Avaliação de Desempenho Individual do efetivo operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.”

Em seu Artigo 1º a referida portaria estabelece os Indicadores de Desempenho como sendo:

1. Percepção de Segurança;
2. Taxa de Variação de Acidentes;
3. Taxa de Mortalidade;
4. Procedimentos de Fiscalização.

A seguir passaremos a apresentar cada um dos indicadores acima discriminados:

### **1. Percepção de Segurança**

#### **1.1 Apresentação do indicador**

O Indicador Percepção de Segurança, de acordo com a citada norma, será aferido por pesquisa quantitativa com usuários das rodovias federais, estratificada por critérios de gênero, faixa etária e tipo de veículo.

A pesquisa deverá ser aplicada em todas as Delegacias PRF, com margem de erro de, no máximo, 2,2 %, sendo composta por questionário com perguntas fechadas sobre os seguintes aspectos: vitimização em ocorrências de trânsito e criminalidade, procura pela Polícia Rodoviária Federal, conhecimento do número do telefone de emergência da PRF, confiança na PRF e sensação de segurança ao transitar pelas rodovias federais.

A periodicidade da pesquisa será semestral e sua realização será coordenada, em nível nacional, pela Coordenação Geral de Operações (CGO) do DPRF/MJ e em nível local, pela Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF).

A Portaria acima referida, no § 3º do Artigo 2, determina que os chefes de Delegacia deverão efetuar pesquisa por amostragem (via telefone), junto ao universo de usuários fiscalizados, de modo a colher contribuição dessa atividade de fiscalização para o Indicador Percepção de Segurança, levando em consideração aspectos observados pelos usuários quanto à urbanidade na abordagem, apresentação individual do servidor, clareza e firmeza na orientação. Porém, a citada norma não define de que forma será essa contribuição.

## 1.2 Fórmula de cálculo do indicador

A fórmula utilizada para elaboração do Indicador Percepção de Segurança será a seguinte:

$$\text{IPS} = (\text{SESA} + \text{NPRF}) - (\text{VCRI} + \text{VCPO} + \text{VCPA} + \text{VACI} + \text{VAPA})$$

IPS – Indicador Percepção de Segurança

SESA – Sensação de segurança, escala de 1 a 5

NPRF – Nota PRF, notas de 0 a 10, convertidas em escala de 1 a 5

VCRI – Vítima de crime (sim = 1, não = 0)

VCPO – Vítima de crime policial (constrangimento, tentativa de extorsão: sim = 1, não = 0)

VCPA – Parente/amigo vítima de crime (sim = 1, não = 0)

VACI – Vítima de acidente (sim = 1, não = 0)

VAPA- Parente/amigo vítima de acidente (sim = 1, não = 0)

A partir da fórmula acima apresentada, cada registro de entrevista obterá uma nota correspondente, sendo que o índice de percepção de segurança da PRF corresponderá ao percentual de entrevistados, em relação ao universo da amostra, com IPS superior a “6” (seis).

## 1.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2010

Para o exercício de 2010, a meta definida pela Portaria nº 49 – DG/DPRF/MJ e IN 02/2010 11SPRF/PE para o indicador ora apresentado foi de 76% para todas as unidades regionais do DPRF/MJ.

#### **1.4 Utilidade do indicador**

O indicador percepção de segurança possibilita ao gestor a condição de “enxergar” a instituição através dos olhos dos usuários das rodovias federais. Dessa forma, o dirigente tem à sua disposição um instrumento valioso para tomada de decisões relativas a aspectos importantes da atividade fim do órgão.

É relevante salientar que o principal fator determinante para a segurança do trânsito é o comportamento dos usuários, quer sejam condutores dos mais diversos tipos de veículos, quer sejam pedestres. É fato também que esse comportamento está diretamente relacionado, dentre outros aspectos, à presença, à disponibilidade e ao relacionamento desses usuários com o órgão responsável pela fiscalização do trânsito e prevenção do crime e da violência.

Considerando, então, a metodologia da pesquisa, o indicador demonstra ao gestor se a atual estratégia de relacionamento com os usuários das rodovias federais precisa ser revista. A título de exemplo, da análise dos resultados o dirigente pode verificar:

- se o número do telefone de emergência precisa ser mais bem divulgado;
- se é necessário intensificar a presença ostensiva do órgão em determinados trechos estratégicos, considerando que o resultado obtido na questão relativa à sensação de segurança das pessoas ao transitarem pelas rodovias está diretamente relacionada a essa presença;
- se é necessário demandar alguma solicitação para outros órgãos visando aumentar a sensação de segurança dos usuários, caso haja necessidade de implementar alguma medida que fuja às atribuições da PRF;
- se há necessidade de intensificar ações correicionais e de acompanhamento gerencial do serviço em face do resultado registrado relativamente ao grau de confiança na instituição por parte dos usuários;
- se é necessário implementar ação de capacitação, visando a busca da excelência no atendimento ao cidadão.

#### **1.5 Mensurabilidade do indicador**

A percepção de segurança, na condição de indicador institucional, não é fácil de se medir. De fato, diversos fatores estão relacionados com o sentimento de segurança, o que aumenta o grau de complexidade desse fenômeno. Até mesmo um fato isolado pode interferir, positiva ou negativamente, na coleta dos dados, demonstrando, neste caso, um quadro momentâneo e não um diagnóstico mais próximo da realidade que se pretende mensurar.

Apesar da complexidade do indicador, a Portaria nº 30/2009 definiu uma metodologia relativamente simples para proporcionar-lhe melhores condições de mensurabilidade. É o que fica demonstrado ao considerarmos que o questionário aplicado é composto de perguntas fechadas e que a fórmula empregada é bastante simples.

Também não vislumbramos dificuldades para auditar o indicador, considerando o baixo grau de complexidade da fórmula e a disponibilidade dos questionários aplicados para as consultas que

se fizerem necessárias.

Com relação aos custos, faz-se necessário ressaltar que, no exercício de 2009, foi realizada uma única pesquisa (ainda no primeiro semestre), devidamente coordenada pela CGO, ocasião na qual foram empregados policiais rodoviários federais, vestidos à paisana, para aplicação da pesquisa. Portanto, os custos decorrentes da produção do indicador foram baixos.

Essa forma de aplicação da pesquisa, a despeito do fato dos policiais empregados não revelarem o vínculo com o órgão, não proporciona ao trabalho o indispensável cunho científico. O ideal, portanto, seria realizar a contratação de uma empresa do ramo, o que alteraria substancialmente os custos relativos à produção do indicador. A própria CGO, responsável pela coordenação da pesquisa, já se manifestou verbalmente em favor desse entendimento.

## **2. Taxa de Variação de Acidentes**

### **2.1 Apresentação do indicador**

O indicador Taxa de Variação de Acidentes será aferido pelo número de acidentes registrados na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional.

Destacamos a importância do indicador considerar a variação do número de acidentes em relação à variação da frota nacional de veículos, considerando que o aumento da quantidade de veículos em circulação e o conseqüente acréscimo na quantidade de condutores recém-formados potencializa de forma exponencial o risco da ocorrência de acidentes de trânsito.

### **2.2 Fórmula de cálculo do indicador**

A fórmula utilizada para cálculo do Indicador Taxa de Variação de Acidentes é a seguinte:

$$\text{Taxa de Variação de Acidentes} = (\text{Número de Acidentes} \times 1.000.000) / \text{Frota nacional de veículos}$$

### **2.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2010**

Para o exercício de 2010, a meta definida pela Portaria nº 49 – DG/DPRF/MJ e IN 02/2010 11SPRF/PE para o indicador ora apresentado foi de 100,82 acidentes por milhão de veículos da frota nacional.

Considerando aspectos relativos à sazonalidade e às peculiaridades dos diversos segmentos das rodovias federais, a meta do exercício foi desdobrada por mês e por Delegacia, visando proporcionar condições para possíveis correções pontuais ao longo do exercício.

### **2.4 Utilidade do indicador**

O indicador Taxa de Variação de Acidentes está intimamente ligado à missão da Insituição Polícia Rodoviária Federal. A partir do resultado registrado, o gestor pode verificar, de imediato, se a meta definida está ou não sendo alcançada. Dessa forma, o dirigente, a partir do emprego de outros instrumentos disponíveis, a exemplo do sistema de registro dos acidentes (BR-BRASIL) e do Sistema de Informações Gerenciais (SIGER), poderá aprofundar a análise, diagnosticar a situação e



definir a linha de ação mais adequada para reversão de um possível quadro desfavorável.

Na prática, mensalmente, os dados que compõem o indicador são consolidados e analisados por Delegacia. Em seguida, com base nos gráficos de dispersão produzidos e à luz da estratégia implementada faz-se o devido estudo a fim de identificar os pontos fortes e fracos do planejamento.

É importante destacar que, para subsidiar o planejamento do mês subsequente, a Delegacia dispõe antecipadamente do gráfico de dispersão de acidentes relativo ao mesmo mês do exercício anterior.

## **2.5 Mensurabilidade do indicador**

O alto índice de acidentes de trânsito, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem gerado vultuosa deseconomia ao nosso País, consituindo-se em um dos grande problemas da sociedade moderna. De forma bastante simples, o indicador Taxa de Variação de Acidentes permite ao gestor acompanhar a “evolução” desse quadro, bem como avaliar, rápida e objetivamente, os resultados registrados em determinado período.

Com relação à auditabilidade, o indicador não oferece dificuldades, pois sua fórmula emprega apenas duas informações facilmente acessíveis, a saber: o total de acidentes no período a ser avaliado e a frota nacional de veículos. O primeiro dado é obtido através dos sistemas disponibilizados pelo DPRF/MJ (ROD ON LINE e BR-BRASIL), enquanto o segundo é fornecido pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), através do endereço eletrônico [www.denatran.gov.br](http://www.denatran.gov.br).

No que tange aos custos decorrentes do processo de produção do indicador, não há como quantificá-los em razão da impossibilidade de dissociá-los dos custos decorrentes das atividades operacionais do órgão. Podemos afirmar, porém, que os referidos dispêndios são mínimos e, portanto, adequados e compatíveis à utilidade do indicador em comento.

## **3. Taxa de Mortalidade**

### **3.1 Apresentação do indicador**

O indicador Taxa de Mortalidade será aferido pelo número de mortes registradas na Unidade Regional relativo à quantidade de veículos da frota nacional, conforme dispõe a Portaria nº 30/2009 – DG, no § 3º Artigo 1º.

Registramos, a exemplo do que fizemos por ocasião da apresentação do Indicador Taxa de Variação de Acidentes, a importância do indicador considerar a variação do número de mortes em relação à variação da frota nacional de veículos.

### **3.2 Fórmula de cálculo do indicador**

A fórmula utilizada para cálculo do Indicador Taxa de Variação de Acidentes é a seguinte:

$$\text{Taxa de Mortalidade} = (\text{Número de Mortes} \times 1.000.000) / \text{Frota nacional de veículos}$$

### **3.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2010**

Para o exercício de 2010, a meta definida pela 49 – DG/DPRF/MJ e IN 02/2010 11SPRF/PE para o indicador ora apresentado foi de 7,37 mortes por milhão de veículos da frota nacional.

Seguindo a metodologia aplicada ao indicador Taxa de Variação de Acidentes, conforme explicitamos anteriormente, a meta relativa ao exercício foi desdobrada por mês e por Delegacia.

### **3.4 Utilidade do indicador**

O indicador Taxa de Mortalidade está diretamente relacionado à missão da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, partindo do resultado registrado, o gestor pode verificar, de imediato, se a meta definida está ou não sendo alcançada.

Assim, à luz do indicador e através do emprego dos sistemas disponibilizados pelo DPRF/MJ, o gestor tem condições de produzir informações para subsidiar a definição de uma estratégia mais adequada, caso haja necessidade de modificá-la.

As informações obtidas nesses sistemas, após serem devidamente trabalhadas, apontam, por exemplo, para os trechos mais críticos em relação aos acidentes com mortes, para os tipos de acidentes que geram mortes, para os tipos de veículos envolvidos em acidentes com mortes, indicam se houve ingestão de álcool por parte dos condutores, dentre outras informações relevantes para a tomada de decisão relativa à estratégia de enfrentamento do problema.

### **3.5 Mensurabilidade do indicador**

A deseconomia gerada pelos acidentes de trânsito manifesta sua face mais cruel no alto índice de mortes, decorrente do atual cenário produzido pelo trânsito. Esse quadro agrava-se ainda mais quando acrescentamos o prejuízo emocional a que ficam submetidas as famílias das vítimas. O indicador Taxa de Mortalidade mensura de forma simples a “evolução” desse quadro, permitindo ao gestor verificar, rápida e objetivamente, os resultados registrados no decorrer do período a ser avaliado.

Os referidos resultados são auditáveis, pois a fórmula do indicador emprega apenas duas informações facilmente acessíveis, a saber: o total de mortes no período a ser avaliado e a frota nacional de veículos. O primeiro dado é obtido através dos sistemas disponibilizados pelo DPRF/MJ (ROD ON LINE e BR-BRASIL), enquanto o segundo é fornecido pelo DENATRAN, conforme dispusemos anteriormente.

Com relação aos custos decorrentes do processo de produção, o comentário registrado para o indicador Taxa de Variação de Acidentes também se aplica ao indicador ora analisado.

## **4. Procedimentos de Fiscalização**

### **4.1 Apresentação do indicador**

O indicador Procedimentos de Fiscalização será aferido pela quantidade de veículos

fiscalizados, quantidade de pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia aplicados aos condutores de veículos, conforme dispõe a Portaria nº 49/2010 – DG, no § 4º Artigo 1º.

Os procedimentos de fiscalização devem ser registrados diariamente em planilhas específicas, conforme modelos definidos através da Portaria acima referida. As equipes em serviço serão responsáveis pela realização desses registros, cabendo ao Chefe da Delegacia o acompanhamento da tarefa.

#### **4.2 Fórmula de cálculo do indicador**

O indicador Procedimentos de Fiscalização corresponde à soma das quantidades de veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia aplicados, ou seja:

Procedimentos de fiscalização = fiscalizações realizadas (veículos + pessoas) + testes alcoolemia realizados
--

#### **4.3 Meta relativa ao indicador para o exercício de 2010**

Para o exercício de 2010, a meta definida pela Portaria 49 – DG/DPRF/MJ e IN 02/2010 11SPRF/PE para o indicador ora apresentado foi de 431.356 procedimentos de fiscalização.

Por meio da Instrução de Serviço 02/2010 – 11ª SRPRF/PE, a meta da Regional foi distribuída proporcionalmente para as Delegacias, adotando-se como parâmetro o efetivo operacional disponível em cada uma das descentralizadas; estas ficaram com a responsabilidade de distribuir a meta entre os postos sob sua circunscrição.

Com relação à distribuição da meta por tipo de procedimento, a norma acima referida assim definiu: 60 % para fiscalização de veículos, 30 % para fiscalização de pessoas e 10 % para os testes de alcoolemia.

#### **4.4 Utilidade do indicador**

O indicador Procedimentos de Fiscalização é utilizado notadamente para aferir a ação principal da Polícia Rodoviária Federal realizada com a finalidade de reduzir o índice de acidentes e suas conseqüências, bem como prevenir ações criminosas.

Ademais, com base na análise dos resultados registrados nos outros três indicadores, o gestor tem condições de verificar, por exemplo: se há necessidade de intensificar determinado tipo de procedimento; se o procedimento está sendo realizado de forma eficiente; se está produzindo os efeitos desejados, dentre outros aspectos.

Outro ponto relevante nesse contexto é que há relação direta entre as ações de fiscalização e a sensação de segurança, ou seja, a intensificação dessas ações refletem positivamente no aspecto sensação de segurança.

#### **4.5 Mensurabilidade do indicador**

A fiscalização, conforme dispusemos anteriormente, é a principal ação da instituição Polícia Rodoviária Federal, considerando o aspecto preventivo de sua missão. O indicador Procedimentos

de Fiscalização responde satisfatoriamente à necessidade de quantificar, de forma simples e objetiva, o grau de sua realização.

Consideramos ainda que os resultados obtidos são perfeitamente auditáveis, pois os procedimentos de fiscalização são registrados, conforme relatamos anteriormente, em planilhas específicas que são arquivadas nas respectivas Delegacias.

Com relação aos custos decorrentes do processo de produção do indicador, quais sejam a impressão de formulários e o emprego de mão-de-obra (apenas servidores do órgão), podemos afirmar que são mínimos e, portanto, adequados e compatíveis à sua utilidade.

### 3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010

**Texto da DN:** Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

**Não houve na UJ o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados nas contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, por conseguinte não ocorreu este evento no período**

### 4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010

Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2010

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
<b>2010</b>	R\$ 5.956,48	0	R\$ 46.260,00	0
<b>2009</b>	R\$ 46.260,00	528,23	0	0
<b>2008</b>	0	0	0	0
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
<b>2010</b>	R\$ 1.820.636,22	R\$ 106.673,60	R\$ 854.668,16	0
<b>2009</b>	R\$ 614.196,72	R\$ 29.456,62	R\$ 1.681.980,10	R\$ 347.145,04
<b>2008</b>	R\$ 2.058.581,76	R\$ 29.456,62	R\$ 1.681.980,10	R\$ 347.145,04
<b>Observações:</b>				

Análise crítica

- 1- A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ – em verdade o desejo da UJ de não gerar restos a pagar não vem sendo colocado em prática pois a política de governo de ora só liberar recursos para a aquisição de bens de capital no final do exercício, ora a limitação de descentralizações para cobertura das despesas de custeio com vistas a cumprimento da meta de superávit primário deixa irremediável a inscrição de Restos a Pagar nos finais do exercícios;
- 2- Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores – os impactos são inevitáveis

quanto ao comprometimento das disponibilidades financeiras no exercício seguinte;

- 3- As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro – não houve
- 4 – A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2009 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto – não há
- 5 – Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP – O exercício de 2010 foi marcado decisivamente pela restrição de disponibilidade financeira o que absurdamente deixou a credibilidade das entidades frente ao mercado fornecedor abalado.

Parte A, Item 5, do Anexo II da DN TCU n 107, de 27/10/2010

5 - Composição do Quadro de Servidores Ativos

**QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>	-	431	4	2
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	-	-	-	-
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>	-	429		-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	429	4	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>	-	2	-	-
1.4.1 Cedidos	-	1	-	-
1.4.2 Removidos	-	2	4	2
1.4.3 Licença remunerada	-	1	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>	-	1	-	-
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>	-	-	-	-
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>	-	-	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	1	1	-
<b>2.3 Funções gratificadas</b>	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	34	34	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>3 Total</b>	34	34	1	1

**QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA -  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>41</b>	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	<b>40</b>	<b>158</b>	<b>151</b>	<b>61</b>	<b>19</b>
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	<b>1</b>	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-

Fonte: Base de Dados do SIAPE

**QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA -  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			1	6	160	262			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
<b>2. Provedimento de cargo em comissão</b>									
2.1. Funções de natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções gratificadas									

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade**  
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1 Integral</b>	319	25
1.1 Voluntária	298	23
1.2 Compulsório	4	-
1.3 Invalidez Permanente	17	2
1.4 Outras	-	-



QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de Proventos Originados do Servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	113	-
2. Proporcional	63	18

5.3 Composição do Quadro de Estagiários – Não houve durante o exercício.

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>					
• Área Fim					
• Área Meio					
<b>Nível Médio</b>					
• Área Fim					
• Área Meio					

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	37124059	5070	3324281	2600133		804735	1230939	45089218
2009	40694577	8876	3534164	6977801		769681	1311268	53296366

2010	43953435	13938	3662699	1752157		873115	1818824	52074167
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010	79627		7370	2457			171	89624
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010	13608		1011				912	15531
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	86320	10818		4855			2454	104446
2009	78083						1454	70377
2010	10524	6710		1347		1160	304	20065
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2781797	113238	271424	146098		24036	81842	3418435
2009	3401138	130602	298836	546589		31136	83441	4491743
2010	3447153	123384	288034	118207		45310	137823	4159910

Fonte: SIAPE

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 11SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL													
UG/GESTÃO: 200113/00001							CNPJ: 00.394.494/0108-75						
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	04/2007	05.529.153/0001-44	25/09/07	01/10/11			32	32			P
2009	V	O	07/2009	08.165.946/0001-10	12/01/09	29/01/11			22	22			P
Observação: A unidade não tem competência para realização de concursos, todo procedimento é realizado pelo Departamento Central em Brasília-DF													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio, (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; ( C ) Efetivamente contratada.													

**QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
Nome: 11SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL													
UG/GESTÃO: 200113/00001						CNPJ: 00.394.494/0108-75							
Informações sobre os contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	04/2007	05.529.153/0001-44	25/09/07	01/10/11			31	31			P
Observação: A unidade não tem competência para realização de concursos, todo procedimento é realizado pelo Departamento Central em Brasília-DF													
<p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;</li> <li>2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis</li> <li>3. Serviços de Copa e Cozinha;</li> <li>4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;</li> <li>5. Serviços de Brigada de Incêndio;</li> <li>6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;</li> <li>7. Outras.</li> </ol> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

**QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

<b>Identificação do Contrato</b>	<b>Área</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unidade Administrativa</b>
04-2007	3	1	Sede da Regional
04-2007	1	22	sede da Regional
04-2007	1	1	Delegacia 11-1
04-2007	1	1	Delegacia 11-2
04-2007	1	1	Delegacia 11-3
04-2007	1	2	Delegacia 11-4
04-2007	1	1	Delegacia 11-6
04-2007	1	1	Delegacia 11-7
04-2007	1	1	Delegacia 11-8
04-2007	7	7	Sede da Regional
04-2007	7	3	Delegacia 11-1
04-2007	7	2	Delegacia 11-2
04-2007	7	2	Delegacia 11-3
04-2007	7	4	Delegacia 11-4
04-2007	7	3	Delegacia 11-5
04-2007	7	3	Delegacia 11-6
04-2007	7	4	Delegacia 11-7
04-2007	7	4	Delegacia 11-8
07-2009	8	12	Sede da Regional
07-2009	8	4	Delegacia 11-4
07-2009	8	2	Delegacia 11-6
07-2009	8	2	Delegacia 11-7
07-2009	8	2	Delegacia 11-8

**LEGENDA**  
**Área:**

1. <u>Apoio Administrativo Técnico e Operacional;</u>	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. <u>Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;</u>	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
3. <u>Serviços de Copa e Cozinha;</u>	7. Higiene e Limpeza;
4. <u>Manutenção e conservação de Bens Móveis;</u>	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

Quadro de Detalhamento de transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência – Não Ocorreu no período para UJ.

7. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL POR CONTRATOS E CONVÊNIOS

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

## DECLARAÇÃO

Declaro para os fins do Relatório de Gestão 2010, em cumprimento ao contido no item 07, parte A, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107 de 07 de Outubro de 2010, bem como para atender ao que estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309/2010, que as informações relativas aos contratos, com a identificação das respectivas categorias de programação, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, restando unicamente o módulo cronograma ser implantado;

Salientamos que esta UJ durante o exercício de 2010 não teve convênios, contratos de repasse e termos de parceria com transferência de recursos, não utilizando portanto o Sistema de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Recife-PE, 28 de Março de 2011

*Alexandre Vasconcelos de Souza*

Chefe da Seção Administrativa e Financeira

**8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei n 8.730 de 1 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento de bens e rendas.**

## DECLARAÇÃO

Declaro para os fins do Relatório de Gestão 2010, em cumprimento ao contido no item 08, parte A, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107 de 07 de Outubro de 2010, bem como para atender ao que estabelece a Lei nº 8.730/1993, que os ocupantes de cargos, empregos e funções desta UJ atenderam a obrigatoriedade de manter atualizadas as declarações de bens e rendas nesta Unidade.

Recife-PE, 28 de Março de 2011

*Louis Gustavo Oliveira Vila Nova*

Chefe da Seção Recursos Humanos

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010 - não se aplica a essa UJ, pois ainda não há sistema de controle interno constituído na estrutura da UJ.

### QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	

<b>Aspectos do sistema de controle interno</b>		<b>Avaliação</b>				
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16.	Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
<b>Procedimentos de Controle</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	X				
25.	A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26.	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27.	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
<b>Monitoramento</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28.	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29.	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado	X				



Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais: A metodologia usada foi o conhecimento da estrutura do órgão tendo sido consultada a área Administrativa e Financeira e a área de Policiamento e Fiscalização.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

#### 10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <ul style="list-style-type: none"> <li>Foi contratada empresa para realizar a coleta, o transporte e a destinação ecologicamente correta de dejetos.</li> <li>As licitações de pneus estão exigindo que os vencedores recolham e deem o destino correto para os inservíveis.</li> </ul> </li> </ul>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> <li>- A maioria das lâmpadas adquiridas foram econômicas, contudo não há como dimensionarmos o impacto dessa aquisição.</li> </ul>			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> <li>- Foram adquiridos papéis reciclados contudo em pequena proporção quando comparado com os demais.</li> </ul>		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</li> <li>- As aquisições de veículos desta UJ é centralizada no Departamento central em Brasília-DF, logo não há como certificar a inclusão desse procedimento.</li> </ul>			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> <li>- Através de comunicações oficiais.</li> </ul>				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</li> </ul>	X				
<i>Considerações Gerais:</i>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b>  <b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					



**QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<b>PE-PERNAMBUCO</b>	1	1
	2531-RECIFE	1	1
	<b>UF “n”</b>	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
EXTERIO R	<b>PAÍS 1</b>	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte:

**QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**

UG	RIP	Regim e	Estado de Conserva ção	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	\$ Reavali ado	Imó vel	Instala ções
200113	233100004500-4	21	3	62084,43	29/07/05			
200113	235700163500-3	21	3	148559,18	29/07/05			
200113	237900004500-9	21	3	107093,41	29/07/05			
200113	238100012500-4	21	3	90413,97	29/07/05			

200113	241300029500-9	21	3	47006,78	29/07/05				
200113	241900030500-3	21	3	54035,74	29/07/05				
200113	242700004500-2	21	3	58500,99	29/07/05				
200113	243500009500-0	21	3	33998,61	29/07/05				
200113	248700004500-6	21	3	70187,51	29/07/05				
200113	249700017500-4	21	3	34000,88	29/07/05				
200113	252100059500-0	21	3	49773,97	29/07/05				
200113	252100060500-5	21	3	148559,18	29/07/05				
200113	252100061500-0	21	3	33998,61	29/07/05				
200113	252900006500-6	21	3	34000,38	29/07/05				
200113	253100521500-8	21	3	52865,18	29/07/05				
200113	253100695500-5	21	3	49959388,83	30/10/08			10587,98	
200113	253100696500-0	21	3	2999517,86	09/08/01				
200113	253500297500-4	21	3	22253,06	29/07/05				
200113	254300024500-0	21	3	27958,96	29/07/05				
200113	255100044500-0	21	3	27901,06	29/07/05				
200113	256100004500-9	21	3	65252,59	29/07/05				
200113	257700214500-7	21	3	148559,18	29/07/05				
200113	257700215500-2	21	3	64564,27	29/07/05				
200113	258100002500-2	21	3	47006,78	29/07/05				
			TOTAL	54387481,41					
<b>Total</b>								<b>Σ</b>	<b>10587,98</b>

Fonte: SPIUNET

## 12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010

Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	4				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do	X				

Órgão/Entidade.					
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	30,00%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

### 13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010

Informações sobre a utilização de cartão de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos n 5.355/2005 e 6.370/2008.

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2008	2009	2010
R\$ 4.337,21	R\$ 2.986,72	R\$ 2.745,20

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
SF 001- 339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Rejane de Sá Ribeiro Arruda CPF 02714284493</b>	R\$ 1.997,29
SF 001- 339039-Serviços			R\$ 863,80
SF 002-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400</b>	R\$ 1.006,32
SF 002-339039-Serviços			R\$ 469,80
SF 003-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 1º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Rejane de Sá Ribeiro Arruda CPF 02714284493</b>	R\$ 597,90
SF 003-339039-Serviços			R\$ 150,00
SF 004-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400</b>	R\$ 475,92
SF 004-339039-Serviços			R\$ 0,00
SF 005-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400</b>	R\$ 280,44
SF 005-339039-Serviços			R\$ 13,95
SF 006-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Nelson Jerônimo Filho CPF 70480257434</b>	R\$ 1.347,67
SF 006-339039-Serviços			R\$ 120,84
SF 007-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400</b>	R\$ 955,05
SF 007-339039-Serviços			R\$ 23,60
SF 008-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400</b>	R\$ 467,30
SF 008-339039-Serviços			R\$ 132,34
SF 009-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto e 2º Leilão de Viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Alberto Rodrigo Fernandes Carício CPF 96299754400</b>	R\$ 724,51
SF 009-339039-Serviços			R\$ 299,75
SF 010-339030-Compras	Recursos para atender despesas de pequeno vulto para leilão de viaturas no âmbito da Sede 11ª SRPRF/PE	<b>Nelson Jerônimo Filho CPF 70480257434</b>	R\$ 0,00
SF 010-339039-Serviços			R\$ 142,65
<b>T O T A I S</b>			<b>R\$ 10.069,13</b>

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados

2008	2009	2010
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2010

Descrição da ocorrência	J u s t i f i c a t i v a	Responsável	Valor
Não houve			R\$ 0,00
<b>T O T A L</b>			R\$ 0,00

#### 14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010

Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ, bem como sobre as fiscalizações realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil voltadas para a averiguação da regularidade das renúncias de receitas tributárias. N'AO HOUE OCORRÊNCIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2010 – NÃO SE APLICA PARA ESTA UJ.

#### 15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N 107, DE 27/10/2010

##### QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação completa:</b>					<b>Código SIORG</b>
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PE					Ñ SE APLICA
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
1	011.085/2008-1	2.248/2010	4.1.1.2	DE	
<b>Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PE					Ñ SE APLICA
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
<p>9.1. não conhecer da Denúncia constante das fls. 1 a 3 do volume principal, em razão da falta de pressuposto de admissibilidade, nos termos do caput e do parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.2. conhecer da Representação formulada pela unidade técnica, nos termos do inciso VI do art. 237 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;</p> <p>9.3. determinar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal que, no prazo de sessenta dias, a contar da ciência desta deliberação:</p> <p>9.3.1. promova a reconstituição dos autos do Processo 08.654.002.042/2000, dando prosseguimento às apurações que lhe são inerentes ou, caso se mostre impossível tal reconstituição, promova, da forma que entender mais conveniente, a apuração dos fatos contemplados na Portaria 11ª SRPRF/PE</p>					

nº 182/2000;

9.3.2. inicie a apuração dos fatos descritos abaixo, bem como a identificação dos respectivos responsáveis:

9.3.2.1. desaparecimento dos autos do Processo Administrativo 08.654.002.042/2000;

9.3.2.2 desaparecimento de diversos processos administrativos nas dependências da Superintendência Regional do DPRF em Pernambuco, de acordo com o narrado no Processo Administrativo 08.654.002.833/2003, dando especial atenção à possível participação de agentes da Superintendência no extravio dos documentos;

9.3.2.3. impropriedades relatadas pela CGU, por meio do Ofício 03009/CGU-PR, com especial atenção às possíveis irregularidades no processamento das multas aplicadas no âmbito da 11ª SRPRF/PE e nos recursos interpostos contra essas multas, durante os exercícios de 2004 a 2006, bem como nos motivos para a falta de controle eficiente do registro das autuações de trânsito no âmbito dessa Superintendência;

9.3.2.4. inércia da 11ª SRPRF/PE, que não procedeu a reconstituição dos autos do Processo 08.654.002.042/2000 nem instaurou novo procedimento de investigação, bem como não apurou as responsabilidades pelo desaparecimento dos autos do Processo 08.654.002.042/2000;

9.4 alertar a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco que, nestes autos, verificou-se a falta de publicidade, em veículo adequado, do resultado das investigações realizadas por meio dos processos administrativos nº 08.654.002.042/2000, 08.654.002.832/2003, 08.654.002.833/2003, 08.654.002.834/2003, 08.654.002.835/2003, 08.654.002.836/2003, 08.654.001.428/2003 e 08.650.000.817/2006, o que resulta no desrespeito ao princípio da publicidade insculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal;

9.5. juntar cópia do presente acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, aos autos das contas do DPRF relativas ao exercício de 2010;

9.6. determinar à Controladoria-Geral da União que informe, nas próximas contas ordinárias do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco - 11ª SRPRF/PE, acerca das providências adotadas para cumprimento das determinações indicadas no item 9.3 supra;

9.7. remeter cópia dos elementos pertinentes ao Exmº Ministro da Justiça, e

9.8. encaminhar cópia integral destes autos à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco

#### **Providências Adotadas**

<b>Setor responsável pela implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL	Ñ SE APLICA

#### **Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:**

1. Em resposta ao do documento supracitado, que alerta esta Superintendência acerca de suposta falta de publicidade em veículo adequado, do resultado das investigações realizadas por meio

dos processos administrativos n.º 08.654.002.042/2000, 08.654.002.832/2003, 08.654.002.833/2003, 08.654.002.834/2003, 08.654.002.835/2003, 08.654.002.836/2003, 08.654.001.428/2003, 08.650.000.817/2006, temos a informar o seguinte:

2. Dos oito processos apontados, seis tiveram suas decisões devidamente publicadas em Boletim de Serviço (cópias em anexo), instrumento suficiente para dar publicidade aos atos oriundos de processos administrativos disciplinares, conforme entendimento do STJ<sup>1</sup>, como se vê:

- 08.654.002.832/2003 - publicado julgamento no Boletim de Serviço n.º 06/2004, em 04/03/2004
- 08.654.002.833/2003 - publicado julgamento no Boletim de Serviço n.º 01/2005, em 17/01/2005
- 08.654.002.834/2003 - publicado julgamento no Boletim de Serviço n.º 06/2004, em 04/03/2004
- 08.654.002.836/2003 - publicado julgamento no Boletim de Serviço n.º 15/2004, em 08/07/2004
- 08.654.001.428/2003 - publicado julgamento no Boletim de Serviço n.º 14/2004, em 30/07/2004
- 08.650.000.817/2006 - publicado julgamento no Boletim de Serviço n.º 15/2006, em 15/08/2006

3. Ainda assim, em virtude do alerta do TCU, esta Superintendência republicou todas as decisões em novo Boletim de Serviço, B.S. n.º 57, de 21/10/2010, para não restar dúvidas quanto à transparência dos atos. A publicação da decisão do processo n.º 08.654.002.042/2000 restou prejudicada em razão de seu extravio, ponto tratado no item 9.3 do Acórdão n.º 2248/2010, e cujos esclarecimentos referentes a esta Regional foram prestados à Direção-Geral do DPRF através do Memorando n.º 116/2010-GAB, cópia em anexo.

4. Com relação ao processo n.º 08.654.002.835/2003, apenso dos autos principais n.º 08.654.000.892/2001, por terem mesmo objeto, verificamos que estes foram remetidos à Corregedoria-Geral do DPRF para decisão, uma vez que neste caso o Superintendente Regional não era autoridade competente para tanto.

1 DECISÃO STJ, Mandado de Segurança n.º 6.853, 10/12/03

5. Após instaurar nova Comissão de Sindicância, a Corregedoria-Geral decidiu pelo arquivamento do processo, por entender não existirem resquícios de ordem correicional quanto à doação dos veículos. A decisão que determina o arquivamento dos autos encontra-se às fls. 792 do processo n.º 08.654.000.892/2001. Entretanto, como não identificamos nos autos documento que indique tenha sido publicada, restituímos os processos ao DPRF para as providências cabíveis ao cumprimento do Acórdão, considerando que este Superintendente não é autoridade competente para dar publicidade à decisão emanada pelo Sr. Corregedor Geral.

6. Esclarecidos os apontamentos do Acórdão n.º 2248/2010, ficamos à disposição para prestar outras informações que se façam necessárias.

#### **Síntese dos resultados obtidos**

Em anexo, A Informação Final n.º 45/2010 e o Ofício n.º 2045/2010-GAB, que responde ao TCU os questionamentos do item 9.4.

O item 9.3 e seus sub-itens são questionamentos direcionados ao DPRF, cujas justificativas foram encaminhadas à CAA, pelo memorando n.º 116/2010, copiadas abaixo:

Itens 9.3.1 e 9.3.2.1 – reconstituição do processo n.º 08.654.002.042/2000 ou apuração dos fatos contemplados na Portaria n.º 182/2000

O processo n.º 08.654.002.042/2000 tratava de agressão física imotivada supostamente praticada pelo PRF JOSÉ AGOSTINHO DOS SANTOS, conta REGINALDO GOMES DOS SANTOS, sendo concluído pela improcedência das acusações, conforme cópia do relatório final em anexo.

Ao tomar conhecimento do extravio dos autos, esta Superintendência promoveu a apuração do ocorrido, através do processo n.º 08.654.001.428/2003-48, que segue para apreciação do Departamento, não sendo possível apontar, porém, quem deu causa ao extravio.

Observe-se que o acórdão, na verdade, não questiona a condução dos trabalhos realizados nesta Superintendência, mas considera insuficiente a investigação realizada:

“o DPRF não se manteve inerte na investigação dos fatos apontados no Processo 08.654.001.428/2003. Apesar da gravidade que caracteriza o extravio de documentos no âmbito da Administração Federal, não constam nos autos elementos que permitam considerar como inadequadas as providências adotadas no âmbito da SRPRF/PE para apuração do Processo Administrativo 08.654.002.042/2000”.

Desta forma, não há que se falar sobre uma suposta inércia ou omissão desta desconcentrada na apuração do extravio do citado processo, o que foi registrado no próprio texto do acórdão em questão (fl. 8).

Diante da impossibilidade de reconstituição dos autos e apesar do mesmo ter sido concluído à época pela absolvição do PRF denunciado, entendemos ser possível uma nova

investigação dos fatos por meio de cópia do processo crime n.º 3186/00, que tramitou na Vara Criminal de Santo Antão, como sugeriu o então Superintendente Regional da 11ª SRPRF/PE às fl. 04 do processo n.º 08.654.001.428/2003-48.

Entretanto, assim como todos os sub-itens do item 9.3, a decisão do órgão de controle atribui ao DPRF, por meio de sua Corregedoria-Geral, a execução de tal determinação, por entender que “a melhor prática investigatória, contudo, determina novamente que as investigações fossem ser procedidas por órgão externo e sem vinculação hierárquica com a superintendência”.

Desta forma, considerando que a decisão do TCU considera insuficiente a investigação realizada na 11ª SRPRF/PE, encaminhamos os autos do processo n.º 08.654.001.428/2003-48 para que este Departamento realize as diligências complementares que entender necessárias à elucidação dos fatos.

Item 9.3.2.2 – desaparecimento dos processos administrativos apontados nos autos de n.º 08.654.002.833/2003.

Aqui, mais uma vez, a 11ª SRPRF/PE não foi inerte na apuração do desaparecimentos dos autos indicados no processo em epígrafe. Fora nomeada comissão que, em seu relatório final, concluiu pela impossibilidade de apontar responsáveis, pela falta, à época, de registros da movimentação dos processos.

Tais fatos foram, inclusive, investigados pela Corregedoria-Geral desde Departamento nos autos no processo n.º 08.650.000.092/2001, cuja comissão também não logrou êxito na identificação dos responsáveis pelo extravio dos processos.

Novamente o TCU imputa à Corregedoria Geral do DPRF uma nova e mais aprofundada apuração dos fatos, por considerar “inadequado ao interesse público a apuração do referido extravio por agentes da SRPRF/PE”. (fl. 7 do acórdão).

Assim, encaminhamos também os autos do processo n.º 08.654.002.833/2003 para que este Departamento realize as diligências complementares que entender necessárias à elucidação dos fatos.

Item 9.3.2.3 – impropriedades relatadas no Ofício 03009/CGU-PR.

O referido Ofício trata de representação formulada pela CGU, que encaminha denúncia anônima em que se afirma a existência de um “esquema para recursos de multas”.

Para apurar tal denúncia foi autuado o processo n.º 08.650.000.817/2006-39, encaminhado pela Corregedoria Geral a esta desconcentrada para instauração de comissão de sindicância investigativa que, após a fase instrutória, concluiu pela falta de elementos que comprovassem a veracidade da denúncia.

Novamente, o próprio acórdão em debate reconhece que o DPRF não se manteve inerte na apuração do caso (fl 05 do acórdão), entretanto, o TCU considera que a apuração por membros da regional onde supostamente aconteceram os fatos denunciados podem ter interferido negativamente na investigação e sugere que “a apuração dos fatos seja procedida por agentes sem vinculação com a superintendência”, através da Corregedoria Geral do DPRF. (fl. 05)

Informamos que o citado processo encontra-se arquivado no DPRF, desde 05/05/2009.

<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
– Houveram algumas dificuldades quanto a reconstituição de processos administrativos.

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL					Ñ SE APLICA
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	500.088/1998-5	37/2006	09/06/01	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PE					Ñ SE APLICA
Descrição da Deliberação:					
9.6. determinar à 11a Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Estado de Pernambuco: 9.6.1. que regularize a situação dos veículos doados a outras instituições junto ao Detran/PE, agindo no sentido, se for o caso, de que os donatários sanem as pendências financeiras que possam indevidamente ser atribuídas à Polícia Rodoviária Federal, ou seja, aquelas referentes ao período compreendido entre a doação e a respectiva alteração do registro de veículos automotores					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
11ª SUPERINTENDENCIA DE POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL					Ñ SE APLICA
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Aguardando instauração e resultado da propositura de demanda judicial pela AGU. Em 17/08/2010 o processo foi encaminhado pelo Ofício 1.326/2010 (ANEXO I) para a AGU para a adoção de medidas judiciais com vistas a regularização comandada, como não obtivemos resposta até o momento foi enviado em 07/02/2011 o Ofício n 215/2011 (ANEXO II) solicitando informações atualizadas sobre a demanda, fato que ainda não temos a resposta.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A demanda foge a vontade do gestor pois não há como o Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco realizar a baixa da responsabilidade diante da caracterização do problema, logo dependemos de comando judicial para a completa solução.					

15.1 - Recomendações do OCI atendidas no exercício - **Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI – Não Houve no Período.**

15.2 - Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício - **Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício – Não Houve no período**

ANEXO I



**Ministério da Justiça**

**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

**11ª Superintendência Regional / PE - GAB**

Av. Antônio de Góes, 820, Pina, Recife/PE CEP: 51.010-000; (81) 3201-0708; gab.pe@dprf.gov.br

**Ofício nº 1326/2010 – Gab/11.ª SRPRF/PE**

Recife/PE, 17 de agosto de 2010.

A Sua Senhoria o Senhor

JOSÉ ROBERTO MACHADO FARIAS

Ilm.º Sr. Procurador Regional da União – AGU/PRU 5.ª Região

Endereço: Rua Quarenta e Oito, 149 – Encruzilhada, Recife/PE

CEP 52.020-060

**Assunto: Regularização de pendências financeiras indevidamente atribuídas a veículos doados pela 11.ª SRPRF/PE sem a observância das formalidades legais**

Ilm.º. Sr. Procurador Regional,

Saudando-o cordialmente, servimo-nos do presente expediente para solicitar-lhe seja analisado o presente processo a fim de que se verifique a viabilidade de adoção de medidas judiciais por esta Procuradoria Regional no sentido de serem regularizados débitos indevidamente atribuídos à União, através da 11.ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, o que fazemos na forma e com os argumentos em sequência aduzidos.

De início, cabe-nos ressaltar que o Processo Administrativo n.º 08.654.004.384/2007-31 se iniciou em decorrência do Acórdão n.º 37/2006, do Plenário do Tribunal

de Contas da União, publicado no DOU de 01/02/2006 (fl. 03), bem como do Relatório de Auditoria n.º 189.583 de 12/03/2006. Supracitado acórdão determinou à 11.ª SRPRF em Pernambuco que:

Regularize a situação dos veículos doados a outras instituições junto ao Detran/PE, agindo no sentido, se for o caso, de que os donatários sanem as pendências financeiras que possam indevidamente ser atribuídas à Polícia Rodoviária Federal, ou seja, aquelas referentes ao período compreendido entre a doação e a respectiva alteração do registro de veículos automotores.

Em virtude de tais disposições oriundas desse órgão de controle externo, a 11.ª SRPRF/PE, através da Portaria n.º 171, de 14 de agosto de 2007 (fl. 04), designou Comissão composta de três membros com o objetivo de regularizar a situação dos veículos doados por essa Superintendência sem a observância das formalidades legais pertinentes.

Após a realização de intenso trabalho instrutório, a Comissão supracitada delimitou o objeto de sua apuração conforme se depreende das folhas 196 e 197 do processo administrativo em epígrafe. Assim, verificou-se que constavam pendências financeiras indevidamente atribuídas a veículos irregularmente doados pela 11.ª SRPRF sem a observância das formalidades devidas, inclusive sem o registro no órgão competente para a transferência de propriedade dos respectivos bens móveis.

Dando continuidade aos trabalhos, a Comissão solicitou a 11.ª SRPRF, cópia dos processos administrativos n.º 08.654.000.892/2001 e 08.654.002.835/2003, os quais versavam respectivamente sobre localização de veículos doados e apuração de não recebimento de veículos doados (fl. 204) e de outros processos de doação de veículos no âmbito da 11.ª SRPRF/PE (fl. 203, 230 e 231). Descreveu esta Comissão as suas atividades parciais no relatório (fls. 208 a 210). Em sequência, a 11.ª SRPRF/PE oficiou a diversas instituições, entre elas Prefeituras Municipais e Exército Brasileiro, a fim de que regularizassem as pendências financeiras indevidamente atribuídas à 11.ª SRPRF (fls. 211 a 220).

Posteriormente, a Comissão oficiou ao Superintendente Regional da 11.ª SRPRF a fim de que este fornecesse a localização de alguns veículos doados, consignando ainda a regularização de outros e a necessidade de diligenciar-se a outras entidades donatárias com o fito de regularizar-se as respectivas pendências financeiras (fls. 236 e 237).

Após proceder a Comissão a contato com diversas instituições donatárias, algumas resolveram por regularizar as pendências financeiras indevidamente atribuídas à 11.ª SRPRF/PE e continuaram com os veículos e outras resolveram por devolver à 11.ª SRPRF os veículos na época



irregularmente doados.

Por fim, às fls. 458 a 468, a Comissão apresentou relatório final de suas atividades em que consigna a regularização de pendências indevidamente atribuídas a diversos veículos irregularmente doados. Entrementes, alguns desses veículos não tiveram a situação financeira regularizada. São eles: os veículos 14 a 27 constantes do Relatório Final da Comissão de Sindicância Administrativa (fls. 465 e 466).

Em sequência, vide fls. 500 e 501, em atendimento à solicitação de auditoria do TCU, a Comissão realizou diligências junto ao Detran/PE no sentido de que esta entidade realizasse a baixa dos veículos ou a regularização de suas pendências financeiras indevidamente atribuídas à 11.<sup>a</sup> SRPRF/PE. Em resposta à solicitação de regularização dos 14 (quatorze) veículos (vide fl. 506), o Detran/PE, em seu ofício n.º 424/2010 (fl. 508) informou que o procedimento administrativo a ser adotado pela 11.<sup>a</sup> SRPRF/PE para a baixa do registro de veículos é: *encaminhar ao Detran/PE originais de CRV e CRLV dos veículos, boletim de acidente de trânsito, se for o caso, vistoria ou laudo pericial, recolhimento das placas e da parte do chassi na qual se encontra gravado o número*. Para a quitação dos débitos fiscais, informou inicialmente o Detran/PE que: *a União poderia ser isenta do pagamento de tais débitos em virtude do disposto na Lei Ordinária n.º 7550/1977, art. 3.º, inciso IV e art. 150, VI, “a”, da CRFB/88*. Todavia, após encaminhamento de novo Ofício ao Detran/PE (fls. 530 e 531), solicitando a mencionada isenção fiscal (fls. 526 e 527), tal entidade reformou seu entendimento ao afirmar que a mencionada isenção fiscal, disposta na Lei Estadual n.º 7.550/1977-PE, não se aplicaria a veículos de propriedade da União (fls. 533 a 538).

Quanto à baixa no registro de veículos a Comissão entendeu que tal procedimento administrativo, nos moldes em que proposto pelo Detran/PE, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução n.º 11/1998, do Contran, é inviável haja vista que a 11.<sup>a</sup> SRPRF não dispõe de placas, parte do chassi, CRV e CRLV dos citados veículos.

Nos termos acima expostos, vimos a esta Procuradoria Regional da Advocacia-Geral da União solicitar as medidas judiciais cabíveis que Vossa Senhoria entenda pertinentes ao caso em tela, a fim de que a União, através da 11.<sup>a</sup> SRPRF/PE, não continue a ser indevidamente onerada com débitos oriundos de veículos que foram irregularmente doados a outras instituições, entretanto, não tiveram a transferência de sua propriedade, ocorrida com a tradição dos respectivos bens móveis, transcrita no registro de veículos do DETRAN/PE. Ademais, saliente-se que tais veículos, muito provavelmente, nem sequer devem estar em operação ante o seu elevado tempo de uso (vide fls. 512 a 525).

Solicita-se, dessarte, sejam adotadas por Vossa Senhoria medidas para proceder-se à transferência de propriedade de tais veículos perante o registro de veículos do Detran/PE, ou à baixa dos citados veículos no citado registro de forma que os cofres da União não mais sejam onerados com pendências financeiras de veículos que não compõem a sua frota.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

**VICTOR HUGO DE SOUZA**  
Superintendente Regional – 11.ª SRPRF/PE



**Ministério da Justiça**

**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

**11ª Superintendência Regional / PE - GAB**

Av. Antônio de Góes, 820, Pina, Recife/PE CEP: 51.010-000; (81) 3201-0784; nuat.pe@dprf.gov.br

**Ofício nº 215/2011 – Gab/11.ª SRPRF/PE**

Recife/PE, 7 de fevereiro de 2011.

A Sua Senhoria o Senhor

**JOSÉ ROBERTO MACHADO FARIAS**

Ilmo. Sr. Dr. Procurador-Regional da União – AGU/PRU – 5.ª Região

Endereço: Rua Quarenta e Oito, 149, Encruzilhada, Recife/PE

CEP 52.020-060

**Assunto: Reiteração do disposto no Ofício n.º 1326/2010 – Gab/11.ª SRPRF/PE, referente à regularização de pendências financeiras indevidamente atribuídas a veículos doados pela 11.ª SRPRF/PE sem a observância das formalidades legais exigíveis.**

Ilm.º Sr. Dr. Procurador-Regional da União,

Saudando-o cordialmente, servimo-nos do presente expediente para reiterar o contido no Ofício n.º 1326/2010 – Gab/11.ª SRPRF/PE, acerca da regularização de pendências financeiras indevidamente atribuídas a veículos doados pela 11.ª SRPRF/PE sem a observância das formalidades legais exigíveis.

Foi solicitada no supracitado ofício a análise por parte desta Procuradoria-Regional acerca da adoção de eventuais medidas judiciais a fim de que a União, através da 11.ª SRPRF/PE, não continue a ser indevidamente onerada com débitos oriundos de veículos que foram

irregularmente doados a outras instituições, entretanto, não tiveram a transferência de sua propriedade, ocorrida com a tradição dos respectivos bens móveis, transcrita no registro de veículos do Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco.

Solicitou-se, dessarte, fossem adotadas por esta douta Procuradoria-Regional medidas para proceder-se à transferência de propriedade de tais veículos perante o registro de veículos do Detran/PE, ou à baixa dos citados veículos no citado registro de forma que os cofres da União não mais fossem onerados com pendências financeiras de veículos que não compunham a sua frota.

**Em virtude de tais considerações e de aproximar-se no final do corrente mês a data improrrogável para prestação de contas desta Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal ao Tribunal de Contas da União, colocamo-nos no aguardo de informações, de acordo com os critérios adotados por esta égrgia Procuradoria-Regional da União para o caso em comento, acerca do procedimento nesta Procuradoria instaurado a fim de que comuniquemos ao TCU as providências até então adotadas.**

Sem mais para o momento, renovamos protestos de elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

**VICTOR HUGO DE SOUZA**  
Superintendente Regional



08554-03849/2011

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO – 5ª REGIÃO

Rua Quarenta e Oito, 149, Encruzilhada, Recife-PE, fone (81) 4009-1200/4009-1299, fax (81) 4009-1272,  
4009-1271 ou 4009-1224, CEP: 52020-060 – e-mail: [pru5@agu.gov.br](mailto:pru5@agu.gov.br)

Ofício n.º 1949 /CONT/PRU/AGU

Recife, <sup>22</sup> de março de 2011

**URGENTE**

A Sua Senhoria, o Senhor

Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em PE

Senhor Superintendente

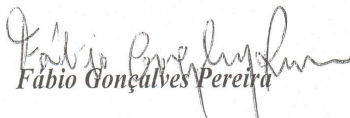
Em resposta ao Ofício n.º 215/2011-Gab11ª SRPRF/PE, que reitera os termos do Ofício n.º 1329-2010-Gab11ªSRPRF/PE, está sob uma análise mais detida desta Procuradoria Regional da União acerca da medida cabível a ser empregada, uma vez que o caso se mostra *sui generis* já que a própria Comissão investigativa não conseguiu identificar os prováveis donatários dos veículos listados no Ofício n.º 01/10-CSA1/11.ª, 20 de abril de 2010, s.m.j. não havendo registro no SIAFI, termo de entrega de chaves dos automóveis ou qualquer documento que formalize a possível doação.

Ademais, além da taxa de licenciamento, contata-se débito de seguro obrigatório e Taxa de Conservação de Vias Pública do Município do Recife, declarada inconstitucional. Tais taxas não devem ser pagas.

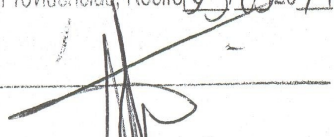
Solicito, se possível, o ato do Superintendente ou Ministro que autorizou a doação dos automóveis, bem como as respectivas Notas Fiscais.

Atenciosamente,

A(o) Núcleo / Seção de NUAT  
para Providências, Recife, 25/03/2011

  
Fábio Gonçalves Pereira

Advogado da União

  
Victor Mano de Souza  
Superintendente Regional  
11ª SRPRF/PE

## **ANEXO II**

### **Planejamento Operacional – Exercício 2011**

#### **Introdução**

A partir da Visão e Missão da Polícia Rodoviária Federal, definidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal estabelecerá ações a serem implementadas, analisadas e acompanhadas, visando atingir os objetivos e metas estabelecidas. Para isso, elaborou um diagnóstico da situação atual dos serviços prestados pela 11ª SRPRF/PE e do panorama econômico do Estado, analisou o resultado das metas do Exercício 2010 e estabeleceu indicadores e metas para o Exercício 2011. Durante a Etapa de planejamento observou-se deficiências no acompanhamento gerencial das atividades desenvolvidas, carência de banco de dados e informações operacionais e a falta de normatização de procedimentos. A estratégia adotada constitui na definição dos serviços prioritários, estruturação das atividades operacionais e fortalecimento da gestão.

#### **1 Premissas do Planejamento Operacional**

##### **1.1. Missão da Polícia Rodoviária Federal**

A declaração de missão da empresa deve refletir a razão de ser da empresa, qual o seu propósito e o que a empresa faz.

A missão é a razão de ser da organização. Nesse ponto procura-se determinar qual é o negócio da organização, porque ela existe, ou, ainda, em que tipos de atividades a organização deverá concentrar-se no futuro (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). Neste sentido, para fins operacionais considerar-se-á a Missão abaixo descrita.

***Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.***

##### **1.2. Visão da Polícia Rodoviária Federal**

A declaração de visão é a declaração da direção em que a empresa pretende seguir, ou ainda, um

quadro do que a empresa deseja ser. Trata-se ainda da personalidade e caráter da empresa. Assim, a declaração de visão de uma empresa deveria refletir as aspirações da empresa e suas crenças. Além de apontar um caminho para o futuro, faz com que você queira chegar lá. Deve representar as maiores esperanças e sonhos da instituição.

A visão é a idealização de um futuro desejado para a organização. Ela deve ser clara, estar em permanente demonstração para a comunidade, ser compatível com os valores da organização e ser ligada as necessidades dos clientes (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ).

*Ser referência como instituição de policiamento ostensivo e indutora de políticas públicas de valorização da vida, com reconhecimento internacional.*

### **1.3. Valores da Polícia Rodoviária Federal**

Para alcançarmos nossa missão, nós afirmamos os nossos valores, que refletem o caráter duradouro da PRF e de seus colaboradores e são ancorados no projeto institucional (adaptação do Planejamento Estratégico do MJ). São eles: **Honestidade, Transparência, Coragem, Firmeza, Lealdade, Liderança, Solidariedade, Ética, Responsabilidade, Equidade, Cidadania e Compromisso.**

### **1.4. Perspectivas Econômicas do Estado de Pernambuco**

Após o estabelecimento da Missão, da Visão e dos Valores Institucionais, se faz necessário uma análise do ambiente externo para identificarmos as oportunidades e as ameaças. As ações a serem executadas para o alcance dos objetivos estratégicos devem alinhar-se as oportunidades identificadas, e as ameaças devem ser neutralizadas, evitadas ou ter seus impactos minimizados.

Para subsidiar o Planejamento da 11ª SRPRF/PE levou-se em consideração o Estudo realizado pelo SEBRAE-PE sobre a perspectiva econômica do Estado de Pernambuco para a década 2010-2020.

O Estudo trás alguns relatos que merecem destaque: - “Pernambuco está entrando num ciclo de desenvolvimento e tudo parece conspirar a favor do dinamismo da economia pernambucana”; - “Pernambuco é a “bola da vez” na economia brasileira: Nível de competitividade diferencial do Estado, Investimentos estruturadores anunciados e/ou em implantação, Interesse de grandes empresas em Pernambuco e Ambiente sócio-político (alta auto-estima).

O Estado de Pernambuco se situa em décimo lugar no nível de competitividade do Brasil (Bahia é décimo oitavo) e é o primeiro do Nordeste. Mas chega ao oitavo lugar do Brasil no componente “Conhecimento e Inovação”.

UF	ICE-F		Qualificação da força de trabalho		Conhecimento e inovação		Infra-estrutura	
	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank	Índice	Rank
São Paulo	0,849	1	0,903	2	0,834	1	0,809	2
Rio de Janeiro	0,792	2	0,866	3	0,698	2	0,811	1
Distrito Federal	0,744	3	0,949	1	0,511	7	0,772	3
Rio Grande do Sul	0,711	4	0,720	4	0,692	3	0,722	5
Paraná	0,696	5	0,717	5	0,647	4	0,724	4
Santa Catarina	0,648	6	0,708	6	0,573	6	0,662	6
Minas Gerais	0,589	7	0,567	8	0,594	5	0,608	8
Mato Grosso do Sul	0,506	8	0,619	7	0,313	16	0,586	9
Espírito Santo	0,475	9	0,482	11	0,333	12	0,610	7
Pernambuco	0,436	10	0,529	10	0,357	8	0,423	13
Paraíba	0,432	11	0,540	9	0,356	9	0,399	14
Sergipe	0,408	12	0,459	12	0,258	20	0,505	10
Rio Grande do Norte	0,400	13	0,365	19	0,344	10	0,491	12
Goiás	0,401	14	0,394	15	0,302	17	0,506	11
Amazonas	0,385	15	0,426	13	0,330	13	0,400	15
Ceará	0,352	16	0,387	16	0,336	11	0,331	22

Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), 2004

O ambiente externo se apresenta bastante favorável:

- **Negociações para regulamentação do comércio internacional** com possível redução de barreiras (OMC) incluindo açúcar e o controle da pirataria e da concorrência espúria (China).
- **Tratamento das mudanças ambientais (climáticas)** - Protocolo de Kyoto com impacto na mudança da matriz energética (bio-combustível).
- **Dinamismo da economia mundial** e recuperação da economia brasileira e da capacidade de investimento.
- **Anúncio de investimentos estruturadores no Brasil (PAC)** estimando R\$ 20 bilhões no Estado ou com impacto em Pernambuco.







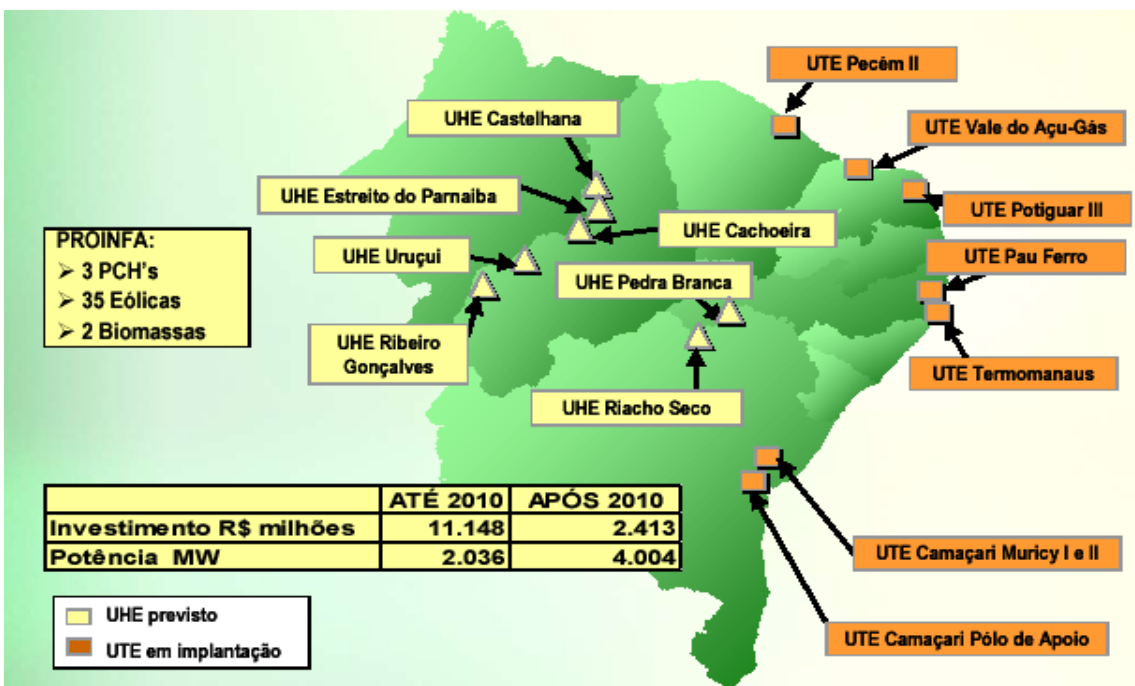
Fonte: Ministério da Integração Nacional

### Canal do Sertão:

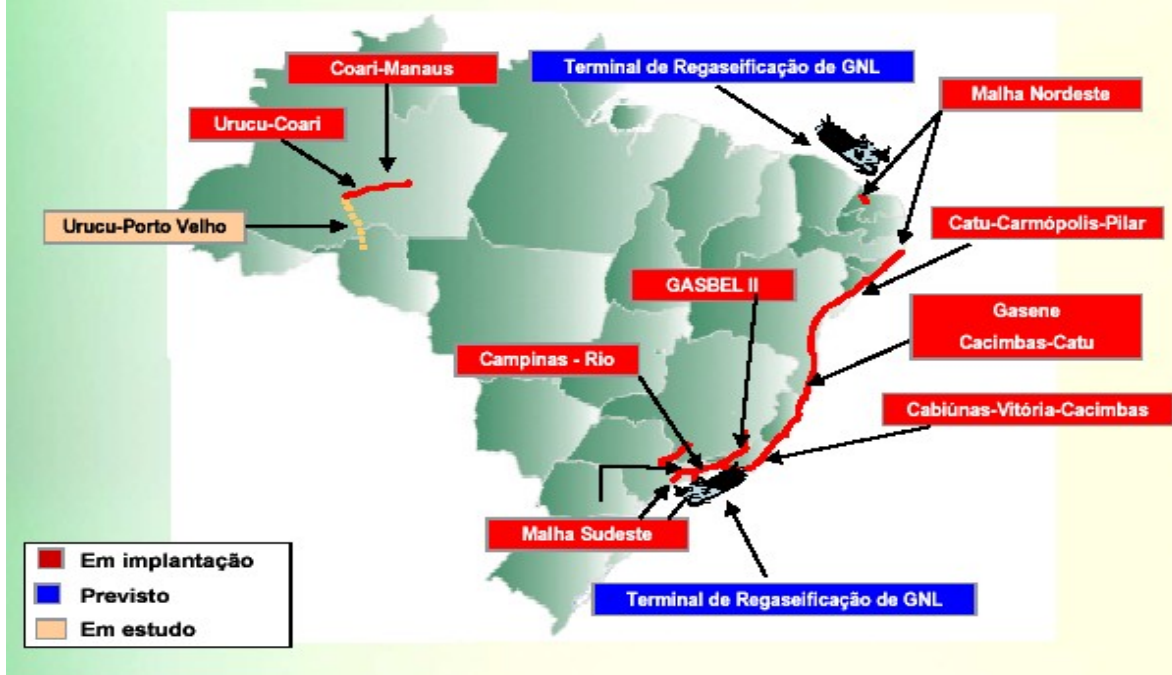
Irrigação de 150 mil hectares (110 mil para cana de açúcar) com investimento aproximado de R\$ 1 bilhão de reais.



### Projetos de Energia:



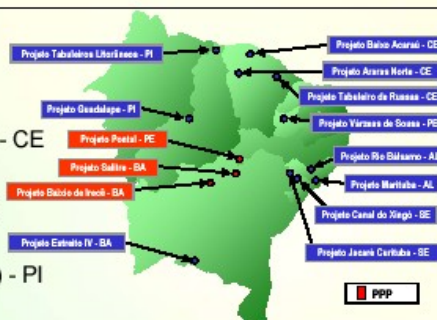
## AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL



## Projetos de Infra-estrutura Hídrica

### PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

- Várzeas de Souza (5.100 ha) - PB
- Rio Balsamo (700 ha) - AL
- Jacaré Curitiba (3.150 ha) - SE
- Tabuleiro de Russas - 2ª Etapa (3.600 ha) - CE
- Baixo Acaraú - 2ª Etapa (4.140 ha) - CE
- Araras Norte - 2ª Etapa (1.618,56 ha) - CE
- Guadalupe - 2ª Etapa (10.500 ha) - PI
- Tabuleiros Litorâneos - 2ª Etapa (5.895 ha) - PI
- Pontal (7.700 ha) - PE
- Baixo de Irecê (54.000 ha) - BA
- Salitre (32.000 ha) - BA
- Marituba (4.800 ha) - AL
- Estreito IV (5.000 ha) - BA
- Uso Múltiplo Canal do Xingó (10.000 ha) - SE



**Investimento: R\$ 2,7 bilhões**

## REGIÃO NORDESTE INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

### INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL - CE, PB, RN E PE

- Eixos Leste e Norte
- Eixo de Integração
- Açude Castanhão / Porto Pecém - CE
- Canal do Sertão Alagoano - AL
- Adutora do Oeste - PE
- Eixo de Integração Orós-Feiticeiro - CE
- Adutora do Agreste - PE
- Adutora do Pajeú - PE
- Barragem Setúbal - MG

**Investimento: R\$ 6,6 bilhões**



## REGIÃO NORDESTE ÁGUA TRATADA - PROÁGUA NACIONAL

### SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Coqueiro Seco - AL

#### SISTEMA ADUTOR

- Jacobina - BA
- Cafarnaum - BA
- Congo (2ª Etapa) - PB
- Agrestina - PE
- Bocaina - PI
- Piaus - PI
- Alto Oeste - RN

#### AÇUDE

- Missi - CE
- Riacho da Serra - CE

**Investimento: R\$ 269 milhões**



## OFERTA DE ÁGUA BRUTA - SISTEMA DE ABASTECIMENTO

Maceió (Barragem e Adutora Pratagy) - AL

Recife (Adutora Pirapama) - PE

Aracaju

(Adutora São Francisco) - SE

Palmeira dos Índios - AL

Região de Marcos do Piauí

(Barragem e Adutora Poço do Marruá) - PI

Região do Baixo Paraíba

(Adutora Acauã) - PB

Região do Sudeste Piauiense

(Barragem Pias) - PI

Região Noroeste Paraibano

(Adutora Capivara) - PB



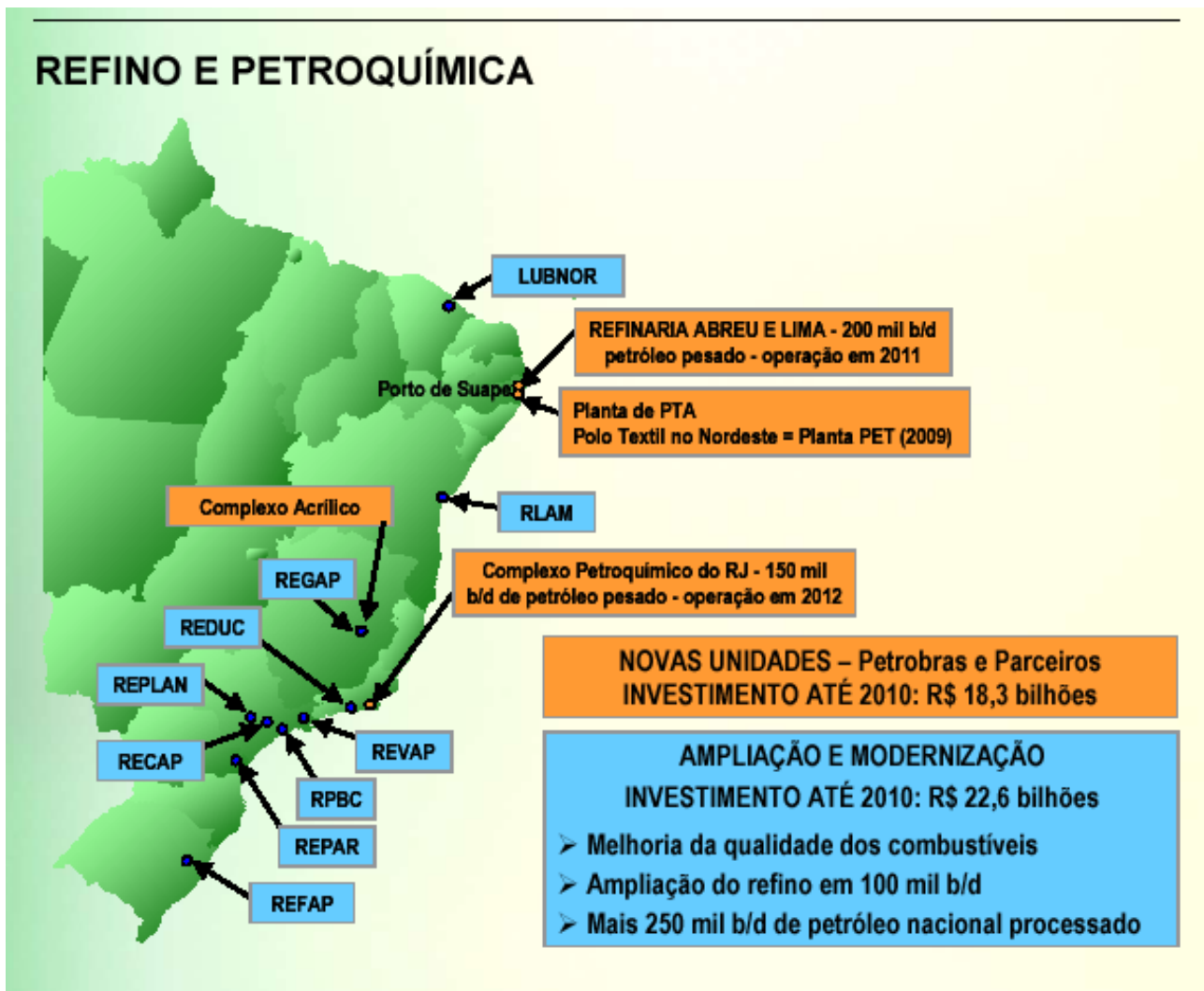
**Investimento: R\$ 640 milhões**

### Projetos produtivos em implantação ou negociação:

1. Estaleiro – condições de construir plataformas off-shore, navios petroleiros, graneleiros e gazíferos, com elevado efeito irradiador.
2. Refinaria Abreu e Lima – investimento de US\$ 2,5 bilhões com impacto a montante - bens e serviços de alta tecnologia - e integração a jusante com pólo poliéster.
3. Pólo de poliéster – encadeamento da fábrica de PET com planta para produção de Ácido Teraftálico Purificado (PTA) de US\$ 500 milhões, matéria prima para a produção de poliéster, com encadeamento a jusante com a refinaria e a montante na produção de filamentos de poliéster texturizado (fios) para o segmento têxtil.
4. Hotéis e resorts de bandeiras internacionais em Porto de Galinhas e Praia do Porto (Cabo) – só em Porto de Galinhas estão previstos investimentos de R\$ 364 milhões em quatro grandes hotéis.
5. Fábrica da FIAT – Localizar-se-á no Complexo Industrial Portuário de Suape, na Região Metropolitana do Recife. O início das obras acontecerá em março de 2011. Destacam-se os benefícios econômicos e sociais que virão com o empreendimento, como a atração de novas

indústrias e a capacitação técnica de um grande contingente de profissionais. A fábrica ocupará um terreno de 4,4 milhões de metros quadrados, a cerca de 13 quilômetros do Porto de Suape. Os investimentos somam R\$ 3 bilhões e a capacidade de produção será de 200 mil veículos por ano, a partir de 2014. A fábrica produzirá novos modelos de automóveis, desenvolvidos no Brasil e voltados para a demanda do consumidor brasileiro e latino-americano. Além da fábrica, os investimentos abrangem a construção de um Centro de Pesquisa & Desenvolvimento, além de um amplo programa de treinamento de recursos humanos para operar o novo empreendimento.

O polo industrial em torno da fábrica de automóveis reunirá ainda fornecedores de componentes e sistemas, em uma arquitetura de negócio e produção que privilegia os ganhos logísticos e a eficiência, otimizados a partir da localização estratégica de Suape, que favorece a movimentação tanto de insumos quanto de produtos acabados. “Esta combinação resultará em ganhos de competitividade para a Fiat, diante do esperado crescimento do mercado automotivo brasileiro, e transformará o panorama econômico da região”, afirmou Belini. Ao operar a plena capacidade, o pólo industrial de Suape gerará cerca de 3,5 mil empregos diretos, estendendo sua influência também para outros setores e negócios.



6. Siderúrgica de aços planos (em fase de estudo de viabilidade) - investimentos previstos da ordem de US\$ 2 bilhões, com possível integração com o estaleiro (unidade de metais para a indústria da construção).

7. Protocolo de intenções com a Añón, espanhola para siderúrgica com investimento de US\$ 150 milhões para produção de 800 mil toneladas de vergalhão (próprio para construção civil)

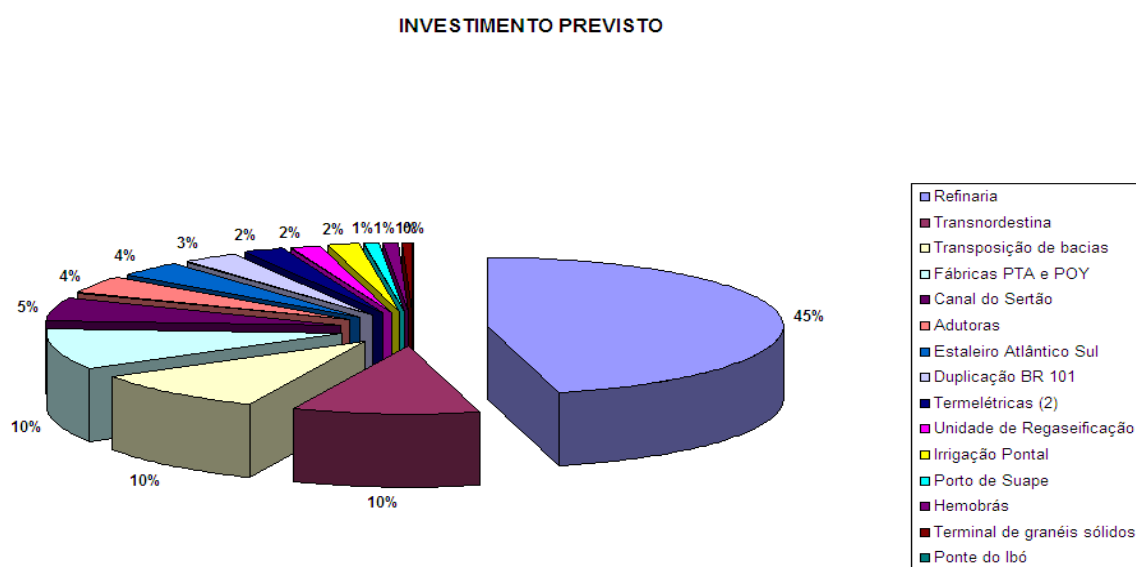
8. Pólo de Hemoderivados – destinado à produção de fatores VIII e IX de coagulação, albumina, imuno-globulina e complexo protrombínico com investimento de US\$ 65 milhões, complementando a unidade do HEMOPE.

### Projetos Previstos com Impacto em Pernambuco

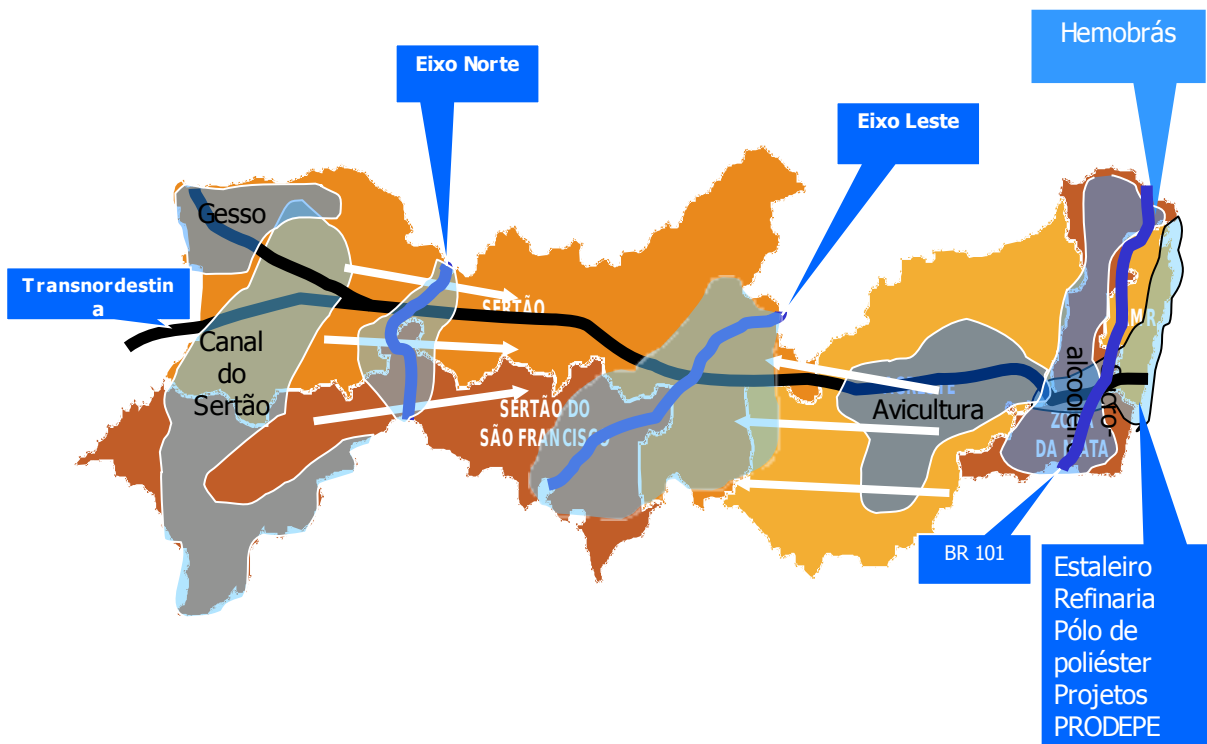


<b>PROJETOS</b>	<b>INVESTIMENTO PREVISTO (R\$ milhões)</b>
Refinaria	9.000.00.
Fábricas PTA e POY	1.900.00
Estaleiro Atlântico Sul	700.00
Hemobrás	145.60
Transnordestina	2.000.00
Duplicação BR 101	600.00
Transposição de bacias	2.000.00
Adutoras (3)	818.00
Termelétricas (2)	429.50
Unidade de Regaseificação	364.00
Canal do Sertão	1.000.00
Terminal de granéis sólidos	105.00
Irrigação Pontal	310.00
Porto de Suape	160.00
Ponte do Ibó	22.00
<b>TOTAL</b>	<b>19.554.10</b>

### Distribuição dos Investimentos



### Impacto Territorial dos Grandes Projetos



## CADEIAS PRODUTIVAS DE MAIOR DINAMISMO FUTURO

- **Construção civil – obras dos investimentos e demanda crescente por habitação (efeito renda).**
- **Têxtil e confecções – encadeamento do pólo de poliéster, redução da concorrência predatória da China e ampliação da demanda pelo efeito renda no Brasil.**
- **Produtos reciclados – aumento da consciência ambiental, busca de redução dos custos de energia e avanços do Protocolo de Kyoto.**
- **Indústria naval – implantação e expansão do estaleiro.**
- **Indústria de material plástico – irradiação do complexo petroquímico com refinaria e pólo de poliéster estimulado pela ampliação da demanda (projetos PRODEPE).**
- **Refino de petróleo – implantação da refinaria.**

- **Poliéster – encadeamento da indústria M&G e integração com a refinaria e com a indústria de material plástico.**
  
- **Indústria sucro-alcooleira – abertura dos mercados para o açúcar e ampliação da demanda mundial de bio-combustível (álcool) devido ao efeito combinado dos preços do petróleo e do Protocolo de Kyoto, com resposta dos investimentos no Canal do Sertão.**
  
- **Metalurgia e produtos de metal – demanda dos investimentos na economia.**
  
- **Indústria madeira-moveleiro – combinação da demanda do Estaleiro e do turismo, assim como da expansão da construção civil para habitações.**
  
- **Logística – consolidação de Pernambuco como eixo logístico do Nordeste ampliando o sistema de transporte e armazenagem e a inteligência dos fluxos de mercadorias e serviços na economia.**
  
- **Turismo – ampliação do fluxo mundial e nacional combinada com a atratividade do Estado que está sendo reforçada e confirmada pelos grandes projetos hoteleiros.**
  
- **Avicultura – ferrovia Transnordestina amplia oferta e reduz custos da principal matéria prima (milho), aumentando a competitividade para atender à crescente demanda mundial por proteína animal.**

## **2 Atribuições dos Gestores**

### **2.1. Do Superintendente Regional da 11ª SRPRF/PE**

- e) Coordenar as atividades da regional para o alcance das metas estabelecidas.

### **2.2. Do Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização**

- a) Coordenar as atividades operacionais para o alcance das metas estabelecidas.
- b) Planejar e coordenar as Operações constantes do Calendário Regional.

### **2.3. Dos Chefes de Seção (SAF, SRH e Corregedoria)**

- a. Planejar e coordenar as atividades, de sua competência, a serem desenvolvidas em parceria com as demais áreas no âmbito da regional para o alcance das metas estabelecidas.
- b. Atuar de maneira subsidiária, direta ou indiretamente, em ações na prevenção de acidentes e criminalidade, visando a redução das taxas de acidentalidade e mortalidade, bem como ao aumento da percepção de segurança nas estradas e rodovias federais e o aumento nos procedimentos de fiscalização.

### **2.4. Dos Chefes de Núcleo**

- a. Colaborar com as Seções para o alcance das metas estabelecidas.

### **2.5. Do Chefe do Núcleo de Operações Especiais**

- a. Planejar e coordenar as ações de combate à criminalidade de modo a contribuir para o alcance do indicador Percepção de Segurança.

### **2.6. Do Chefe do Núcleo de Comunicação Social**

- a. Dar ampla divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela regional e planejar e coordenar ações para informar os usuários das rodovias de campanhas e orientações de trânsito de modo a contribuir para a melhoria da percepção de segurança e prevenção de acidentes.

### **2.7. Do Chefe do Núcleo de Inteligência**

- a. Planejar e coordenar as ações de levantamento e análise de informações para subsidiar as ações da área operacional.

### **2.8. Do Coordenador da Central de Informações Operacionais**

- a. Planejar e coordenar as ações de gestão das informações operacionais para subsidiar as ações da área operacional no alcance das metas e objetivos almejados.

## 2.9. Dos Chefes de Delegacias

- a. Planejamento e coordenar as ações operacionais, no âmbito de sua circunscrição, para o alcance das metas estabelecidas e dos objetivos institucionais.

## 3 Estrutura Operacional

### 3.1. Efetivo das Delegacias

Delegacia	Postos	Circunscrição	% Acidentes	% Mortos	% Efetivo
DEL.01 - Delegacia Metropolitana	3	185,00	37,18%	18,78%	17,54%
DEL.02 - Delegacia Cabo	2	133,20	15,19%	13,08%	9,82%
DEL.03 - Delegacia Moreno	2	92,10	10,03%	7,17%	9,47%
DEL.04 - Delegacia Caruaru	3	283,40	13,84%	23,63%	12,63%
DEL.05 - Delegacia Garanhuns	2	517,20	8,37%	18,35%	11,58%
DEL.06 - Delegacia Serra Talhada	2	317,20	3,41%	3,38%	10,18%
DEL.07 - Delegacia Salgueiro	3	499,00	4,86%	10,55%	12,98%
DEL.08 - Delegacia Petrolina	3	275,40	7,11%	5,06%	15,79%
Total geral	20	2302,50	100,00%	100,00%	100,00%

- O “% Acidentes”, “% Mortos” e “% Efetivo” se referem ao percentual de acidentes, mortos e efetivo da 11ª SRPRF/PE em 2010.

Delegacia	Efetivo Total	Efetivo Disponível	Média Efetivo Real/Dia	Média Efetivo Posto/Dia
DEL.01 - Delegacia Metropolitana	63	50	9,07	3,02
DEL.02 - Delegacia Cabo	38	28	5,93	2,97
DEL.03 - Delegacia Moreno	37	27	4,47	2,23
DEL.04 - Delegacia Caruaru	39	36	7,60	2,53
DEL.05 - Delegacia Garanhuns	33	33	6,27	3,13
DEL.06 - Delegacia Serra Talhada	30	29	6,40	3,20
DEL.07 - Delegacia Salgueiro	37	37	6,67	2,22
DEL.08 - Delegacia Petrolina	45	45	7,73	2,58
Total geral	322	285	54,13	2,71

- A coluna “Efetivo Total” representa o total de policiais lotados nas Delegacias.

- A coluna “Efetivo Disponível” representa o total de policia lotados nas Delegacias menos os policiais que estão afastados judicialmente ou de licença médica por períodos longos (mais de 3

meses).

- A coluna “Média Efetivo Real/Dia” representa a média de policiaes de serviço por dia nas Delegacias, tomando como base o mês de fevereiro/2011.

- A coluna “Média Efetivo Posto/Dia” representa a média de policiaes por posto por dia.

### 3.2. Efetivo da Sede

<b>LOTAÇÃO</b>	<b>SETOR</b>	<b>PRFs</b>
GABINETE	GABINETE	1
NUAT	NUAT	3
NUCOM	NUCOM	2
NUINT	NUINT	3
CR	CR	4
	NUAI	3
SAF	NUDOC	2
	NUOFI	2
	NUPAT	2
	NUSEG	2
	NUTEL	3
	SAF	1
SPF	CANIL	3
	CIOP	9
	DOA	16
	NMP	9
	NOE	20
	NURAM	2
	SPF	4
SRH	NUAP	3
	NUCAP	3
	SRH	1
Total geral		99

## 4 Dados Estatísticos Operacionais

### 4.1. Acidentes

OCORRÊNCIAS	UNIDA-DE	2008	2009	2010	%2009-2010
Acidentes Sem Vítimas		3.085	3.459	4.305	24,46%
Acidentes Com Feridos		1.862	2.130	2.561	20,23%
Acidentes Com mortos		302	323	394	21,98%
Total de Acidentes		5.249	5.912	7.260	22,80%
Pessoas Socorridas		703	778	622	-20,05%
Feridos		3.201	3.662	4.300	17,42%
Mortos		374	419	467	11,46%
Total de Vítimas		3.575	4.081	4.767	16,81%

### 4.2. Fiscalização/Escolta/Batedor

OCORRÊNCIAS	UNIDA-DE	2008	2009	2010	%2009-2010
Autuações		69.827	68.917	59.019	-14,36%
Autos de Infração extraídos		69.827	68.917	59.019	-14,36%
CNH's Recolhidas		616	772	837	8,42%
Documentos Retidos		1.740	6.162	4.871	-20,95%
Veículos Retidos			1.231	1.386	12,59%
Veículos Fiscalizados		321.087	293.395	213.979	-27,07%
Animais Recolhidos		643	490	350	-28,57%
Auxílio Usuário		3.418	4.197	3.790	-9,70%
Escolta/ Batedor		245	532	503	-5,45%

### 4.3. Apreensão de Drogas

OCORRÊNCIAS	UNIDA-DE	2008	2009	2010	%2009-2010
Cocaína	Gramas	1	5.500	18.065	228,45%
Crack	Gramas	46.030	32.160	100	-99,69%
Lança-Perfume	Frasco	0	6	0	-100,00%
Maconha	Gramas	995.430	302.353	230.232	-23,85%
Pés de Maconha	Unidade	1.534.410	0	0	
Outras	Unidade	76.000	819	25	-96,95%
Total de ocorrências		46	23	14	-39,13%

### 4.4. Apreensão Contrabando

OCORRÊNCIAS	UNIDA-DE	2008	2009	2010	%2009-2010
Bebida	Litro	34	0	0	
CD/VHS/DVD	Unidade	3.211	8.658	812	-90,62%
Cigarro	Pacote	5.900	0	11.364	
Equipamentos de Informática	Unidade	30	0	0	
Eletrônicos	Unidade	14	9.741	1.022	-89,51%
Medicamentos	Unidade	0	0	6.663	
Outras	Unidade	5.771	2.788	3.115	11,73%

Diversos	Gramas	60.000.000	1.500.000	0	-100,00%
Total de ocorrências		16	10	10	0,00%

#### 4.5. Apreensão de Armas

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2008	2009	2010	%2009-2010
Revolver	Unidade	25	23	13	-43,48%
Pistola	Unidade	9	13	4	-69,23%
Espingarda	Unidade	7	6	0	-100,00%
Fabricação caseira	Unidade	0	5	0	-100,00%
Fuzil	Unidade	0	1	0	-100,00%
Submetralhadora	Unidade	0	1	0	-100,00%
Total de armas de fogo	Unidade	41	49	17	-65,31%
Armas brancas	Unidade	3	1	1	0,00%
Total geral de armas		47	50	18	-64,00%
Total de ocorrências		21	31	15	-51,61%

#### 4.6. Apreensão de Munições

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2008	2009	2010	%2009-2010
Calibre 22/32	Unidade	7	46	2	-95,65%
Calibre 38	Unidade	103	161	64	-60,25%
Calibre 40	Unidade	21	21	0	-100,00%
Calibre 380	Unidade	55	76	56	-26,32%
Calibre 762/308	Unidade	1	74	0	-100,00%
Calibre 9mm	Unidade	0	78	0	-100,00%
Outras	Unidade	88	51	0	-100,00%
Total de munições apreendidas		275	507	122	-75,94%
Total de ocorrências		17	30	10	-66,67%

#### 4.7. Carga Roubada

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2008	2009	2010	%2009-2010
Alimentos	Kilo	6.200	0	0	
Eletrônicos	Unidade	0	0	0	
Outras	Unidade	722	3.001	0	-100,00%
Total de ocorrências		3	3	0	-100,00%

#### 4.8. Carga Recuperada

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2008	2009	2010	%2009-2010
Alimentos	Kilo	0	0	7.000	
Eletrônicos	Unidade	0	0	481	
Outras	Unidade	1	500	480	-4,00%
Total de ocorrências		1	1	2	100,00%

#### 4.9. Meio Ambiente

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2008	2009	2010	%2009-2010
Animais Silvestres	Unidade	163	528	156	-70,45%
Carvão	m3	0	204	93	-54,41%
Madeira	m3	59	5.717	109	-98,09%
Outros	Unidade	0	3	7	133,33%



Total de ocorrências		11	42	10	-76,19%
----------------------	--	----	----	----	---------

#### 4.10. Detenções

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2008	2009	2010	%2009-2010
Assaltante de Carga		1	5	0	-100,00%
Assaltante ônibus		1	0	1	
Estrangeiros		6	3	2	-33,33%
Mandado		178	205	191	-6,83%
Tráfico de entorpecentes		34	20	15	-25,00%
Roubo/Furto de veículos		43	76	34	-55,26%
Contrabando/Descaminho		7	11	8	-27,27%
Crimes de trânsito		335	796	576	-27,64%
Crimes ambientais		15	17	21	23,53%
Outros		135	174	139	-20,11%
Total de Detidos		755	1.307	987	-24,48%

#### 4.11. Crimes Diversos

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2008	2009	2010	%2009-2010
Assalto a ônibus		7	7	4	-42,86%
Assalto a veículo de carga		21	11	1	-90,91%
Assalto veículo particular		10	6	4	-33,33%
Crimes c/vida e patrimônio		26	56	38	-32,14%
Falsificação de Documento		21	33	33	0,00%
Trabalhador Libertado		0	38	14	-63,16%
Veículos recuperados		141	146	118	-19,18%
Crimes diversos		2.121	160	110	-31,25%
Crimes de Trânsito		305	794	580	-26,95%
Total de ocorrências		625	1.158	864	-25,39%

#### 4.12. Crianças e Adolescentes – Vítimas

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2008	2009	2010	%2009-2010
Criança		0	5	5	0,00%
Adolescente		10	4	7	75,00%
Total de menores vítimas		10	9	12	33,33%
Total de ocorrências		3	4	5	25,00%
Total de pessoas envolvidas		4	4	14	250,00%
Total de pessoas detidas		5	4	4	0,00%

#### 4.13. Crianças e Adolescentes – Infratores

OCORRÊNCIAS	UNIDADE	2008	2009	2010	%2009-2010
Criança encaminhada		8	9	4	-55,56%
Adolescente apreendido		24	28	23	-17,86%
Total de menores infratores		32	37	27	-27,03%
Total de ocorrências		13	18	18	0,00%
Total de pessoas envolvidas		10	16	18	12,50%
Total de pessoas detidas		6	12	13	8,33%

## 5 Diretrizes Operacionais

5.1. Eleger a proteção à vida como diretriz norteadora de todas as ações policiais.

5.2. Priorizar as ações preventivas.....

5.3. Estabelecer a abordagem de veículos e pessoas como foco da ação policial, devendo esta ser permeada por tratamento cortês, postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações.

5.4. Implementar a educação de trânsito no ato da abordagem, difundindo dados estatísticos de acidentes de trânsito, devendo as autuações serem precedidas de esclarecimento das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança de trânsito, de modo a contribuir para a mudança de comportamento dos condutores.

5.5. Contribuir com o indicador “sensação de segurança” por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências.

5.6. Incluir na **fiscalização ao transporte de passageiros e cargas** ações de combate ao crime, quando possível com o emprego de grupos táticos e cães farejadores.

5.7. Informar aos passageiros, ao término da fiscalização, a importância do trabalho realizado e, sempre que possível, os dados relativos às apreensões de pessoas e drogas.

5.8. Implementar a fiscalização de excesso de velocidade com emprego de equipamentos estáticos e portáteis e a fiscalização de alcoolemia com emprego de etilômetros.

5.9. Implementar ações de fiscalização a motociclistas, principalmente em áreas urbanas.

5.10. Desenvolver políticas de comandos ou operações especiais com o uso do pessoal administrativo das sedes das regionais, mantendo atualizado os policiais da área administrativa.

5.11. Realizar eventos de capacitação, abrangendo os temas segurança pública, direitos humanos, cidadania, ética e postura profissional, idiomas, comunicação e relações interpessoais.

- 5.12. Melhorar as condições nos Postos para atender aos usuários com mais eficiência, dotando-os de mapas, informações turísticas e equipamentos de informática.
- 5.13. Integrar as ações de combate ao crime com as atividades de inteligência.
- 5.14. Promover a integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização.
- 5.15. Implementar ações de monitoramento com a utilização de novas tecnologias (câmeras, OCR, etc.).
- 5.16. Realizar pesquisas de satisfação dos usuários, periodicamente, utilizando as fichas de fiscalização, verificando aspectos relativos a urbanidade, apresentação individual, clareza e firmeza na orientação/autuação.
- 5.17. Estimular ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos.
- 5.18. Priorizar a alocação de recursos humanos e materiais de acordo com os índices de acidentes da Delegacia/Posto.
- 5.19. Aumentar a eficácia da fiscalização de trânsito
- 5.20. Ampliar a Fiscalização: ultrapassagens, velocidade, alcoolemia e cinto de segurança e cadeirinha.
- 5.21. Intensificar o AGS
- 5.22. Aumentar a divulgação dos Resultados Operacionais

## 6 Ações e Projetos

### Objetivo: Redução da taxa de acidentalidade

Ação 1	Capacitação para utilização do SIGER e BR-Brasil
Objetivo	
Responsável	NUCAP com apoio do NURAM
Ação 2	Criação de Grupo de Estudo de Acidentes
Objetivo	Realizar estudo dos acidentes de trânsito, identificando pontos críticos e causas, propondo ações preventivas.

Responsável	Chefe do NURAM
Ação 3	Reuniões Operacionais
Objetivo	A participação de todos os envolvidos no processo é fundamental para construção de soluções mais adequadas, revestindo-se ainda do aspecto motivacional.
Responsável	- O Chefe da Delegacia será o responsável pela reunião, devendo distribuir as atividades necessárias ao bom andamento dos trabalhos
Ação 4	Intensificar a fiscalização das infrações reativas a ultrapassagens.
Objetivo	Os acidentes do tipo colisão frontal são “responsáveis” pelas ocorrências de maior gravidade e são provocados principalmente por ultrapassagens proibidas ou forçadas.
Responsável	Equipes em serviço e sob supervisão do Chefe do NPF e dos Adjuntos dos postos.
Ação 5	Intensificar a fiscalização do consumo de bebidas alcoólicas por parte dos condutores.
Objetivo	O ato de dirigir sob efeito de bebida alcoólica reduz de forma significativa o reflexo do condutor, aumentando sensivelmente a possibilidade de envolvimento em acidentes, notadamente os de natureza grave.
Responsável	Equipes em serviço e sob supervisão do Chefe do NPF e dos Adjuntos dos postos.
Ação 6	Intensificar a fiscalização do excesso de velocidade.
Objetivo	Transitar desenvolvendo velocidade excessiva potencializa o risco de acidentes, notadamente as saídas de pista, atropelamentos, as colisões traseiras e com objetos fixos.
Responsável	- Equipes em serviço e sob supervisão do Chefe do NPF e dos Adjuntos dos postos. - O estudo técnico e o treinamento serão realizados com apoio da SPF-

## 7 Indicadores e Metas

### 4. Objetivos, indicadores e metas

#### 4.1 Definidos em nível de planejamento tático/estratégico

Objetivos	Indicadores	Meta
4.1.1 Redução da taxa de acidentalidade	Taxa de variação de acidentes*	
4.1.2 Redução da taxa de mortalidade	Taxa de mortalidade*	
4.1.3 Aumento da percepção de segurança nas rodovias	Percepção de segurança**	
4.1.4 Aumentar os procedimentos de fiscalização	Procedimentos de fiscaliz. ***	

\* por milhão da frota nacional de veículos

\*\* pesquisa quantitativa aplicada a usuários das rodovias federais (Portaria nº 30/2010-DG)

\*\*\* quantidade de veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia realizados.

Para gestão das Ações a serem executadas, serão estabelecidos os Indicadores Operacionais da Regional, que serão desmembrados entre as Delegacias, com metas a serem monitoradas e controladas pela CIOP/PE por meio de relatórios mensais.

A SPF supervisionará as metas estabelecidas para as Delegacias mensalmente, ficando sob a responsabilidade da Delegacia estabelecer os critérios de desmembramento das metas com suas Unidades Operacionais e Efetivo.

### 7.1. Indicador de Procedimentos de Fiscalização

Este Indicador será composto pelos sub-indicadores: veículos fiscalizados, pessoas fiscalizadas e testes de alcoolemia.

Delegacia	Meta Procedimentos Fiscalização
DEL.01 – Delegacia Metropolitana	71.860
DEL.02 – Delegacia Cabo	41.808
DEL.03 – Delegacia Moreno	41.836
DEL.04 – Delegacia Caruaru	53.628
DEL.05 – Delegacia Garanhuns	51.351
DEL.06 – Delegacia Serra Talhada	53.128
DEL.07 – Delegacia Salgueiro	60.854
DEL.08 – Delegacia Petrolina	69.578
Total Geral	444.043

### 7.2. Indicador Taxa de Variação de Acidentes

### 7.3. Indicador Taxa de Variação de Mortes

### 7.4. Indicador Percepção de Segurança

Delegacia	Meta Percepção de Segurança
DEL.01 – Delegacia Metropolitana	80%
DEL.02 – Delegacia Cabo	80%
DEL.03 – Delegacia Moreno	80%
DEL.04 – Delegacia Caruaru	80%

DEL.05 – Delegacia Garanhuns	80%
DEL.06 – Delegacia Serra Talhada	80%
DEL.07 – Delegacia Salgueiro	80%
DEL.08 – Delegacia Petrolina	80%
Total Geral	80%

## 7.5. Indicador Causa de Acidentes

CAUSA DO ACIDENTE	DEL.01	DEL.02	DEL.03	DEL.04	DEL.05	DEL.06	DEL.07	DEL.08	Total
Falta de atenção	51,67%	47,35%	30,98%	28,25%	28,99%	22,80%	33,61%	37,55%	40,93%
Outras	24,07%	24,48%	35,19%	32,78%	28,50%	28,80%	28,29%	15,71%	26,60%
Não guardar distancia de segurança	8,76%	7,17%	1,77%	6,59%	2,93%	4,00%	2,52%	6,90%	6,43%
Animais na Pista	1,39%	1,79%	3,80%	3,84%	8,96%	18,40%	13,45%	13,41%	4,69%
Defeito mecânico em veiculo	2,75%	2,06%	6,66%	4,72%	5,37%	6,00%	5,88%	3,64%	3,86%
Ingestão de álcool	1,94%	2,42%	3,40%	5,91%	7,82%	4,80%	4,76%	5,36%	3,68%
Desobediência a sinalização	2,27%	4,66%	2,31%	5,12%	3,09%	3,20%	1,12%	9,39%	3,58%
Velocidade incompatível	2,09%	3,77%	7,07%	4,04%	3,09%	2,40%	0,56%	1,92%	3,12%
Defeito na via	2,27%	3,23%	2,58%	2,76%	1,95%	2,00%	2,52%	1,53%	2,44%
Dormindo	1,10%	1,79%	5,43%	2,56%	3,58%	2,80%	4,20%	2,68%	2,37%
Ultrapassagem indevida	1,69%	1,26%	0,82%	3,44%	5,70%	4,80%	3,08%	1,92%	2,30%

Considerando a importância da identificação e registro da causa presumível do acidente, principalmente para fins estatísticos, possibilitando o estudo e ações preventivas para redução dos acidentes de trânsito.

Considerando que na maioria dos acidentes de trânsito é possível a identificação de diversas causas contribuintes. No entanto, a causa a ser registrada deve ser a principal e que a causa “falta de atenção” será sempre secundária, exceto se não for identificada nenhuma das outras causas.

Considerando que a opção “outras causas” só deverá ser registrada se não for identificada nenhuma das causas especificadas.

Considerando que o alto índice de registro de “outras causas” e “falta de atenção” demonstra a necessidade de capacitação do efetivo.

A Regional e as Delegacias deverão intensificar esforços para a correta identificação e registros das causas presumíveis dos acidentes de trânsito, devendo reduzir, no mínimo, em 50% as classificações “Falta de Atenção” e “Outras Causas”.

## 7.6. Indicador Tempo de Resposta

Média de tempos em 2010

Delegacia	Posto	Deteccão	Reação	Deslocamento	Atendimento	Confecção BAT	Liberacão BAT
DEL. 01	PST.01 - Contorno	2:14:03	2:54:01	0:38:20	7:13:01	72:33:26	101:53:11
	PST.02 - Igarassu	2:16:18	12:01:52	0:39:40	12:43:41	57:12:11	115:29:49
	PST.03 - Carpina	2:48:39	2:21:00	0:22:33	4:14:08	82:01:13	105:39:53
<b>DEL. 01 Total</b>		<b>2:19:26</b>	<b>5:16:04</b>	<b>0:36:13</b>	<b>8:13:51</b>	<b>69:54:06</b>	<b>105:55:13</b>
DEL. 02	PST.01 - Cabo	3:13:46	6:06:26	1:32:32	10:11:02	65:31:13	128:10:27
	PST.02 - Ribeirão	4:13:54	0:52:19	0:31:11	0:48:23	46:08:11	64:40:41
<b>DEL. 02 Total</b>		<b>3:22:12</b>	<b>5:15:27</b>	<b>1:22:34</b>	<b>8:52:03</b>	<b>62:48:26</b>	<b>119:17:13</b>
DEL. 03	PST.01 - Moreno	1:46:10	1:11:01	0:12:47	3:25:39	59:08:22	93:21:57
	PST.02 - Gravata	1:22:59	0:07:59	0:11:09	2:21:58	76:14:00	91:51:46
<b>DEL. 03 Total</b>		<b>1:34:56</b>	<b>0:38:16</b>	<b>0:11:56</b>	<b>2:54:48</b>	<b>67:20:43</b>	<b>92:38:40</b>
DEL. 04	PST.01 - Posto Juriti	1:18:00	0:26:15	0:58:24	4:35:22	37:15:08	74:30:29
	PST.02 - São Caetano	1:26:53	0:23:48	0:45:58	2:18:58	42:30:22	68:29:16
	PST.03 - Quipapa	1:47:12	0:20:19	0:43:48	5:43:23	37:32:56	80:49:28
<b>DEL. 04 Total</b>		<b>1:24:41</b>	<b>0:24:35</b>	<b>0:51:16</b>	<b>3:39:05</b>	<b>39:41:06</b>	<b>72:19:10</b>
DEL. 05	PST.01 - Garanhuns	1:54:50	1:09:50	0:53:58	3:11:47	26:48:18	39:43:34
	PST.02 - Cruz. Nordeste	2:47:02	1:58:28	0:50:48	3:39:25	29:23:38	48:08:54
<b>DEL. 05 Total</b>		<b>2:16:32</b>	<b>1:29:07</b>	<b>0:52:43</b>	<b>3:23:16</b>	<b>27:52:53</b>	<b>43:13:39</b>
DEL. 06	PST.01 - Serra Talhada	2:05:03	2:03:20	0:49:12	3:00:10	36:58:10	61:44:09
	PST.02 - Floresta	1:42:40	5:06:17	2:41:40	0:39:57	24:41:45	38:47:13
<b>DEL. 06 Total</b>		<b>1:58:17</b>	<b>2:59:59</b>	<b>1:24:01</b>	<b>2:17:46</b>	<b>33:16:38</b>	<b>54:49:57</b>
DEL. 07	PST.01 - Salgueiro	2:50:26	4:47:39	0:21:15	7:39:39	79:35:49	114:19:27
	PST.02 - Ouricuri	1:30:20	2:06:34	0:19:17	3:10:45	37:35:49	52:50:33
	PST.03 - Trevo do Ibó	1:52:50	1:05:16	0:22:26	1:24:35	29:49:19	39:41:28
<b>DEL. 07 Total</b>		<b>2:18:24</b>	<b>3:23:28</b>	<b>0:20:59</b>	<b>5:14:57</b>	<b>58:49:11</b>	<b>83:33:01</b>
DEL. 08	PST.01 - Serra da Santa	1:56:12	0:10:27	0:17:12	1:55:41	16:31:54	30:16:57
	PST.02 - Rajada	2:09:32	0:09:09	0:17:24	1:58:08	23:46:17	43:08:50
	PST.03 - Sª Mª Boa Vista	2:50:31	2:10:40	0:07:19	0:42:10	16:54:37	36:10:36
<b>DEL. 08 Total</b>		<b>2:05:02</b>	<b>0:26:36</b>	<b>0:15:53</b>	<b>1:46:01</b>	<b>17:23:20</b>	<b>32:29:25</b>
<b>11ª SRPRF/PE</b>		<b>2:14:42</b>	<b>3:10:44</b>	<b>0:44:26</b>	<b>5:56:35</b>	<b>55:20:05</b>	<b>88:37:00</b>

## Metas da Cadeia de ComunicaçãO para 2011

Delegacia	Posto	Deteccão	Reação	Deslocamento	Atendimento	Confecção BAT	Liberacão BAT
DEL. 01	PST.01 - Contorno	1:07:02	1:27:00	0:19:10	3:36:31	36:16:43	50:56:35
	PST.02 - Igarassu	1:08:09	6:00:56	0:19:50	6:21:51	28:36:05	57:44:54
	PST.03 - Carpina	1:24:19	1:10:30	0:11:16	2:07:04	41:00:37	52:49:56
<b>DEL. 01 Total</b>		<b>1:09:43</b>	<b>2:38:02</b>	<b>0:18:07</b>	<b>4:06:55</b>	<b>34:57:03</b>	<b>52:57:37</b>
DEL. 02	PST.01 - Cabo	1:36:53	3:03:13	0:46:16	5:05:31	32:45:36	64:05:13
	PST.02 - Ribeirão	2:06:57	0:26:10	0:15:35	0:24:12	23:04:05	32:20:21
<b>DEL. 02 Total</b>		<b>1:41:06</b>	<b>2:37:43</b>	<b>0:41:17</b>	<b>4:26:02</b>	<b>31:24:13</b>	<b>59:38:37</b>
DEL. 03	PST.01 - Moreno	0:53:05	0:35:31	0:06:24	1:42:49	29:34:11	46:40:59
	PST.02 - Gravata	0:41:29	0:03:59	0:05:35	1:10:59	38:07:00	45:55:53
<b>DEL. 03 Total</b>		<b>0:47:28</b>	<b>0:19:08</b>	<b>0:05:58</b>	<b>1:27:24</b>	<b>33:40:22</b>	<b>46:19:20</b>
DEL. 04	PST.01 - Posto Juriti	0:39:00	0:13:08	0:29:12	2:17:41	18:37:34	37:15:14
	PST.02 - São Caetano	0:43:26	0:11:54	0:22:59	1:09:29	21:15:11	34:14:38
	PST.03 - Quipapa	0:53:36	0:10:09	0:21:54	2:51:41	18:46:28	40:24:44
<b>DEL. 04 Total</b>		<b>0:42:21</b>	<b>0:12:18</b>	<b>0:25:38</b>	<b>1:49:32</b>	<b>19:50:33</b>	<b>36:09:35</b>
DEL. 05	PST.01 - Garanhuns	0:57:25	0:34:55	0:26:59	1:35:53	13:24:09	19:51:47
	PST.02 - Cruz. Nordeste	1:23:31	0:59:14	0:25:24	1:49:43	14:41:49	24:04:27
<b>DEL. 05 Total</b>		<b>1:08:16</b>	<b>0:44:33</b>	<b>0:26:21</b>	<b>1:41:38</b>	<b>13:56:26</b>	<b>21:36:49</b>

<b>DEL. 06</b>	PST.01 - Serra Talhada	1:02:32	1:01:40	0:24:36	1:30:05	18:29:05	30:52:04
	PST.02 - Floresta	0:51:20	2:33:08	1:20:50	0:19:59	12:20:52	19:23:37
<b>DEL. 06 Total</b>		<b>0:59:08</b>	<b>1:29:59</b>	<b>0:42:01</b>	<b>1:08:53</b>	<b>16:38:19</b>	<b>27:24:58</b>
<b>DEL. 07</b>	PST.01 - Salgueiro	1:25:13	2:23:50	0:10:38	3:49:50	39:47:54	57:09:43
	PST.02 - Ouricuri	0:45:10	1:03:17	0:09:38	1:35:23	18:47:54	26:25:17
	PST.03 - Trevo do Ibó	0:56:25	0:32:38	0:11:13	0:42:18	14:54:40	19:50:44
<b>DEL. 07 Total</b>		<b>1:09:12</b>	<b>1:41:44</b>	<b>0:10:30</b>	<b>2:37:28</b>	<b>29:24:36</b>	<b>41:46:31</b>
<b>DEL. 08</b>	PST.01 - Serra da Santa	0:58:06	0:05:13	0:08:36	0:57:51	8:15:57	15:08:29
	PST.02 - Rajada	1:04:46	0:04:35	0:08:42	0:59:04	11:53:08	21:34:25
	PST.03 - S <sup>a</sup> M <sup>a</sup> Boa Vista	1:25:15	1:05:20	0:03:39	0:21:05	8:27:19	18:05:18
<b>DEL. 08 Total</b>		<b>1:02:31</b>	<b>0:13:18</b>	<b>0:07:57</b>	<b>0:53:01</b>	<b>8:41:40</b>	<b>16:14:43</b>
<b>11<sup>a</sup> SRPRF/PE</b>		<b>1:07:21</b>	<b>1:35:22</b>	<b>0:22:13</b>	<b>2:58:17</b>	<b>27:40:02</b>	<b>44:18:30</b>

### 7.7. Indicador Confeção de DAT

### 7.8. Indicador Retificação de BAT

### 7.9. Indicador Animais Recolhidos

### 7.10. Indicador Tempo de Digitação de Autos de Infração

<b>Delegacia</b>	<b>Digitação no Prazo</b>	<b>Digitação Fora do Prazo</b>
DEL.01 - Delegacia Metropolitana	94,12%	5,88%
DEL.02 - Delegacia Cabo	93,84%	6,16%
DEL.03 - Delegacia Moreno	96,01%	3,99%
DEL.04 - Delegacia Caruaru	93,64%	6,36%
DEL.05 - Delegacia Garanhuns	97,40%	2,60%
DEL.06 - Delegacia Serra Talhada	94,87%	5,13%
DEL.07 - Delegacia Salgueiro	91,96%	8,04%
DEL.08 - Delegacia Petrolina	98,21%	1,79%
<b>Média Regional</b>	<b>94,68%</b>	<b>5,32%</b>

Meta para 2011 = 1,5%

### 7.11. Indicador Autuações Excesso de Velocidade

### 7.12. Indicador Autuações Ultrapassagens Proibidas

### 7.13. Indicador Autuações Cinto de Segurança

### 7.14. Indicador Autuações Cadeirinha

### 7.15. Indicador Pesquisa Portar



### ANEXO III

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALV A			
<b>Denominação completa (UJ):</b>			<b>Código da UG:</b>
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/PE			200113
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante as restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta de registro da depreciação dos bens móveis adquiridos no exercício de 2010, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.30.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações; e</p> <p>b) Falta de remessa do RMA e RMB à Setorial Contábil para confronto dos saldos com o SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li> <li>- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	04 de março de 2010
<b>Contador Responsável</b>	José Carlos Gomes	<b>CRC nº</b>	DF 9.261/O-7

**Declaração do Contador enviada por e-mail**, pelo Sr. José Carlos Gomes, Coordenador de Contabilidade do Ministério da Justiça

Diante dos questionamentos que temos recebido acerca da depreciação, tecemos as considerações abaixo:

A depreciação é realizada bem a bem. Sendo assim, só pode ser executada por meio informatizado, seguindo as regras, percentuais e vida útil

previstos pela STN.

O ASI atualmente instalado no DPRF não executa tal procedimento, contudo esta funcionalidade já foi incluída no SIPAC. Sendo assim, todas as UGs do DPRF irão executar a depreciação a partir da implantação do novo sistema.

Observo que o prazo de implantação do SIPAC, inicialmente previsto para fevereiro, foi adiado em razão das dificuldades encontradas no processo de migração de dados, aí inclusos o RH, o patrimônio e protocolo. Esse procedimento é realizado por uma empresa contratada pelo DPRF. Esta empresa teve grandes dificuldades para localizar no mercado um Analista de Dados com qualificação suficiente para executar a tarefa. Este problema já foi resolvido e no momento estamos em execução do cronograma de migração, o qual tem data definida para finalização - 15/04/2011.

Após a finalização da migração e homologação do trabalho realizado, que irá requerer uma série de testes e possíveis ajustes, o sistema entrará em produção.

Em função dos exposto, todas as UGs do DPRF receberam a declaração do Contador, relativa a 2010, com a ressalva sobre a depreciação. Porém, de acordo com o relatado, está em andamento execução dos procedimentos para viabilizar a depreciação dos cerca de 160 mil bens pertencentes ao DPRF com a confiabilidade necessária.

HERINQUE ARAUJO LIMA  
CHEFE DA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL - DIPAM

## ANEXO IV

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-1836																			
COEFICIENTE DE ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES OPERACIONAIS – CAIF																			
AVALIAÇÃO DAS DELEGACIAS - 1º SEMESTRE DE 2011																			
REGIONAIS E DELEGACIA	POSTOS	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE					POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI				POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
		ESPAÇO FÍSICO	ASPECTO EXTERNO	INSTALAÇÕES	INFRA-ESTRUTURA	SOMA PONTOS / 4	EQUIP. INFORMÁTICA	REDE DPRF/ INTERNET	SISTEMA DE RÁDIO	SOMA PONTOS / 3	A QUANTIDADE É SUFICIENTE ?	IDADE ESTÁ ADEQUADA ?	SOMA PONTOS / 2	QUAL A QUANTIDADE MÉDIA DE POLICIAIS DE PLANTÃO NO 1º SEM. DE 2010?	QUAL A QUANTIDADE MÉDIA DE VIATURAS EM FUNCIONAMENTO ?	O POSTO RECEBEU ALGUMA MANUTENÇÃO / REFORMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS ? SIM / NÃO	O PÁTIO PARA GUARDA DE VEÍCULOS É CERCADO? SIM / NÃO		
1ª Del – PE	PST 01 – CONTORNO	4	3	2	3	3,00	3	3	4	3,33	4	4	4,00	5	3	SIM	SIM		
1ª Del – PE	PST 02 – IGARASSU	2	2	2	2	2,00	3	3	3	3,00	4	4	4,00	2	2	NÃO	NÃO		
1ª Del – PE	PST 03 – CARPINA	4	3	2	3	3,00	3	3	4	3,33	4	4	4,00	2	2	SIM	SIM		
2ª Del – PE	PST 01 – CABO	10	3	5	4	5,50	9	6	4	6,33	10	10	10,00	5	7	NÃO	SIM		
2ª Del – PE	PST 02 – RIBERÃO	7	3	3	2	3,75	9	6	2	5,67	10	10	10,00	3	2	NÃO	SIM		
3ª Del – PE	PST 01 – MORENO	7	6	7	7	6,75	8	8	7	7,67	9	9	9,00	2	4	SIM	NÃO		
3ª Del – PE	PST 02 – GRAVATÁ	5	4	3	5	4,25	7	7	8	7,33	9	9	9,00	2	3	NÃO	NÃO		
4ª Del – PE	PST 01 – PLANTÃO DE CARUARU	9	4	5	4	5,50	9	6	6	7,00	8	6	7,00	2	4	NÃO	SIM		
4ª Del – PE	PST 02 – JURITI	4	4	4	4	4,00	8	6	6	6,67	8	6	7,00	2	2	NÃO	NÃO		
4ª Del – PE	PST 03 – SÃO CAETANO	9	7	5	4	6,25	8	6	6	6,67	8	6	7,00	2	1	NÃO	NÃO		
4ª Del – PE	PST 04 – QUIPAPÁ	4	4	4	4	4,00	6	6	5	5,67	8	6	7,00	1	1	NÃO	NÃO		
5ª Del – PE	PST 01 – GARANHUNS	7	6	7	5	6,25	6	7	7	6,67	8	7	7,50	2	2	SIM	NÃO		
5ª Del – PE	PST 02 – CRUZEIRO DO NORDESTE	7	6	7	5	6,25	4	7	7	6,00	8	7	7,50	2	2	SIM	NÃO		
6ª Del – PE	PST 01 – SERRA TELHADA	8	7	4	7	6,50	7	8	4	6,33	7	7	7,00	3	3	NÃO	SIM		
6ª Del – PE	PST 02 – FLORESTA	7	7	5	6	6,25	4	8	4	5,33	7	7	7,00	2	2	SIM	NÃO		
7ª Del – PE	PST 01 – SALGUEIRO				3	0,75	10	10	10	10,00	10	10	10,00	2	2	NÃO	NÃO		
7ª Del – PE	PST 02 – OURICURI	6	10	10	10	9,00	10	10	7	9,00	10	10	10,00	2	1	SIM	NÃO		
7ª Del – PE	PST 03 – TREVO DO IBÓ	10	10	10	10	10,00	10	10	10	10,00	10	10	10,00			SIM	SIM		
8ª Del – PE	PST 01 – SERRA DA SANTA	8	5	1	1	3,75	9	9	10	9,33	9	10	9,50	3	2	SIM	NÃO		
8ª Del – PE	PST 02 – RAJADA	8	1	2	6	4,25	7	7	9	7,67	9	10	9,50	2	1	NÃO	NÃO		
8ª Del – PE	PST 03 – SANTA MARIA BOA VISTA	10	10	10	10	10,00	10	10	10	10,00	9	10	9,50	3	1	SIM	SIM		
		6,8	5,25	4,9	5	5,29	7,14	6,95	6,33	6,81	8,05	7,71	7,88						